

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

COOPERATIVISMO NO ENSINO SUPERIOR:
O caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba

ZITA PIRES DE ANDRADE

Goiânia, novembro de 2005

ZITA PIRES DE ANDRADE

COOPERATIVISMO NO ENSINO SUPERIOR:

O caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Professora Doutora Lenita Maria Junqueira Schultz.

Goiânia, novembro de 2005

ANDRADE, Zita Pires de.

Cooperativismo no Ensino Superior: o caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba. Tese de Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Goiás, Goiânia – Goiás, novembro de 2005.

Orientadora: Prof^a. Dra. Lenita Maria Junqueira Schultz.

170 p.

Dissertação – Mestrado – Universidade Católica de Goiás – Goiânia - Goiás – 2005.

ZITA PIRES DE ANDRADE

COOPERATIVISMO NO ENSINO SUPERIOR:

O caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade Católica de Goiás, pela Comissão formada pelos professores:

Prof^a Dr^a Lenita Maria Junqueira Schultz

Orientadora

Prof^a Dr^a Iria Brzezinski

Membro

Prof^a Dr^a Alice Fátima Martins

Membro

Goiânia, novembro de 2005

*Minha manifestação de respeito e admiração aos
cooperativistas de Rubiataba, na pessoa de*

Onofre Andrade,

*um autêntico representante deste movimento, que
me ensinou a viver a solidariedade pela cooperação.*

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho. Sou profundamente grata a todos por terem participado comigo na realização desta pesquisa.

Gratidão especial à minha orientadora, **Professora Doutora Lenita Maria Junqueira Schultz**, com a minha expressão de carinho e respeito por ter incansavelmente suscitado em mim o prazer e o desejo do conhecimento. Conhecimento que, por leituras e reflexões conjuntas, brotaram em possibilidades, em novas formas de ver e ser com a vida. Sou grata ao seu jeito suave e exigente de orientar conduzindo-me, pela pesquisa, com competência e segurança.

A **Professora Iria Brzezinski** meus agradecimentos por todas as acolhidas com a minha manifestação de respeito e admiração.

Ao **Onofre**.

A meus filhos, **Onofre Júnior, Wilma, Ronaldo, Marta e Lourenço**.

A minha irmã **Shirly**.

Minha gratidão a todos pela alegria da convivência e pelo apoio afetivo e efetivo.

Expresso meus agradecimentos e admiração ao **Bispo Dom José Carlos** pelos ensinamentos de vida presenteados por ele nestes anos de convivência. Foram muitas as lições recebidas: humanidade, autenticidade e solidariedade foram as mais fortes e me incentivaram a buscar também, por esta pesquisa, novos caminhos de solidariedade.

Ao **Pe. Joaquim José Neto**, pelo companheirismo, pelo apoio e pela presença sempre estimuladora.

Aos meus companheiros de sonho e de trabalho na FACER, **Vanja Bemfica dos Santos Martins, Elio Resende de Souza, Victor Iacovelo Filho**. Com eles pude dividir minhas alegrias e minhas dificuldades durante este percurso de estudo.

Aos professores **Maria Terezinha de Pádua, Serigne Ababacar Cissé BA, Kalled Suleiman Khidir, Maria Isabel da Conceição Junqueira, Marco Antônio de Carvalho, Mário Lúcio de Ávila, Roseane Cavalcante de Souza, Marcelo Ferreira Tete, Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso, Rogério Vieira Jacinto, Neiva Maria Pereira Soares**, pelo estímulo e pela presença nos momentos difíceis.

Aos funcionários da FACER, **Célia Romano do Amaral Mariano, Mariele Silva Vilela, Maria Terezinha Soares de Abreu, Brunno Barreira Alves, Edilson Rodrigues Monteiro, Marlisa Quintino das Chagas Chaves, Leila Aparecida Correia, Patrícia Batista de Araújo Vilela, Karine Bênia Souza Alves**, pela colaboração recebida.

RESUMO

Esta dissertação contém o estudo de caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR e da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER, por ela mantida. Fala, também, entre outros aspectos, da análise de sua trajetória e de suas contribuições à democratização do ensino superior. Apresenta-o como o caso de uma instituição cooperativa pontuando sua posterior mudança de cooperativa para sociedade por quotas de responsabilidade limitada, uma vez que não pôde ser registrada junto à Organização das Cooperativas do Brasil – OCB. O trabalho mostra que o tema em estudo foi motivado pela convivência da pesquisadora com as organizações cooperativas do município de Rubiataba, notadamente com a CESUR/FACER. Apresenta, inicialmente, uma síntese do histórico do cooperativismo, seus precursores, a sistematização do cooperativismo, com a criação da primeira cooperativa, a de Rochdale, o cooperativismo tradicional e suas possibilidades de contribuição à democratização do ensino superior, o surgimento da vertente solidária do cooperativismo e o movimento cooperativo visto como alternativa econômica possível de ser implementada como um modelo a superar o capitalismo. A dissertação delinea a evolução do ensino superior e a existência, no Brasil, de um ensino superior com tendências privatistas, limitando, por questões econômicas, o acesso dos jovens ao ensino superior. Faz referência a “Mondragon Corporacion Cooperativa”, indicando a possibilidade de uma proposta de ensino superior cooperativo. Os estudos são finalizados por uma análise do caso CESUR/FACER e das idéias associativas/cooperativas inspiradoras da tentativa de implantação de um ensino superior cooperativo na região. A pesquisa realizada para a construção desse trabalho aponta para valiosas contribuições da CESUR/FACER em sua proposta atual, porém constata que estas teriam sido mais significativas se o CESUR tivesse permanecido no seu formato original. A construção de redes de cooperação, a prática da intercooperação, a exemplo de Mondragon, para o fortalecimento da proposta cooperativa, seria um caminho. O trabalho foi construído sob a ótica da metodologia de pesquisa qualitativa, com observação participante para o estudo do caso CESUR/FACER e utilizaram-se as ações de entrevistas, estudo documental para a coleta e análise final dos dados.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo, Ensino Superior, Democratização da Educação

ABSTRACT

This dissertation is about a superior level study Cooperative of Rubiataba – CESUR and the Faculty of Education and Sciences of Rubiataba – FACER maintained by the latter. It also deals, otherwise, with the analysis of its trajectory and contributions to the democratization of the third degree studies. We present this work as a case study of a cooperative that became a limited society soon after, once it could not be registered in the Brazil Cooperative Organization – OCB. The work showed that the studied theme was moved by the involvement of the researcher with all the cooperatives of the city of Rubiataba, mainly the CESUR – FACER. First, we show a synthesis of the history of the cooperativism, his precursors, the systematization of the fact and the creation of the first cooperative, Rochdale, the traditional cooperative and its possibilities of contribution to the democratization of the third degree study in Brazil, the emerging of a new cooperativist way, the solidary one and the cooperative movement seen as possible economic alternatives to be implemented as a model to super the capitalism. The dissertation aligns the evolution of the third degree study level and the existence of the brazilian tendency to private schools, limiting so, by means of economical questions, the access of young people to the university. We make reference to “Mondragon Corporacion Cooperativa” indicating the possibility of cooperative study proposal. The studies were finalized by an analysis of the CESUR/FACER case and the associative-cooperative ideas inspirators of the implementation attempt of a third degree level of study in the region. The research realized for this work construction points to valorous contributions of CESUR/FACER in its real proposal, otherwise, shows that those ones would be more significant if the CESUR had had stayed as it was originally thought and conceived. The construction of cooperation networks, the intercooperation practice, the Mondragon example for the strengthening of the cooperative proposal, would be a way. This real work was built under the optic of a qualitative research methodology, with a participatory observation, for the CESUR/FACER case study where were also used interviews, documental study for data collection e final analysis.

KEYWORDS: cooperativism, third degree education level, education democratization

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Aniversário de Rubiataba.....	54
Foto 2	Aniversário de Rubiataba.....	55
Foto 3	Instalações da FACER – 1998.....	85
Foto 4	Instalações atuais da FACER – 2004.....	88
Foto 5	Instalações da FACER – Vista Externa – 2005.....	89
Foto 6	Instalações da FACER – Vista Interna – 2005.....	89
Foto 7	I Semana Jurídica da FACER – outubro 2004.....	93
Foto 8	Aula Inaugural – 1998.....	96
Foto 9	FEIMOR – ENCANTARTE – FACER.....	105
Foto 10	Participação dos alunos da FACER no CONAD – 2003.....	106
Foto 11	Semana Cultural da FACER – 2004 – Mutirão das fiandeiras.....	106
Foto 12	Sala de aula da FACER.....	109
Foto 13	Laboratório de Informática da FACER.....	109
Foto 14	Professores da FACER – 2005.....	111
Foto 15	Maquete Faceres – Futuras Instalações em Ceres – Goiás.....	114
Gráfico 1	Evolução das Cooperativas.....	31
Gráfico 2	Estrutura Estratégica do <i>Mondragon Corporacion Cooperativa</i>	64
Quadro 1	Cooperativismo Brasil, cooperados e empregados.....	43
Quadro 2	Vagas oferecidas, número de candidatos inscritos e ingressos por categoria.....	50
Quadro 3	Instituições de Ensino Superior – categoria administrativa.....	51
Quadro 4	Representativo da Evasão anual do Curso de Administração Rural – 1998 – 2004.....	94
Quadro 5	Representativo da Evasão anual do Curso de Filosofia – 1998 – 2004.....	94
Quadro 6	Representativo das mensalidades dos cursos – 1998 – 2004.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESUR	Associação Cultural de Ensino Superior de Rubiataba.
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário.
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.
CESUR	Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba.
CONCRAB	Confederação das Cooperativas Brasileiras de Reforma Agrária.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sócio-Econômicos.
EJA	Educação e Jovens e Adultos.
FACER	Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba.
FIES	Financiamento Estudantil.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.
MCC	Mondragon Corporacion Cooperativa.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
MST	Movimento dos Sem Terra.
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras.
OCG	Organização das Cooperativas de Goiás.
OEC	Organização Estadual de Cooperativas..
PROUNI	Programa Universidade para Todos.
SEMESP	Sindicatos das Entidades Mantenedoras do Estabelecimento de Ensino Superior de São Paulo.
UCG	Universidade Católica de Goiás
UEG	Universidade Estadual de Goiás.
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UNB	Universidade de Brasília.
UNIRCOOP	Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos.
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE ILUSRAÇÕES	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	06
1.1 – O Movimento Cooperativista	06
1.2 – O Cooperativismo no Capitalismo	14
1.2.1 – As Formas Cooperativas de Produção.....	17
1.2.2 – Economias Populares e o Desenvolvimento Alternativo.....	21
1.3 – Cooperativismo e Economia Solidária	23
1.3.1 – Incubadoras Tecnológicas.....	26
1.4 – Evolução do Cooperativismo no Brasil	30
1.5 – A Legislação Cooperativa Brasileira	39
1.5.1 – As cooperativas no Brasil.....	43
CAPÍTULO 2 – COOPERATIVAS EDUCACIONAIS DE ENSINO SUPERIOR	44
2.1 – Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil	44
2.2 – A Importância das Instituições de Ensino Superior	54
2.3 – O complexo “Mondragon Corporacion Cooperativa”	60

CAPÍTULO 3 – O CAMINHO PERCORRIDO: A PESQUISA NA CESUR/FACER.....	70
CAPÍTULO 4 – A REALIDADE DA CESUR/FACER ATUALIZADA PARA O SÉCULO XXI	80
4.1 – Movimento Cooperativista em Rubiataba.....	80
4.1.1 – Cooperativas de Rubiataba.....	86
4.2 – A Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR/FACER.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
ANEXOS.....	123
Anexo 1 – Roteiros utilizados nas entrevistas.....	124
Anexo 2 – Depoimentos citados no interior do trabalho.....	128
Anexo 3 – Estrato do Estatuto da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba.....	157

INTRODUÇÃO

“Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato é só isso que o tem mudado”.

Margaret Mead

A escolha do tema, “Cooperativismo no Ensino Superior” tem a ver com a experiência de vida desta pesquisadora que, participando na organização de algumas cooperativas em Rubiataba, pôde acompanhar o resultado obtido por essas cooperativas e os benefícios que elas trouxeram ao desenvolvimento da cidade.

Participando como cooperada, desde 1989, do processo de construção da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, foi possível acompanhar a tramitação dos processos que solicitavam ao MEC a autorização para funcionamento da FACER. Após a concessão da referida autorização, assumindo a função de diretora da FACER, trabalhei na implantação da faculdade acompanhando e compartilhando das expectativas da comunidade ao mesmo tempo em que trabalhava por uma faculdade que, segundo se esperava na época, iria realizar aquelas expectativas de democratização do ensino superior, de desenvolvimento social, cultural e econômico. Por estar mais próxima da comunidade acadêmica, fazia-me porta-voz do grupo mantenedor para a transmissão das dificuldades encontradas pela Instituição, junto à Organização das Cooperativas de Goiás – OCG, em manter os seus propósitos iniciais de ser uma Instituição de Ensino Superior Cooperativa, ao mesmo tempo em que representava uma comunidade esperançosa em poder construir, naquele ambiente acadêmico, um espaço não só favorável ao conhecimento, mas também de partilha, de cooperação. A idéia era a de se construir, mediante aquela Cooperativa de Ensino Superior, a primeira do Brasil, uma identidade singular, cooperativa.

À medida que o cooperativismo ia dando certo nas atividades do município, crescia também a auto-estima dos envolvidos nelas e a confiança nos demais projetos. Assim, a CESUR/FACER era a esperança coletiva de um Ensino Superior de qualidade, a preços compatíveis com o poder aquisitivo da comunidade. De repente, a alteração de sua forma de organização trouxe questionamentos sobre a sua transição, de Cooperativa para uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade. A dúvida era: sendo a CESUR/FACER uma Organização de Ensino Privado ela mudaria também a sua filosofia de trabalho e o resultado esperado? A preocupação com a perda de uma cooperativa tinha conexão com o pensamento do estudioso em Cooperativismo e atual Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues (2001), ao afirmar que, a cada dia que passa, os governos nacionais estão perdendo a capacidade de resolver os problemas reais das pessoas.

Quem decide os investimentos de geração de empregos, educação, saúde são os fluxos de capitais, ou seja, são determinados pelas taxas de lucro do capital que é determinado pelo mercado. Por isso, as pessoas estão inseguras quanto à possibilidade de conseguir satisfazer suas necessidades básicas de moradia, de acesso à educação, de trabalho. Como sair disso? Responde o autor que, neste processo, cabe às cooperativas um importante papel, pois elas são o “braço econômico da organização social”. Ser cooperativa em Rubiataba era ser, portanto, esse braço econômico mencionado por Rodrigues (2001) e confiar em possibilidades reais de uma vida mais humana e mais justa.

Questionar, portanto, a prática cooperativista, tinha fundamental importância para a continuidade de um trabalho que tem, no imaginário da comunidade de Rubiataba, significado importante e cujas raízes sustentam uma razoável qualidade de vida coletiva. Além disso, houve a pretensão de contribuir para o conhecimento do cooperativismo, em especial do cooperativismo na Educação Superior, um tema ainda pouco conhecido e difundido, mas que enseja grandes contribuições à democratização do Ensino Superior e, de uma forma mais ampla, por meio dos seus diversos ramos de atividades, à emancipação social. A compreensão do novo cooperativismo¹, seus limites e possibilidades torna-se um tema relevante, tendo em vista as possibilidades que por ele se abrem para a superação das profundas desigualdades e desequilíbrios sociais.

¹ De acordo com Pinho (2004), o Novo Cooperativismo é uma denominação utilizada pelo movimento do cooperativismo ligado à economia solidária e que se desenvolveu marcado pela crise ideológica da esquerda e pela necessidade de enfrentar as conseqüências perversas do neoliberalismo. Tem como base a democracia na produção e na distribuição, a luta pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social. Segundo seus autores esse é um movimento que não se insere nos mesmos espaços do chamado cooperativismo tradicional.

A presente dissertação mostra que as principais dificuldades encontradas para a difusão do cooperativismo são principalmente, a própria pressão capitalista que privilegia as iniciativas privadas e em segundo plano a falta da cultura da cooperação entre trabalhadores e a falta do conhecimento, da prática em criação e gestão de empresas democráticas, como o cooperativismo, preparadas para competir nos mercados. Estudiosos do cooperativismo afirmam que para superar essa dificuldade, é preciso preparar os trabalhadores para a auto-gestão, o que já está acontecendo, com destaque para a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG, o Movimento dos Sem Terra – MST, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ITCP, entre outras.

O reconhecimento dos benefícios prestados pela FACER não conferiu a ela o direito de registrar-se como cooperativa sem que fossem observados os princípios estabelecidos pelo cooperativismo: que os cooperados fossem alunos, pais ou professores. Em consequência desta decisão, a CESUR/FACER foi transformada em uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade², tendo, pouco a pouco, se distanciado dos princípios cooperativistas que inspiraram a sua criação.

O problema dessa pesquisa consiste, portanto, em conhecer quais teriam sido as possibilidades de contribuição do sistema cooperativista para a democratização do Ensino Superior Regional por meio do estudo de caso da CESUR/FACER que, se como cooperativa mostrou-se mais acessível financeira e democraticamente, poderia, com base em outras experiências bem sucedidas, como o caso de *Mondragon Corporacion Cooperativa*, caso fosse de interesse dos cooperados, retornar ao seu formato original.

Para esta análise, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Compreender o modo de organização cooperativo e suas possibilidades para o desenvolvimento do cooperativismo no Ensino Superior.
- Revisar o referencial teórico do cooperativismo na educação superior.
- Enfocar o caso CESUR/FACER, objeto desta pesquisa, analisando a sua atuação enquanto Organização de Ensino, a sua proposta cooperativa de oferta de ensino superior, para responder às indagações de democratização e qualidade de ensino oferecido.

² Sociedade por quotas de responsabilidade Ltda.- Segundo Lemes Jr.; Rigo; Cherobim,(2002,p.22): Nas empresas limitadas, como são usualmente conhecidas, os sócios estabelecem um contrato social. Esse contrato define a participação de cada um dos sócios: aporte de capital de cada um deles, responsabilidade das partes e a natureza da atividade a ser desenvolvida. No caso de inadimplência, as dívidas da empresa poderão ser pagas com os bens dos sócios limitados, correspondentes à sua participação no capital da empresa.

Para atingir estes objetivos o trabalho foi organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma síntese do histórico do cooperativismo, a partir da idéia de cooperação, base das suas raízes e inspiração dos precursores do cooperativismo em busca de um mundo mais justo e solidário. Esse capítulo traz ainda a evolução do cooperativismo no Brasil, os pioneiros, ressaltando que o início do movimento foi a partir de 1841, com a chegada de imigrantes no sul do país.

No segundo capítulo, foram realizados estudos sobre a evolução do Ensino Superior Brasileiro, utilizando-se de uma abordagem histórica construída por Moreira (1997). Esta abordagem inicia-se pelo estudo do Ensino Superior na colônia até aos dias atuais, com a finalidade de compreender a grande inserção da rede privada no Ensino Superior Brasileiro e o pequeno percentual de alunos, 9% da faixa etária entre 18 e 24 anos, incluídos no Ensino Superior. Dados do MEC/INEP (2002) demonstram que o setor público responde por apenas 11,9% da Educação Superior no Brasil. Tomou-se como referência de organização cooperativa de Ensino Superior, o complexo – *Mondragon Corporacion Cooperativa* – localizado na Espanha, onde as atividades dedicadas ao Ensino Superior culminam com a criação da Universidade de Mondragon e várias outras organizações de ensino profissionalizante que se constituem no chamado grupo de conhecimento cuja densidade de pensamento influi no desenvolvimento do complexo MCC – *Mondragon Corporacion Cooperativa*.

O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada na realização da pesquisa. Depois de estabelecido o objeto da investigação, foram identificados os objetivos a serem trabalhados nesse Estudo de Caso. Para essa investigação buscou-se em Bogdan; Biklen (1994), Ludke; André (1996), Brandão (1981), Demo (1984), Martins (1980), entre outros autores, as referências para a utilização da pesquisa qualitativa, e para as análises finais.

No quarto capítulo relata-se a criação em 1989, da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, objeto desta pesquisa e da FACER, Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, por ela mantida. Para melhor compreensão deste projeto cooperativo, fez-se necessário apresentar o movimento cooperativo de Rubiataba, iniciado na década de 1970 com a criação da primeira cooperativa do município – Cooperativa de Produtores Rurais, a COOPER-AGRO que deu origem às demais cooperativas da cidade e que possibilitou, aos seus cooperados fortalecerem e ampliarem suas atividades.

As experiências bem sucedidas das Cooperativas de Rubiataba têm contribuído significativamente com o desenvolvimento do município e criado na comunidade um

sentimento de aceitação às propostas cooperativas. Por esta razão, a proposta de uma Cooperativa de Ensino Superior foi recebida pela comunidade local e até regional, como um resgate social, um projeto que passaria da utopia para a realidade, uma vez que em toda região do Vale São Patrício seria a FACER, a única Faculdade a oferecer nas condições cooperativas, os cursos a que se propôs.

Para responder a estas indagações, os instrumentos utilizados foram documentos e as entrevistas com os Cooperados, professores e alunos, que conviveram na CESUR/FACER, antes e depois das mudanças ocorridas.

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

1.1. O Movimento Cooperativista

É proposta deste estudo apresentar a organização cooperativa e suas possíveis contribuições à educação superior. Este desafio leva a considerar o cooperativismo num movimento mais amplo, que implicará a compreensão de um sistema, de um modelo de organização alternativo entre o público e o privado, aplicável em vários ramos de atividades e, ainda, à compreensão de um modelo de organização alternativo entre o socialismo e o capitalismo.

O movimento cooperativista teve início no século XIX, consolidando-se durante o século XX como uma organização econômico-social democrática, pelo fato de serem os sócios da organização, ao mesmo tempo, seus beneficiários, reduzindo um pouco a grande desigualdade entre os muito ricos e os muito pobres.

Nascimento (2000, p.10), apontando a cooperação como instrumento eficaz para a busca do equilíbrio desejado, afirma:

A humanidade tem vivido momentos em que tenta coexistir com todas as formas de exploração econômica e tem buscado a sobrevivência, utilizando ora o autoritarismo, ora a liberdade, ora o utilitarismo. Mas, sempre se defrontando com dificuldades como a fome, a miséria. Assim foi na sociedade primitiva e é na sociedade moderna, a diferença é apenas de magnitude. E a cooperação tem sido sempre a forma poderosa de reduzir os desequilíbrios.

Ainda segundo este autor, o desenvolvimento do homem o tem impedido de ver que ainda hoje a sua sobrevivência continua difícil, principalmente porque aumentou a

contradição entre a necessidade de unir-se em cooperação e o predomínio do individualismo. As cooperativas são organizações voluntárias, formadas pela livre iniciativa dos seus interessados e, por isto, estão também expostas a serem apropriadas por pessoas ou instituições com interesses diferentes do verdadeiro cooperativismo, ou seja, pessoas que utilizam as cooperativas para fugir aos tributos e leis. Exemplos destas cooperativas, as falsas, em grande parte podem ser retirados das cooperativas de trabalho. Daí a recomendação de Irion (1997) para que as cooperativas sejam criadas por pessoas interessadas em utilizá-las para fins de promoção econômica e social dos seus cooperados. Irion (1997), citando Purper, chama a atenção para o que seria a cooperativa horizontal, organizada voluntariamente por homens e mulheres, sem a pressão de interesses externos ao grupo (as pressões do capital), de cuja origem os cooperados participam, diferentemente da cooperativa vertical, que é patrocinada e cujo estímulo inicial parte de fora do grupo interessado.

Rodrigues (2001, p. 14), como um cooperativista vê no cooperativismo uma oportunidade de crescimento da pessoa humana mais urgente e importante do que o crescimento meramente econômico:

produzimos, comercializamos, suprimos [...] a partir de uma perspectiva de servir às pessoas, com valores que nos distinguem. E as pessoas, hoje em dia, apreciam esses valores, porque provavelmente, serão eles que preservarão a nossa condição humana num mundo globalizado.

As cooperativas nasceram com a Segunda Revolução Industrial, na Europa, no século XIX, respondendo ao grande desemprego da época. Mas a origem da cooperação, segundo Charles Gide, citado por Macedo; Ximenes, (2001), está na própria humanidade, no modo de ser, de viver e de agir das pessoas diante das necessidades da vida. Assim, homens e mulheres inconformados com a própria sociedade em que viviam desejavam uma organização social em que pudessem predominar a ordem, a justiça e o bem-estar coletivo.

Da mesma forma, a aspiração da cooperação por um mundo melhor inspirou os precursores do cooperativismo segundo Macedo; Ximenes (2001): Hohn Bellers (1654-1725) tentou organizar a cooperativa de trabalho; Charles Fourier (1772-1837) foi o idealizador das cooperativas de produção e das comunidades chamadas “Falanstérios”; Roberto Owen (1771-1858), considerado o pai do cooperativismo, tentou, durante toda sua vida, encontrar uma forma de substituir a competição e a ganância pela cooperação;

Willian Krig (1786-1865), médico, dedicou-se ao cooperativismo de consumo; Felipe Buchez (1796-1865), nascido na Bélgica, defendeu um cooperativismo autogestionado, independente da ajuda do governo. Louis Blanc (1812-1882), político, preocupou-se com direito do trabalho. Estes pioneiros, conforme afirmam Macedo; Ximenes (2001), lançaram a semente do cooperativismo.

O cooperativismo moderno tem suas origens na sociedade inglesa do século XIX, época em que o mecanicismo regia o pensamento e as relações de produção. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas, que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo.

Com a introdução das máquinas, mudando as relações de produção, há mudanças na divisão do trabalho, fazendo surgir o sistema capitalista de produção. O sentimento da época assim se traduz: “o mundo deixa de ser um grande pensamento e passa a ser uma grande máquina em que a competição desvairada, a corrida do ouro, deixa suas marcas impiedosas nas relações humanas”. (MACEDO; XIMENES, 2001, p.14)

Os autores citados afirmam que a teoria de Darwin, “na qual a seleção natural queria a sobrevivência dos mais aptos, aumentando ainda mais a competição, a luta pela sobrevivência” (MACEDO; XIMENES, 2001, p. 15), contribuiu para acirrar o pensamento de competitividade. Assim, surgem graves problemas sociais: a exploração do trabalho, as condições sub-humanas de vida, a arregimentação de crianças e mulheres ao trabalho, mão-de-obra barata, má remuneração, ao mesmo tempo em que a indústria avançava. Surgiram, então, as primeiras organizações sindicais, as associações de trabalhadores, as cooperativas de ajuda mútua, propondo mudanças sociais, econômicas e políticas (MACEDO; XIMENES, 2001).

Neste contexto, aparecem as primeiras cooperativas, enfrentando problemas sociais, ainda hoje semelhantes. Os camponeses migravam para as cidades procurando trabalho, mas a maioria da população dos centros urbanos vivia em condições miseráveis. Havia privações de alimentos, vestuário e moradia.

Na visão de autores e estudiosos como Singer (2003), Rodrigues (2001), Rodríguez (2002), Irion (1997), Macedo; Ximenes (2001), Santos (2002), o cooperativismo nasceu como um instrumento, uma alternativa de organização, social e econômica para democratizar a distribuição dos bens de produção e da renda, da geração de trabalho, da humanização do mercado e da relação capital/trabalho.

Na Grã-Bretanha do século XIX, as condições em que viviam os assalariados eram de extrema dificuldade. Em uma tentativa vã de aumento de salários, os 28 pioneiros tecelões da cidade de Rochdale, na Inglaterra, em virtude da difícil situação econômica em que se encontravam devido à exploração dos patrões, reuniram-se em associação e então, inspirados em Owen, conseguiram, economizando algum dinheiro, constituir, em 24/10/1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (SAUCEDO; NICOLAZZI JR., 2001).

Conforme se pode observar no decorrer da pesquisa, o cooperativismo não se originou a partir dos Pioneiros de Rochdale, mas com eles surge um novo tipo de organização de ações associativas que, conforme afirmam Carvalho; Ávila (2003, p. 8), “tinham o objetivo de encontrar soluções aos diversos problemas sociais e econômicos da classe trabalhadora decorrentes da revolução industrial”.

É importante ressaltar que a experiência dos Pioneiros de Rochdale (NASCIMENTO, 2000) representa uma mudança no significado do sistema cooperativista. Foi a partir dessa experiência que o cooperativismo se organizou e estabeleceu as bases de um programa, contendo princípios teóricos e regras práticas da organização e do funcionamento de uma cooperativa. Os princípios estabelecidos pela cooperativa de Rochdale, mencionados neste trabalho à pág. 24, continuam fazendo parte dos fundamentos básicos das atuais cooperativas, podendo-se afirmar que o surgimento mais organizado do desenvolvimento cooperativista pode ser atribuído, em grande parte, a uma forma que os trabalhadores encontraram para reagirem e se defenderem da situação de opressão e isolamento em que se encontravam. Fundamentalmente, interessa ao cooperativismo atual o fato de que a experiência de Rochdale representou uma mudança de grande significado no movimento cooperativista. O cooperativismo nasceu, portanto, para a defesa dos interesses econômicos e sociais dos seus cooperados.

Rios (1998, p.15) afirma que “o cooperativismo também tem sua raiz no cristianismo, que pregava a cooperação entre os homens, os seguidores de Cristo cooperavam uns com os outros na luta pela sobrevivência.” Ele então cita, em Ato dos Apóstolos (4:32 a 35), esta comprovação:

Ninguém considerava, exclusivamente sua nenhuma das coisas que possuía, tudo porém lhes era comum, pois, nenhum necessitado havia entre eles, porquanto os que possuíam terras e casas, vendendo-as traziam os valores correspondentes e depositavam aos pés dos apóstolos; então se distribuía a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade.

Entendo que também este é um princípio universal do cooperativismo solidário, o fortalecimento da organização para que todos sejam igualmente beneficiados, Nascimento (2000) considera que a experiência de Rochdale contém uma mensagem de grande utilidade: é um equívoco impor às organizações cooperativas a necessidade de competir para sobreviver. Se isto acontece em algumas cooperativas é porque os associados a consideram apenas mais uma opção comercial. Ignoram o que seja realmente uma organização cooperativa ou estão conspirando para manter uma farsa que um dia terá fim, pela insustentabilidade de posições corporativas. A idéia geral do cooperativismo formulada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão máximo do cooperativismo mundial, durante o congresso realizado em Manchester (1995), é a de que: “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, para fazer frente às necessidades e às aspirações econômico-sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada”. (IRION, 1997, p. 47)

Apesar de o número de cooperativas ter crescido rapidamente, dando origem ao movimento cooperativista internacional, a sua prática não chegou, até hoje, a ser dominante no mundo (SANTOS, 2002). Não chegou a ser uma alternativa importante em relação ao capitalismo, seja nacional ou mundial. Prevalece ainda a opinião de que as cooperativas são instáveis, pois suas estruturas democráticas (cada membro um voto) não são ágeis nas tomadas de decisões, o que as impede de se expandirem. De acordo ainda com a consideração do autor, mesmo que as cooperativas conseguissem se expandir, acabariam por fracassar porque necessitariam, cada vez mais, de grandes investimentos de capital, o que só poderia ser obtido apelando para investidores externos, cuja influência desvirtuaria o espírito cooperativista.

Rebatendo esse pensamento, pode-se afirmar que, no entanto, ultimamente, teorias e práticas cooperativistas têm suscitado novos interesses, desafiando o prognóstico pessimista sobre a sua viabilidade econômica, que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista (SANTOS, 2002). Hoje, acadêmicos e ativistas de governos progressistas do mundo inteiro têm, de forma crescente, buscado a organização econômica cooperativa como forma alternativa de produção. Numa revisão da literatura sobre o tema, os autores indicam Hirst (1994), Bowles e Gintes (1998), Whyte e Whyte (1998), Rothschild e Whitt (1986), Friedman (1992), citados por Santos (2002), assim como, Singer (2003) e Souza (2003), que vêem no associativismo e no cooperativismo formas de

canalizar as iniciativas populares. Apresentam quatro razões fundamentais, relacionadas às condições econômicas atuais, que tornam as cooperativas de trabalhadores uma possibilidade de produção emancipadora:

- Primeiro – as cooperativas estão baseadas em valores e princípios não capitalistas ao mesmo tempo em que operam em uma economia de mercado. O cooperativismo considera que o mercado promove autonomia das iniciativas coletivas.
- Segundo – as cooperativas de trabalhadores podem responder com eficiência às condições do mercado contemporâneo, pois, segundo (BOWLES e GINTIS, apud SANTOS, 2002) as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas porque seus trabalhadores, como proprietários têm maior incentivo econômico e moral, beneficiando-se diretamente quando a cooperativa prospera.
- Terceiro – como a característica principal das cooperativas de trabalhadores é que estes são proprietários, a difusão das cooperativas têm efeito igualitário direto sobre a distribuição da propriedade na economia, estimulando o crescimento e diminuindo a desigualdade.
- Quarto – estas cooperativas geram também benefícios não econômicos para seus membros e comunidades, fundamentais no combate aos efeitos desiguais da economia capitalista e do socialismo centralizado. (SANTOS, 2002, p. 36)

Tais razões são pertinentes, mas o capitalismo interfere sempre que pode (o capital não gosta disso). Essas possibilidades tendem a enfraquecer o capital (MARTINS, 1980).

Embora Santos (2002) aponte também na citação anterior a possível influência das cooperativas no estímulo ao crescimento sócio-econômico e diminuição de desigualdade, sabe-se que em Rubiataba pode-se pretender apenas uma atenuação desses fatores. O ganho seria relativo à própria Instituição de Ensino Superior, a mudanças ideológicas e menos a câmbios significativos à economia regional.

Segundo Singer (2003) e Santos (2002), a economia social, ou economia solidária, é uma organização sem divisão entre empresário e trabalhador ou caracterizada por associação voluntária de pessoas com objetivos democráticos de participação, primando pela consideração e defesa das pessoas e não do capital, no sentido da mais valia³. São organizações com vínculos sociais, ou seja, organizações de mutualidades, organizações sindicais, associações, fundações, cooperativas. Todas possuem importância significativa no momento atual, quando o mundo inteiro se vê premido pelo desemprego, pois é um movimento de luta dos trabalhadores contra o desemprego e a exclusão.

³ A mais valia é o resultado/excedente que na produção da mercadoria, após se descontar todos os custos, o valor que excede é apropriado pelo capitalista. Portanto, mais valia é o trabalho não pago, apropriado privadamente pelo capitalista. (MARTINS, 1998)

O termo “economia social”, que compõe o conjunto destas organizações com vínculos sociais, foi criado, segundo Martinez (2001), por ser uma alternativa à economia de mercado e tem como características, a autonomia de gestão, a participação democrática, o foco nas pessoas e não no capital; sobre isto, Rodrigues (2001, p. 7) faz a seguinte comparação: “Ante uma economia globalizada que promove os valores do egoísmo, do lucro, da ambição, da corrupção e do individualismo, as cooperativas trabalham na globalização dos valores, da solidariedade, da equidade, da justiça, da cooperação e da paz”.

Pinho (2004) afirma que as cooperativas formadas por pessoas de baixa renda, na tentativa de superar dificuldades econômicas, são conhecidas como “cooperativas populares ou de responsabilidade solidária”, diferentemente das cooperativas econômicas tradicionais ou pioneiras, que buscam bons resultados nos mercados, no sentido de se auto-sustentarem. As cooperativas populares, formadas por pessoas de baixa renda ou por portadores de deficiência física, ou ainda, com outras limitações, como no caso dos presos, com o objetivo de resolver seus problemas pessoais e econômicos, têm merecido a atenção e a reflexão de estudiosos do cooperativismo. É o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP. A emergência destas cooperativas fez surgir a vertente cooperativa solidária, paralela ao cooperativismo tradicional, embasada na ética, na confiança mútua, na solidariedade. A autora cita como exemplo as cooperativas de crédito solidário, solução alternativa para o combate ao desemprego, destacando o Sistema Cresol – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, que conta com mais de 70 cooperativas e 30 mil associados.

Já o CESUR/FACER teve o grupo de fundadores formado por dirigentes bem situados na comunidade de Rubiataba, pessoas de classe média/média que representavam a liderança local: Igreja Católica, Protestante, clubes de serviços (Lions), Maçonaria, outras cooperativas, professores, profissionais liberais (médicos, odontólogos, advogados). Pode-se perceber atitudes progressistas e abertas, atitudes democráticas nesse grupo interessado no desenvolvimento de sua região, tradicionalmente cooperativista. Mas, no momento em que o número de associados professores, não foi suficiente para consolidar a Cooperativa CESUR, como participante do grupo pude perceber, embora sem uma atitude investigativa na época, mas, analisando agora como pesquisadora as ocorrências lembradas e os registros existentes, que houve uma posição do grupo que não permitiu que fossem dados os passos necessários ao encaminhamento de uma cooperativa de professores, procedendo

nova chamada de sócios professores para a efetivação da cooperativa (entendendo a recusa do convite feito aos professores ainda como um impedimento). Uma vez que uma cooperativa de pais ou de alunos seria inviável pela característica do rodízio de alunos ingressantes e concluintes.

Pinho (2004) esclarece ainda que a vertente solidária não era reconhecida pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, por considerar este tipo de cooperativa pouco viável economicamente. A Lei 5.764/71 atribuía à OCB a prerrogativa de única representante das cooperativas do Brasil e interlocutora oficial do governo, tendo sido, desde os primórdios do cooperativismo no Brasil, presidida por produtores rurais. A OCB, como representação única do cooperativismo, foi modificada pela participação da vertente solidária do cooperativismo, que ganha força no governo Lula, mediante a promoção de medidas sociais de impacto, destinadas a marcar a face social deste governo, divulgadas em julho de 2003, no Dia Internacional do Cooperativismo.

Segundo dados apresentados por Pinho (2004, p. 10), os pobres e excluídos da economia brasileira constituem a antiga pobreza rural, afavelada nas grandes cidades, tentando formas alternativas de sobrevivência.

Urbanizou-se a miséria. Somente a cidade do Rio de Janeiro reúne mais pobres do que todo interior do Nordeste junto. Aliás, São Paulo e Rio de Janeiro são megalópoles conurbadas, com mais de 10 milhões de habitantes cada uma. Paradoxalmente, entretanto, é nelas que o jogo político é decidido pelo voto da grande massa popular, inclusive analfabetos e pobres marginalizados.

Pinho (2004) apresenta ainda dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2003 sobre a gravidade do problema do desemprego:

1,6% da população economicamente ativa brasileira está desempregada. Só na Grande São Paulo, as taxas de desemprego atingiram 19% depois das festas natalinas, época em que a mão de obra extra é dispensada e a economia informal se retrai por falta de demanda. No mundo, o desemprego oficial, segundo a OIT (relatório de 2003), atinge 180 milhões de pessoas, e 1 bilhão de trabalhadores estão subempregados, ou seja, em atividades informais, sem garantia de remuneração regular, ou em atividades sem vínculo trabalhista. As perspectivas de mudanças no mercado-de-trabalho, todavia, não são otimistas diante do fraco desempenho da economia mundial no início do século XXI, inclusive nos países mais desenvolvidos - EUA, Japão e Alemanha. Tanto no Brasil como no mundo, os mais atingidos pelo desemprego são os jovens e as mulheres- problema potencializado quando trabalham nos setores econômicos mais vulneráveis às recessões e crises econômicas.

Entre outros estudiosos do cooperativismo, Rodrigues (2001) é contundente em afirmar que os governos não conseguem equacionar a questão do desemprego e da desesperança de parte da população, e que, ao contrário, as cooperativas têm possibilidade de responder ao desemprego e à concentração de riquezas, porque permitem que indivíduos financeiramente fracos isoladamente, ganhem forças quando se unem em cooperação, participando com empreendimentos próprios, fazendo negócios, obtendo resultados satisfatórios. O autor considera as cooperativas aliadas dos governos progressistas, além de serem escolas de democracia, ética e princípios, sugerindo ser de crucial importância a educação cooperativista.

Concorda-se aqui com o autor que a falta de conhecimento dos princípios cooperativistas já mencionados nesse trabalho e da organização cooperativista são impedimentos a sua busca como alternativa econômica, social e educacional. Irion (1997, p. 125) também observa que: “[...] a educação formal em geral prepara o cidadão para competir, não para cooperar [...] forma mão de obra, mas não empreendedores. As profissões são usadas como meio de enriquecimento e não a serviço da sociedade”.

O conceito de educação cooperativista não se limita ao conhecimento da “doutrina cooperativa”, mas, tanto os pioneiros do cooperativismo como a Associação Internacional Cooperativista, o consideram no sentido amplo: educação formal, formação profissional, informação e cultura (Irion, 1997). A educação integra os princípios cooperativistas e as organizações cooperativas de ensino são, portanto, consideradas como os demais segmentos cooperativos, uma alternativa de emancipação social.

1.2. O Cooperativismo no Capitalismo

Conforme afirmação de Santos (2002) e Singer (2003), emergem, principalmente nos países periféricos ou semiperiféricos, como o Brasil, a África do Sul, a Índia e a Colômbia, movimentos cujos objetivos sinalizam alternativas econômicas e sociais possíveis de serem implementadas no momento atual como um modelo a superar o capitalismo.

Santos (2002, p.15) define o momento atual de busca da humanidade por tempos melhores.

Está nascendo uma outra forma de globalização, uma globalização alternativa e contra hegemônica que através de redes e alianças locais lutam contra a globalização neoliberal, em busca de um mundo melhor. Conforme manifestação dramática acontecida no Fórum Social Mundial em janeiro de 2001 em Porto Alegre.

Também Aníbal Quijano (2002) afirma que a aspiração por uma vida sem exploração é antiga e que a idéia de que é necessário um sistema alternativo de produção data de apenas dois séculos. Essa idéia, segundo o autor, é um dos eixos centrais das lutas contra o capitalismo e contra todas as formas de exploração e dominação. Para Quijano (2002), ao longo do século XIX, até a Primeira Grande Guerra, várias foram as propostas alternativas de produção surgidas: a idéia saíntsimoniana de sociedade de produtores (1802); as Cooperativas de Owen (1818); o Falansteiro de Fourier (1822); a Comuna do Movimento Anarquista (1871); entre outras, mas foi, até pouco tempo, a proposta de nacionalização da economia, contida no “Manifesto Comunista”, de Marx e Engels (1848), a que atingiu maior sucesso.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a nacionalização da economia foi imposta na prática pela Rússia em todo o “Bloco Socialista” e teve significativa influência em escala mundial. A idéia era de que socialismo e nacionalização da economia, segundo Quijano (2002), constituíam conceitos teóricos e politicamente correspondentes, chegando a ser de certa forma hegemônica e mundialmente aceitos durante quase todo o século XX até a desintegração do “bloco socialista” europeu, em 1989.

Segundo ainda Quijano (2002), de todas as propostas, apenas o cooperativismo conseguiu sobreviver com drásticas adaptações e por ter sido protegido na Europa pelo movimento social-democrático e fora da Europa por correntes democrático-nacionalistas em luta com a aliança oligárquico-imperialista.

Por esta razão, segundo o autor citado, o cooperativismo ficou vinculado à concepção e à prática dessas reformas. Manteve-se como parte do debate e da prática política, mas sempre como um setor marginal da econômica capitalista. O que, de acordo com o autor, confirma as posições de Marx, para quem as cooperativas não eram uma alternativa favorável ao capitalismo e, ao contrário, poderiam desempenhar um importante

apoio à auto-educação dos trabalhadores, para se reapropriarem do controle do seu trabalho contra o despotismo do capital.

O argumento central em favor do cooperativismo é destacar a necessidade de se apresentar e fomentar formas de produção e distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas. Para Santos; Rodríguez (2002), estas são formas baseadas na igualdade, na solidariedade, na proteção ao meio ambiente, e que dependem de sua capacidade de sobrevivência no contexto capitalista. São projetos com potencial emancipatório, cujo entendimento fundamental é o de que a realidade não se reduz ao que se pode estar presenciando no momento, mas é um campo de possibilidades que comporta alternativas que representam formas de sociedade mais justas.

Santos; Rodríguez (2002) enfatizam que o termo “alternativa” é usado frequentemente para expressar as práticas e teorias que desafiam o capitalismo: globalização alternativa, economia alternativa, desenvolvimento alternativo, mas ressaltam a importância de se questionar: alternativo em relação a quê? Quais valores e práticas capitalistas estas alternativas criticam e procuram superar? No pensamento dos autores, tradicionalmente, as linhas de raciocínio crítico ao capitalismo sublinham três características negativas das economias capitalistas:

- Primeiro – o capitalismo produz desigualdades de recursos e de poder.
- Segundo – as relações de concorrências exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecida, baseadas no benefício social em lugar de na solidariedade.
- Terceiro – a exploração crescente dos recursos naturais em nível global põem em perigo as condições físicas da vida na terra – o capitalismo tende a esgotar os recursos naturais que permitem a sua reprodução. (O’CONNOR, apud: SANTOS, 2002, p.29)

Na prática, são citados por Santos; Rodríguez (2002), vários movimentos, até mesmo combinados entre si, com o propósito citado, como exemplo, o ecofeminismo produzido pelos movimentos de mulheres que, na Índia, articulam a crítica e a luta contra o patriarcado e a favor da preservação do meio ambiente ou as cooperativas que não apontam apenas para remuneração igualitária dos trabalhadores, proprietários das empresas cooperativas, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias, baseadas no trabalho colaborativo e participação democrática, na tomada de decisões sobre as empresas.

Porém, as experiências denominadas alternativas ao capitalismo não pretendem, segundo os autores, substituir o capitalismo “de um só golpe”, mesmo porque não são teorias sócio-econômicas e filosóficas abrangentes como o marxismo, mas sim incomodarem a “reprodução e hegemonia” do capital, sendo baseados nos princípios já citados de igualdade, solidariedade e respeito à natureza.

Santos; Rodríguez (2002) distinguem três vertentes de pensamento e de experimentação não-capitalistas:

- o cooperativismo e as teorias associativistas;
- as organizações econômicas dos setores populares nas periferias e semiperiferias do sistema mundial (atividades econômicas informais);
- os movimentos ecologistas, que põem em causa a própria idéia de crescimento econômico, são movimentos não excludentes que, na prática, acontecem de forma conjunta.

Estas vertentes justas e coerentes encontram dificuldades em se manter no capitalismo brasileiro que a eles se opõem e só reconhecem a “justiça” e a “coerência” do enriquecimento e de mais valia.

1.2.1. As Formas Cooperativas de Produção

Na Inglaterra, surgiram as cooperativas que deram origem ao cooperativismo contemporâneo, inspirado nos valores de democracia, igualdade, solidariedade. Estes valores estão contidos em sete princípios que têm orientado o funcionamento das cooperativas de todos os segmentos, desde a criação da primeira cooperativa, em Rochdale.

Em Santos (2002), estes princípios estão assim expressos:

1. Vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão abertas a novos membros.
2. Controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados, de acordo com o princípio “um membro, um voto”.

Pode-se inferir quanto aos princípios 1 e 2 que:

- a) O grupo fundador da CESUR/FACER preferiu não convocar outros professores (os primeiros convites não foram aceitos), que poderiam não ter as mesmas convicções que ele. Não houve outra chamada no 2º momento da sua organização;
 - b) Não haviam muitas pessoas com disponibilidade financeira para participar.
3. Participação econômica dos membros – tanto como proprietário solidário como participante das distribuições de proveitos.
 4. Autonomia e independência – em relação ao estado e as outras organizações.
 5. Compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva.
 6. Cooperação entre cooperativas – locais, nacionais e mundiais.
 7. Contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa – responsabilidade social.

Estes dois princípios (6 e 7) embora plenamente aceitos não foram suficientemente fortes para convencer o grupo a assumir a organização cooperativa.

Em meados do século XX, a idéia de socialismo de mercado, inspirada no socialismo proposto por *Proudhon*, foi debatida com muito interesse. (SANTOS, 2002)

Segundo o autor, é possível fazer reformas radicais no regime da propriedade e em outras instituições, de modo que os mercados facilitem a concretização de objetivos socialistas. Torna-se, para isso, especialmente necessário que as empresas sejam propriedades dos trabalhadores, ou seja, funcionem como cooperativas de trabalhadores, em face dos conhecidos efeitos igualitários e democrático das cooperativas. Um mercado no qual predominem as cooperativas e que seja regido por regras básicas de redistribuição da riqueza pode, de acordo com este modelo, contribuir para a promoção, a igualdade, a solidariedade e a liberdade. (SANTOS, 2002)

É importante ressaltar que o cooperativismo, assim como outros movimentos sociais de caráter associativista que eclodiram no século XX, tinha em vista não apenas melhorar a qualidade de vida das pessoas que viviam em condições miseráveis e de privações, mas buscava também superar o sistema capitalista. No entanto, Schneider

(1981, p.11), citado por Vicensi Gabbi, (2001, p.10) contesta, dizendo que foi utópica a proposta de superação de classes defendida pelo movimento cooperativista, pois as forças impulsionadoras do capitalismo incorporaram o cooperativismo em sua própria dinâmica. De fato embora com algumas possibilidades, o movimento cooperativista, no Brasil enfrenta forças do capitalismo aparentemente insuperáveis, como demonstra a tentativa da FACER.

Os estudos efetuados até aqui permitem uma outra compreensão, a de que, embora o cooperativismo seja uma empresa dentro da economia de mercado, é um empreendimento que, por sua natureza, não busca lucros, no sentido da mais valia, persegue resultados positivos para tornar viável o negócio dos seus associados.

As abordagens feitas por Ricciardi; Lemos (2000) parecem apropriadas à fundamentação de que a empresa cooperativa é, sim, uma alternativa possível ao capitalismo, pois embora o capitalismo tenha trazido pela tecnologia, muitos benefícios à sociedade, não conseguiu assegurar uma distribuição equânime da riqueza, de modo a fornecer bem-estar para todos, o que, para o cooperativismo é um princípio.

Ricciardi; Lemos (2000) afirmam que o século XX, embora tenha sido um dos mais notáveis na história da humanidade, não ofereceu as condições de vida que a sociedade almejava: um meio seguro de subsistência, um lugar decente para viver e alimentos não contaminados. Segundo estes autores,

[...] em 1994, 44 países se reuniram na conferência de Bretton Woods nos Estados Unidos e constituíram o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial): a eles caberia a definição de uma política econômica – financeira comum a todos, capaz de reordenar o mundo mediante igualdade e justiça, após a II Guerra Mundial. (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 22).

Sob esta coordenação, no entanto, houve um efeito inverso. O FMI leva países emergentes a gerarem saldos comerciais e a abrirem seus mercados aos fluxos financeiros mundiais. O capital internacional descobre, assim, que pode obter melhores resultados pela especulação financeira do que pela aplicação de recursos em investimentos produtivos, mas o capital, mediante a tecnologia, ganha volatilidade e se transforma em um predador. O resultado, segundo os autores, é que, com as economias nacionais desaparecendo, os países se fragmentaram, surgindo blocos comerciais regionais, com a economia global cada vez mais interligada. E em todo o mundo os salários estão em queda. Enquanto as

organizações estão tendo grandes lucros, a classe média está sendo penalizada com baixos salários ou desemprego. Os autores Ricciardi; Lemos (2000) arrematam com muita propriedade: “O capitalismo concentrador de renda, levou a cobiça dos especuladores a um nível de insensibilidade tal, que eles não se preocupam sequer em serem sutis. Destroem economia, países, populações, sem qualquer emoção, exceto a de ver o crescimento de suas fortunas. Ricciardi; Lemos (2000, p.28)”.

Ricciardi; Lemos (2000), afirmam, citando Thurow, que, hoje, quem dita as regras do jogo político não são mais os Estados, que perderam o seu poder, agora são as corporações transnacionais que ditam as regras. Espera-se que surja uma nova forma de poder, autenticamente voltada para o bem social das nações. Isso se torna urgente, uma vez que o capitalismo é hoje mundialmente aceito, mesmo com suas características perversas, mas não pode ser considerado a única alternativa possível. Mas, conforme se afirma no início deste trabalho, uma reação a este sistema, cujas conseqüências destrutivas amedrontam, pode surgir, é uma outra forma de globalização, em luta por um mundo melhor, vista por Santos (2002) como globalização alternativa que, diferentemente das grandes corporações, organiza-se em pequenas empresas, associações, sem focar apenas nos lucros (mais valia), mas, principalmente, nas pessoas, como é o caso das cooperativas.

As “pessoas” foram pensadas pela CESUR/FACER inicialmente: pessoas que seriam educadas, formadas profissionalmente de maneira ética, crítica, criativa, partícipe e cidadã.

As grandes corporações, comandadas por um pequeno grupo, construíram impérios sem fronteiras, concentrando grande poder econômico e político e tornando-se uma ameaça aos que precisam viver do próprio trabalho (RICCARDI; LEMOS, 2000). Por isso parece importante ressaltar que a difusão das cooperativas de trabalhadores, sendo eles os proprietários, contribui para uma distribuição mais equitativa na economia, gerando benefícios aos associados e consolidando a democracia. (SANTOS, 2002)

Singer (2003), referindo-se à “Economia Solidária”, também considera que esta é uma forma de produção alternativa ao capitalismo. “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p. 13).

O autor considera a cooperativa uma unidade típica da economia solidária, pelos seus processos organizativos: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática da empresa, por participação direta ou por representação; divisão da receita

líquida entre os cooperados por critérios aprovados em comum acordo; destinação das sobras, também por critérios acordados entre todos; a cota de cada cooperado não remunerado, empréstimos com menor taxa de juros do mercado.

Singer (2003) vê a economia solidária como uma criação dos trabalhadores em luta contra o capitalismo. A economia solidária torna-se um projeto de homens e mulheres vítimas do capital e que pretendem uma nova maneira de viver, de ganhar a vida, reintegrando-se à divisão social do trabalho com condições de competir. Para isto, então, que pequenos produtores do campo e da cidade se juntam para produzir, fortalecendo o empreendimento próprio e não apenas vendendo sua força de trabalho. O autor considera estas ações não capitalistas. Para ele, existe uma forte afinidade entre as classes trabalhadoras e a economia solidária e atesta que: “[...] a construção da economia solidária tem sido, em muitos países, ao longo de muitas gerações, uma das principais formas de luta contra o capitalismo, ao lado da ação combativa de sindicatos e partidos, por direitos políticos e sociais”. (SINGER, 2003, p.15)

Embora a economia solidária não seja a única opção para os trabalhadores, ela reforça seu poder de luta, contra a exploração capitalista. As estatísticas apresentadas pela Aliança Internacional Cooperativista em 2001 mostram que cerca de 40% da população mundial está ligada ao movimento. Isso indica uma opção de desenvolvimento alternativo forte e que tende a crescer.

1.2.2. Economias Populares e o Desenvolvimento Alternativo

Segundo Santos; Rodríguez (2002), após a Segunda Guerra, durante meio século predominou a discussão sobre desenvolvimento e políticas econômicas. Assim, foram criados programas de ajuda internacional e agências financiadoras promovidos por países centrais para tentar diminuir o fosso entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Concebidos de cima para baixo e centrados no setor industrial, esses programas marginalizaram outros objetivos econômicos, sociais e políticos. A teoria do desenvolvimento alternativo, formulada por críticos de desenvolvimentos convencionais, tem origem em 1970, sendo impulsionada pela Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento em 1976. Hoje, são estas idéias que fundamentam as críticas feitas à globalização neoliberal.

Nas teorias do desenvolvimento alternativo, o desenvolvimento econômico é concebido como uma forma de promover melhores condições de vida à população, principalmente para os setores marginalizados. Santos; Rodríguez (2002, p. 46) afirmam que: “o desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena dos setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento.”

Esta perspectiva propõe um desenvolvimento a partir de uma base, de baixo para cima, que possa gerar a construção de um poder comunitário e que privilegie o âmbito local com propostas de iniciativas coletivas, de propriedade e de gestão solidária, baseadas na autogestão de empresas populares. Dentro desta linha de ação, as iniciativas que priorizam formas de produção não capitalistas são muito variadas: atividades de trocas (comunidades latino-americanas), movimentos sociais, ONG – Organização Não-Governamental, comunidades e setores governamentais da periferia e semiperiferia, formas associativas de produção (associação de moradores e outros).

Santos; Rodríguez (2002) confirmam que, desde os anos de 1980, o desenvolvimento alternativo foi impulsionado pelo movimento ecologista, que recebeu a denominação de “desenvolvimento sustentável”, termo formulado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Comissão Bruntland), que o definiu como “o tipo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem colocar em causa a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades.” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 48).

Estes autores, citando McMichel (1996), asseguram que a discussão sobre os limites ecológicos ao desenvolvimento é tema sempre presente quando se fala em desenvolvimento alternativo. A Comissão Bruntland e a Conferência do Rio, a Eco 1992, aceleraram o debate sobre a necessidade de se criar limites à produção, para conter a destruição do meio ambiente, um tema que tem incomodado os projetos de desenvolvimento capitalista convencional. (MCMICHAEL. *Apud*: SANTOS; RODRÍGUEZ 2002)

Ainda de acordo com Santos; Rodríguez (2002), há outras propostas de desenvolvimento alternativo: (1) a exclusão das mulheres dos programas de desenvolvimento convencionais foi superada nas propostas de desenvolvimento alternativo. O evento dinamizador dessa superação foi a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, na cidade do México, em 1975. (2) Apoio econômico às classes populares

na prestação de serviços financeiros por meio de micro créditos. (3) O Movimento dos Sem-Terra, que tem ocupado terras improdutivas com vista a uma reforma agrária efetiva.

1.3. Cooperativismo e Economia Solidária

Pode-se apreender do momento atual, segundo as informações de Singer (2002), Santos; Rodríguez (2002) que, associada às conseqüências da globalização, há uma nova concepção de produção e distribuição que se opõe ao capitalismo e à versão destes de nacionalização da economia, que é, verdadeiramente, o elemento novo do imaginário crítico da sociedade: uma concepção que resulta de movimentos sociais que lutam contra a crise do desemprego. São empreendimentos que compõem a “economia solidária”, já mencionada nesse trabalho, que no Brasil ressurgiu a partir de 1980 (SINGER, 2002), quando a taxa de desemprego muito alta fez aumentar o trabalho informal, dando origem às micro e pequenas empresas e as cooperativas. É então implementada a busca de alternativas ao desemprego para e com os trabalhadores. Nakano (2003, p. 65) faz a introdução do seu texto “Anteag: autogestão como marca”, citando Singer: “[...] a idéia é que os próprios trabalhadores podem lutar e reagir contra o desemprego, contra a exclusão social, e eles próprios organizados, são capazes de tomar o seu destino em suas mãos, criar suas próprias empresas e resolver, portanto, a questão ao invés de esperar soluções vindas do alto, do governo da classe dominante e assim por diante”.

Várias são as organizações que compõem esta concepção: as cooperativas de produção, os serviços, cujo capital é a própria força de trabalho, as associações de produtores, as organizações populares, os bancos comunitários, os clubes de troca; o MST. (Souza, 2003)

Como já mencionado anteriormente com apoio em Singer (2002), embora autores socialistas do século XIX tais como Owen (1818), Fourier (1822), Proudhon (1846), tenham deixado suas contribuições à criação destes empreendimentos, eles são, finalmente, iniciados por trabalhadores que se opõem à ditadura do capital na empresa, à crescente desigualdade entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, ao desemprego ocasionado pelo sistema e ao empobrecimento daqueles que dependem da sua força de trabalho para sobreviver.

Estudiosos de vários países discutem a viabilidade de um novo modelo de produção e distribuição que permita aos trabalhadores obterem ganhos significativos, condições de participar competitivamente do mercado e melhores condições de vida. Surgem, então, inspiradas em autores socialistas, a partir de Rochadale, as cooperativas (SINGER, 2002). Macedo; Ximenes (2001, p. 8), afirmam que “o cooperativismo surgiu com um instrumento que pode ser eficaz, de organização da sociedade para democratizar a distribuição dos bens de produção, renda, geração de trabalho, humanização do mercado, das relações capital/trabalho e assim promover justiça social”.

O cooperativismo integra as organizações da economia social, assim denominadas por Macedo; Ximenes (2001) ou economia solidária, expressão usada por Singer (2002), ou economia alternativa, na fala de Santos; Rodríguez (2002), cujos objetivos estão baseados na solidariedade e na democracia e que têm como foco principal as pessoas e não o capital, ou seja, a preocupação maior dessas organizações é melhorar a qualidade de vida das pessoas e não alcançar lucros no sentido da mais valia, mas, para a sustentabilidade do empreendimento criado.

Os estudiosos do cooperativismo afirmam ainda que a base da “Doutrina Cooperativista” é formada pelos seus valores e princípios. Os valores têm caráter abrangente e perene e os princípios, já citados anteriormente, interpretam os valores e adaptam-se ao tempo e ao lugar (MACEDO; XIMENES, 2001). Para a viabilização desses empreendimentos solidários, várias são as organizações que prestam serviços de assessoria e acompanhamento: organizações não-governamentais – ONG, prefeituras, (políticas públicas para geração de rendas), governos estaduais (Banco do Povo), universidades (incubadoras tecnológicas de cooperativas do povo), Igrejas (Cáritas), no entanto a maioria das organizações cooperativas ou associativas encontram ainda grandes dificuldades para se estabelecerem e se tornarem viáveis.

Há, ainda, grande interesse de empresários inescrupulosos em utilizar os processos do cooperativismo para redução de impostos, conforme afirmado anteriormente. É necessário, urgentemente, ressaltam Magalhães; Todeschini (2003) a iniciativa de políticas educacionais, campanhas e denúncias que resgatem os princípios cooperativistas e a capacitação técnica dos trabalhadores e gestores destas organizações. E ainda, pressões para uma fiscalização mais rigorosa⁴ destas cooperativas por parte dos órgãos competentes ligados ao cooperativismo (Organização Cooperativa Brasileira e Organizações

⁴ No Brasil, a fiscalização e a observância das legislações e estatutos, conforme observa Rios (1989), existem apenas “no papel, são letra morta”. Por isso é pertinente o alerta que nos fazem os autores Magalhães e Todeschini (2003).

Cooperativas Estaduais). Os autores ressaltam também a relevância do potencial da economia solidária para o desenvolvimento do país.

Os autores Macedo; Ximenes (2001) registram que, desde 1998, a Central Única dos Trabalhadores – CUT aprovou um Grupo de Trabalho – GT, dentro da própria organização, para iniciar discussões sobre uma política para a economia solidária, compreendendo que os marcos de sua atuação para economia solidária têm duas constatações: a primeira diz respeito à crise do trabalho a segunda, à crise do próprio sindicalismo.

Com relação à primeira e especificamente no caso brasileiro, ressaltam Magalhães; Todeschini (2003) que a retomada do desenvolvimento não sinaliza na direção de um crescimento sustentável, com a distribuição de renda, por isto o debate da CUT se dá em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento, com ampliação de oportunidades de trabalho, políticas nacionais de fortalecimento do emprego, novas formas de desenvolvimento local e regional, com processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Isso demanda um intenso processo de formação de dirigentes e técnicos. Lembram os autores que a ação conjunta de sindicatos e cooperativas foi uma das estratégias para enfrentar o capitalismo após a primeira revolução industrial. Tinham, então, as cooperativas, estreito vínculo com os sindicatos. E hoje, afirmam os autores: “Um dos nossos principais desafios é reconstruir os princípios do cooperativismo que deve ser orientado pela gestão democrática, por meio da transparência, da repartição dos ganhos, da limitação da acumulação, do estabelecimento do direito do voto por sócio e não por cotas de capital etc”. (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003, p. 140)

O enfrentamento, no entanto, nem sempre é favorável aos trabalhadores e, no Brasil, quase sempre favorece o capital.

Acrescentam os autores que algumas questões de fundamental importância devem ser refletidas: a economia solidária pode ser uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista? A ampliação dessas organizações solidárias será possível, quando se percebe a formação dos grandes conglomerados multinacionais? As experiências locais potencializam a luta política geral?

Os autores respondem a essas questões afirmando que as poucas análises realizadas indicam que estas experiências representam uma alternativa de grande relevância para a sobrevivência imediata da população de baixa renda, mas também

grandes dificuldades de sustentação, pelas condições econômicas adversas e devido ao mercado cada vez mais competitivo.

Mas, qual seria o papel destas experiências a longo prazo? Em resposta, Magalhães; Todeschini (2003) buscam Gaiger afirmando que estas experiências são vistas como embriões de novas formas de produção e de organização do trabalho de uma economia alternativa, sendo portadoras de questionamentos aos sistemas tradicionais de produção e que, pelo caráter participativo, potencializam um alcance de políticas econômicas e sociais que normalmente estão longe do alcance das populações mais carentes, afirmando ainda que, tais experiências levam a uma economia popular solidária integrada à economia de mercado, que contraria sua lógica, já Singer (2003) entende a economia solidária como uma revolução social, tese que, segundo Magalhães; Todeschini (2003), contrapõe-se à da revolução política, meio pelo qual se poderia chegar ao poder.

1.3.1 Incubadoras Tecnológicas

Os autores, Singer (2003) e Guimarães (2003) afirmam que algumas instituições de ensino, (Universidade do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, entre outras), apostando na força da cooperação, criaram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), oferecendo cursos de cooperativismo aos excluídos ou em potencial risco de exclusão. Estes grupos são conscientizados pela ação educativa das Incubadoras e, a partir daí, passam a vislumbrar possibilidades de sucesso nas novas alternativas apresentadas a eles.

Situação semelhante ocorreu com o cooperativismo criado por Owen, no século XVIII, que entendia ser mais importante colocar em prática os conceitos e fundamentos que revolucionariam a maneira de pensar dos trabalhadores, levando-os a retornar ao mundo das máquinas, as quais os tiraram do trabalho para, num segundo momento, voltar a elas muito mais competitivos. Saucedo; Nicollazzi Jr. (2001, p. 89), entre outros, destacam a idéia de Owen segundo a qual: “Se a idéia é a de que o trabalho seria a fonte de toda riqueza [...] deveriam ser os trabalhadores os criadores de toda riqueza”. Da mesma forma, o mais importante para os professores da universidade, segundo os autores, não é criar uma cooperativa porque é bom, ou “bacana”, mas saber que o grupo se organizou para, juntos, tentarem alcançar uma qualidade de vida melhor do que

a que possuem atualmente. Esta consciência de grupo, sugerida pelos autores, deve anteceder a criação de toda organização cooperativista, pois o contrário faz com que muitas organizações criadas como cooperativas, não o sejam de fato e, distanciadas dos princípios do cooperativismo, sejam usadas como objetivos corporativistas.

A primeira ITCP surgiu na década de 1990, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como uma reação ao desemprego e à exclusão da época. O objetivo desta incubadora era utilizar os recursos humanos da universidade e seus conhecimentos para a assessoria e a qualificação de trabalhadores excluídos dos mercados de trabalho, visando à sua reintegração neste mercado. As universidades criadoras das incubadoras seriam, então, responsáveis pela proposta e pela execução do projeto de intervenção econômica e geração de trabalho e renda, e estariam desta forma desenvolvendo plenamente seus projetos de extensão universitária. (GUIMARÃES, 2003)

Ressalta ainda este autor que as práticas de incubação das cooperativas foram construídas com efetiva interação com a população interessada neste tipo de organização e trabalho, respeitando a metodologia e as etapas necessárias à implantação do empreendimento. Ressalta também que as ITCP, fortalecidas ao longo da década de 1990, foram se expandindo no interior de outras universidades, tais como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Fundação Santo André, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Estadual da Bahia, a USP, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Paraná, a Fundação São João Del Rei, a Universidade Regional de Blumenau, a Unisinos, Universidade Católica de Pelotas. Estas universidades formaram uma rede, garantindo a inserção econômica dos grupos e das cooperativas, desenhando no cenário nacional um modelo de economia alternativo ao vigente.

Este modelo de geração de trabalho e renda baseado no cooperativismo encontra nas universidades e faculdades, pelo seu interesse na pesquisa, pela busca do novo, pelo foco nas pessoas e não no mercado, uma parceria ideal.

Segundo Guimarães (2003, p. 115), entre os princípios da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, destacam-se:

- Reafirmar os princípios da Aliança Cooperativa Internacional;
- Conceber a Universidade como uma instituição a ser respeitada como lócus de produção e socialização de conhecimento, como autonomia crítica e produtiva;
- Desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto gestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária.

- Estimular a intercooperação, promovendo a produção e a socialização dos conhecimentos entre as incubadoras e estas com o meio universitário e outras redes afins e a sociedade.
- Estimular a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção na rede.
- Organizar-se autonomamente e se relacionar com outras sedes que conjuguem princípios e objetivos convergentes.
- Trabalhar na constituição, consolidação e integração das cooperativas populares fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes a que estão integradas.

Ao enumerar os benefícios produzidos pela expansão de ITCP em universidades, o autor destaca que o projeto da incubadora possibilitou agregar a área do ensino, pesquisa e extensão a um mesmo projeto acadêmico: a formação de futuros profissionais preocupados com a questão social e qualificados para a realidade sócio-econômica e política contemporâneas.

O público-alvo das incubadoras são trabalhadores desempregados ou integrantes da economia informal que têm como expectativa a conquista da sua cidadania. Guimarães (2003) separa em duas vertentes o público-alvo das incubadoras: a primeira são os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho ou com baixa renda e as populações marginalizadas; a segunda vertente são aqueles que perderam seus empregos no processo de privatização e de globalização da economia. Considerando as duas vertentes, segundo dados do IPEA (2000), foram criados 5.622 postos de trabalho, oferecidos por cooperativas populares incubadas pelo projeto ITCP/UFRJ, estimando em 22.488 pessoas beneficiadas indiretamente, reacendendo, então, nas universidades, o interesse pelos estudos voltados para a economia solidária, em especial o cooperativismo. Também no meio sindical aumenta o interesse pela difusão de formação de cooperativas, com vistas à inclusão, no mercado formal de trabalho, daqueles excluídos. Continua o autor afirmando que, a partir daí, no ambiente sindical é criado um projeto relevante: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), constituída pela CUT, pela rede de universidades que estuda as ações das universidades no campo do trabalho – UNITRABALHO e pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas – DIEESE. A ADS tem como objetivos, fomentar e apoiar empreendimentos solidários, com destinação de créditos às cooperativas, com a qualificação dos trabalhadores, incubagens de novas cooperativas e formação de grupos de discussão sobre a economia solidária.

Também, segundo Singer (2003), em meados de 1990 surge a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária,

ANTEAG, formada para dar apoio, assessoria e formação às cooperativas e associações de trabalhadores que assumiam empresas falidas.

A rede de incubadoras de cooperativas, mais tarde filiada à Unitrabalho, passa a tomar parte na criação da ADS. Conforme Singer (2002), em janeiro 1999 uma delegação da Central passou uma semana na Holanda em conversas com a ICCO⁵, ONG holandesa que financiava a ADS.

A consolidação destes empreendimentos, principalmente do cooperativismo, comprova a tendência, no país, de um movimento alternativo ao desemprego.

A forma encontrada por estes pioneiros para resolver os seus problemas de consumo, cooperativamente, é o manifesto do sentimento de cooperação que tem norteado em grande parte as ações humanas, fortalecendo suas práticas na busca de soluções para problemas comuns. Embora a prática do cooperativismo tenha sido difundida no mundo inteiro e tenha contribuído com o desenvolvimento social e econômico, não se tornou uma prática dominante no país e no mundo. A falta de fomento aos empreendimentos, a falta de formação ou de educação cooperativista, principalmente, têm impedido a sua expansão.

A partir da década de 1980 e início do século XXI, surge um novo cooperativismo; uma outra vertente tem direcionado o movimento cooperativista. É a chamada “vertente cooperativista brasileira de Economia Solidária”. Antes, o cooperativismo era usado por órgãos do governo para a manutenção do poder, ou utilizado por “cooperados, empregadores capitalistas”. Hoje o novo cooperativismo busca os seus valores e princípios não capitalistas para serem vividos e praticados em busca da emancipação social daqueles que se encontram excluídos, tanto do mercado de trabalho como da educação formal, tornando-se os párias da sociedade.

O novo cooperativismo, integrante da Economia Solidária, se desenvolve pela necessidade de enfrentar as consequências do capitalismo, nas relações entre trabalhadores, pela prática do neoliberalismo, mas também pela crença de que os seus valores anti-capitalistas podem diminuir o fosso das desigualdades.

⁵ ICCO, Organização interclesiástica para a cooperação ao desenvolvimento, Caixa de Correios 151, 3700 AD Zeist, Países Baixos. Internet: www.icco.nl / E-mail: info@icco.nl

1.4. Evolução do Cooperativismo no Brasil

Retomando a história, vale ressaltar que, de acordo com Kreutz, citado por Morato; Costa (2001, p. 82), o movimento cooperativo no Brasil iniciou-se por volta de 1841, com a chegada do imigrante francês Benoit Jules de Mure em Palmital, Santa Catarina, e sua tentativa em fundar, naquela localidade, uma colônia de produção de consumo – falanstério – inspirado em Charles Fourier, um precursor do anarquismo francês. Em 1847, o médico francês Jean Maurice Faivre, também inspirado em Fourier, à frente de um grupo de europeus residentes no Paraná, fundou a Colônia Tereza Cristina. Durante o século XX, tentando resolver seus problemas de consumo, crédito, produção, educação, freqüentemente, imigrantes alemães e italianos estabeleciam-se, principalmente no sul do país, e criavam organizações comunitárias, seguindo os modelos da terra pátria.

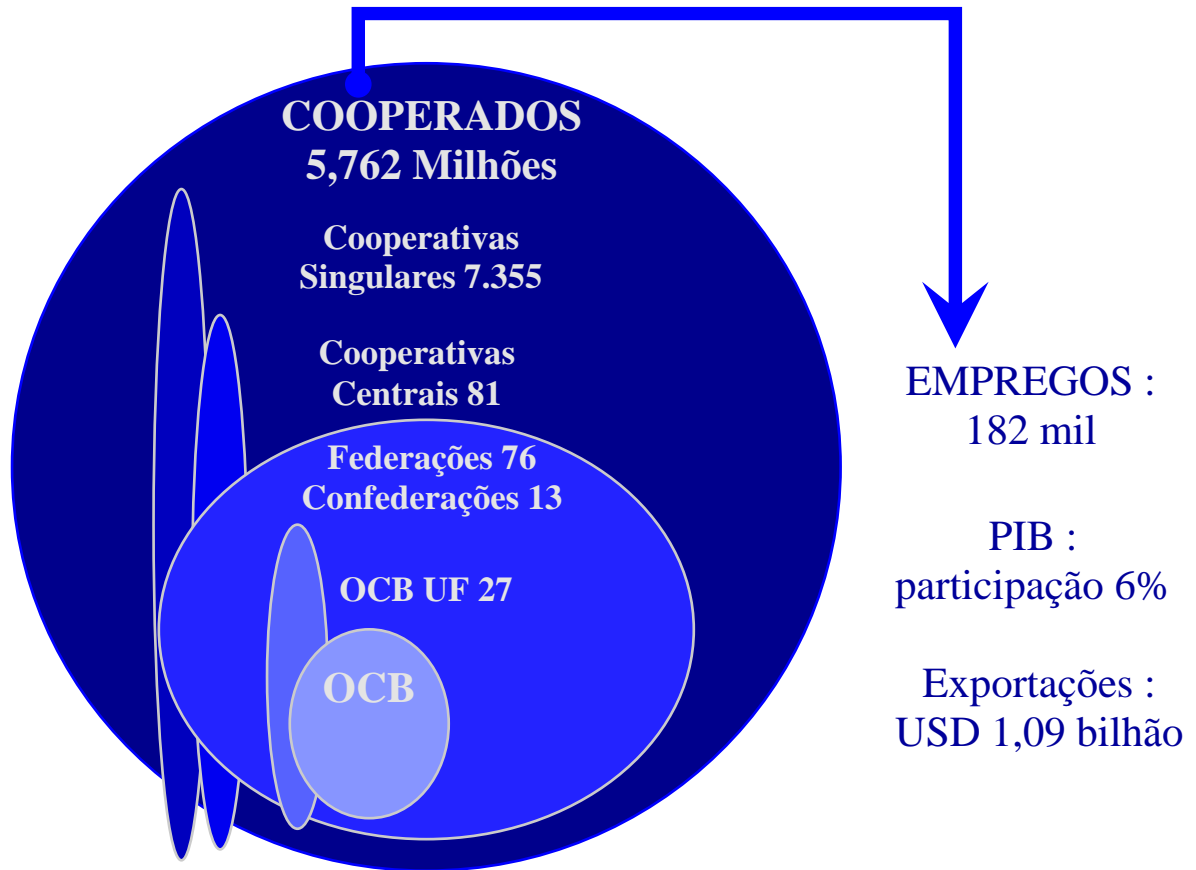
Ainda segundo os autores citados, destacam-se como organizações cooperativas pioneiras no Brasil as de Rio dos Cedros-SC e Ouro Preto-MG (1889), Limeira-SP (1891), Camaragibe-PE (1894). No século XX, foi fundada pelo Pe. Theodor Amstadt, em Petrópolis-RJ (1902), uma cooperativa de crédito rural. Em (1908), italianos de Santa Catarina fundaram a Cooperativa Agrícola de Rio Maior (Cooperprima). Nas décadas de 1950 e 1960, o cooperativismo expandiu-se no Brasil, com destaque para o setor Agropecuário.

Nota-se que a evolução do movimento cooperativista culmina com a sistematização do movimento e a criação da primeira cooperativa pelos pioneiros de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, em consequência da segunda revolução industrial⁶, ou com o surgimento do sistema capitalista de produção.

A partir da década de 1990, o cooperativismo brasileiro vem crescendo acentuadamente, conforme estatísticas apresentadas pela OCB:

⁶ A primeira revolução industrial (1760-1850), a segunda revolução industrial: o taylorismo/fordismo ocorre no final do século XIX e no século XX e a terceira revolução industrial, da produção flexível a partir de 1970. Citado por Carneiro (1998, p. 41)

Gráfico 1: Evolução das Cooperativas



Fonte: OCB-2003

Giffoni Jr. (1994, p. 54 e 55) esclarece que:

A base do Sistema são as cooperativas singulares, compostas pelos cooperados. Para fundar uma cooperativa singular de qualquer segmento, basta um grupo de 20 pessoas. Os procedimentos sugeridos são: reuniões de estudos sobre o cooperativismo e os objetivos e estrutura da futura cooperativa, assembléias para aprovação dos estatutos e eleição da diretoria, registro na junta comercial, registro junto à O.C.B., via O.C.E. e outros.

Três cooperativas singulares podem compor uma central ou federação, que terá finalidades mais específicas e, com outras similares fundar uma confederação, de âmbito nacional.

Em cada Estado, o total das cooperativas singulares, centrais e federações forma e elege, a cada três anos, o corpo diretivo de sua Organização Estadual de Cooperativas (O.C.E.), com os mesmos objetivos e funções da OCB.

Os autores Morato; Costa (2001, p.83) afirmam que a consolidação jurídica destas sociedades efetivou-se no ano de 1932, com o artigo 2 do decreto número 22.239: “As sociedades cooperativas, qualquer que seja sua natureza, civil ou comercial, são sociedades de pessoas e não de capital, de forma jurídica *sui gêneris*”.

Nas décadas de 1950/1960 o cooperativismo expandiu-se no setor agropecuário, seja estimulado pelo poder público, seja pelo estímulo das organizações que compõem a “Economia Solidária”. São notórias as diferenças regionais do cooperativismo brasileiro com motivações e influências também diferenciadas, segundo estudos da UNIRCOOP, sendo que o maior número de cooperativas nas regiões brasileiras mais desenvolvidas. Conforme estatística apresentada, a partir de 1990 o cooperativismo brasileiro tem crescido acentuadamente, chegando em 2003 com 7355 cooperativas e 5762 milhões de cooperados.

A Rede de Universidade das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos – UNIRCOOP – Regional Brasil, por intermédio de um grupo de pesquisadores das universidades Federal Rural de Pernambuco, Federal do Rio de Janeiro, Federal do Paraná e do Vale dos Sinos, elaboraram o documento – Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenários e Tendências (2003), estruturando a pesquisa a partir da divisão geopolítica: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

De acordo com esta pesquisa, a prática cooperativa brasileira desenvolveu-se a partir de 1932, motivada pelo estímulo do poder público, que considerava o movimento um instrumento de reestruturação do setor agrícola. Com a promulgação da Lei do Cooperativismo, definiu-se melhor as especificidades do cooperativismo. Ressaltam os autores que a legislação cooperativa vem sendo modificada no mundo inteiro, permitindo maior flexibilidade do movimento frente às novas conjunturas.

Já nos tempos atuais, no período de 1964 a 1971, o Decreto-Lei 59/1966 regulava a Política Nacional do Cooperativismo, revogando as disposições anteriores. Com a instituição do sistema financeiro de habitação, criou-se o cooperativismo habitacional e também as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária. As cooperativas de crédito ficaram sujeitas às normas do Conselho Monetário Nacional, fiscalizadas pelo Banco Central, isentas de imposto de renda. A Lei 5764/71, que prevalece ainda hoje, modifica a natureza jurídica das cooperativas de sociedades comerciais para civis, mas o desejo das cooperativas, segundo Morato; Costa (2001), era o fim da interferência estatal no setor. Esse desejo, levado e defendido na Assembléia Constituinte, resultou na conquista da

autonomia do cooperativismo, com a promulgação da nova Constituição do País, em 5 de outubro de 1988, na qual figura pela primeira vez em sua história.

Existe, no Brasil, e acordo com pesquisa da UNIRCOOP (2003), a preocupação em diminuir as “brechas legais” para coibir as falsas cooperativas, e as práticas brasileiras do cooperativismo ganham ressonância com as discussões sobre economia solidária, que se opõe à perspectiva dos anos 1980, quando presenciou-se denúncias de que o cooperativismo atuava dentro de uma “modernização conservadora” que favorecia médios e grandes agricultores, em detrimento de uma agricultura de subsistência de base familiar.

Schneider (1981) citado no documento UNIRCOOP (2003, p. 7) afirma que

o modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político.[...] que a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo no País, expressa a dinâmica do modelo da acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual das sociedade brasileira.

O documento da UNIRCOOP (2003) salienta que as diferenças regionais do cooperativismo brasileiro se devem à influência de imigrantes, alemães, italianos e japoneses, fixados nas regiões sul e sudeste, que traziam para estas regiões as experiências que possuíam sobre o assunto. Quanto à sua estrutura de representação, afirma haver também diferenciações: uma ligada à Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, outra, de base popular, ligada ao Movimento dos Sem-Terra – MST, que também está ligado à Confederação das Cooperativas Brasileiras de Reforma Agrária – CONCRAB. Afirma ainda que o modelo cooperativista brasileiro, hoje está ganhando força na perspectiva de inclusão social, e não na visão negativa (de um passado recente), que ressaltava o caráter excludente do então modelo cooperativo.

A seguir, são apresentados, tendo como fonte de informação o documento acima citado, as informações e os números resultantes da pesquisa realizada por região brasileira.

- REGIÃO NORTE – Nesta região, a partir do século XX, o cooperativismo inicia sua expansão por meio das cooperativas extrativistas para exploração da borracha, deparando-se, no entanto, com grandes dificuldades:

distâncias, falta de transportes, escassez de mercado consumidor, falta de política governamental. Somente a partir de 1970, com a política governamental de integração e o povoamento da Amazônia, foi possível o surgimento de cooperativas agrícolas de mineração e de trabalho. Houve ainda, na região, apoio de organizações não-governamentais aos povos indígenas do norte brasileiro, com as organizações cooperativas, surgindo neste período a Cooperativa de Borracha dos Índios Seringueiros Kachinauá, fundada em 1983. Em 1989, os Índios Ashaninka criaram uma cooperativa de mudas de plantas, óleo de murmurú e copaíba, artesanatos e instrumentos musicais, com a intenção de serem comercializados no exterior.

· REGIÃO NORDESTE – Garcia (1984) e Araújo (1997) citam em seus documentos que esta é uma região de extremos contrastes, havendo simultaneamente situações de extrema pobreza e níveis de produção e consumo semelhantes aos de países de capitalismo avançado. A criação de cooperativas reproduz o mesmo quadro. Presencia-se a força e a influência da classe dominante, em detrimento dos interesses dos cooperados de nível sócio-econômico desfavorecido, que sempre acatam determinações do grupo mais forte. Dessa forma, os dirigentes das cooperativas são os que exercem o poder e não os cooperados em assembleias. Assim, a maioria das cooperativas rurais do Nordeste é organizada a partir de uma estrutura na qual os postos de comando sempre foram para os grandes proprietários e chefes políticos. Por isto, o cooperativismo nordestino era identificado mais como instrumento de controle do que de mudança social e até de transferência de recursos financeiros para produtores rurais. Por outro lado, a carência de planejamento, o uso de mão-de-obra sem qualificação, a fraca capacidade de investimento de capital resultou num baixo nível de competitividade das cooperativas nordestinas, principalmente as de pequeno porte. Mas, apesar destas disparidades, constata-se um esforço no sentido da formação do seu quadro social e da capacitação do quadro dirigente, principalmente por intermédio das universidades e entidades representativas do cooperativismo.

- REGIÃO CENTRO-OESTE – Após a criação de Brasília, tem tido início no Centro-Oeste, uma nova fase de desenvolvimento regional, principalmente a partir de 1980, com o programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER. Surge, a partir daí, uma série de cooperativas não apenas rurais, mas também urbanas. Na nova capital, cresce a demanda por habitação, que junto ao crescimento sócio-econômico provoca o surgimento de cooperativas no setor agrícola e educacional. As cooperativas agrícolas surgiram como resultado da estratégia de médios e pequenos produtores agricultores da região Sul e Sudeste, visando a aumentar a produção de commodities como soja e milho pelo aumento da área cultivada. Também pela ação do Programa e Desenvolvimento Agroambiental do Estado do Mato Grosso são criadas cooperativas de pequenos produtores e de populações indígenas.
- REGIÃO SUDESTE – Apesar de ser a região com maior densidade populacional, a distribuição desta população não é homogênea. Há uma grande concentração populacional nas capitais em relação a outras áreas da região, como o Pontal de Paranapanema (São Paulo) ou o nordeste de Minas Gerais. Nesta região, também está a maior concentração de cooperativas: 44% do total de cooperativas brasileiras. Embora as primeiras cooperativas tenham surgido em função da atividade cafeeira do Estado de São Paulo, atualmente predominam as cooperativas de trabalho, com destaque deste tipo de cooperativa para o Rio de Janeiro. Mas, segundo dados da Junta Comercial do Rio de Janeiro, o total de cooperativas abertas foi de apenas 1% do total de empresas abertas no Estado, situação que não é diferente nos demais estados da região. Entre 1900 e 1970, o destaque na região foi o cooperativismo agrícola. A partir de 1980, o cooperativismo urbano, representado pelo ramo do trabalho, foi o mais expressivo. De grande importância, porém, a partir de 1995 foi o Programa de Extensão Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) que, conforme já foi mencionado, visa a dar respostas aos trabalhadores desempregados ou aos que nunca foram incluídos no mercado de trabalho.

- REGIÃO SUL – Nesta região, o cooperativismo foi fundado em práticas sociais da comunidade indígena (mutirão); nas ações dos Jesuítas, com seus projetos civilizatórios (1610) e na ação do médico francês Jean Maurice Faivre (1847). Um processo associativo do cooperativismo é formado por duas vertentes, a primeira resulta de ação coletiva e a segunda é de origem estatal, que podem ser descritas em três momentos:
 - 1º. No início do século XX, constituiu-se nas bases do cooperativismo. No Rio Grande do Sul, com Teodor Amstadt, é organizada a primeira Caixa Rural Cooperativa do Brasil e da América Latina, iniciativa que pode estar ligada às pressões da economia internacional aliado aos processos de organização dos Estados-nações na América. Nas três primeiras décadas do século XX, os imigrantes tiveram um papel de destaque, pela capacidade de criar respostas às suas dificuldades através do cooperativismo. Neste período, o cooperativismo tinha como meta acelerar as mudanças, a circulação de capitais, bens e serviços e não de criar uma outra ordem social. Os indivíduos buscavam no coletivo construir estratégias de sobrevivência num mundo em transformação. O cooperativismo substituiu, de certa forma, o Estado, promovendo o desenvolvimento nas áreas rurais.
 - 2º. Entre as décadas de 1940 e 1970, a nova configuração da economia no pós-guerra concorre para uma política governamental de incentivo às cooperativas de produção, a partir do setor rural. Desenvolve-se um cooperativismo cada vez mais crescente e dependente das políticas do Estado, que passa a conceder isenções tributárias e facilidades de crédito. É nesse período que surgem as cooperativas habitacionais (1963) e se dá o declínio das cooperativas de crédito rural. O cooperativismo transforma-se, neste período, num instrumento das políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agro-exportador.
 - 3º. Iniciado na década de 1980, há uma nova configuração na economia (transformações tecnológicas, informática, microeletrônica) e uma crescente interdependência nas relações mundiais, configurando no país e no mundo uma crise social com índices crescentes de desemprego, pobreza e exclusão

social. Assim, o movimento cooperativista na Região Sul esforça-se para uma nova leitura do cooperativismo, conforme afirma o documento UNIRCOOP. (2003 p.16)

- a) Afirma-se como um modo de agir coletivo segundo o qual os princípios da ação social se formam na experiência concreta concorrendo historicamente por um lado para a formação de diferentes setores produtivos (é expressivo os indicadores de crescimento no segmento trabalho e crédito) e de outro para a consolidação de uma estratégia de defesa de grupos sociais marginalizados pelas políticas macroeconômicas (a emergência de cooperativas de produção, infra-estrutura traduzem este movimento);
- b) Resulta de um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas a partir de um projeto, que busca superar dificuldades em função de um interesse comum e que, na maior parte das vezes, mesmo revelando-se sem fins lucrativos, consegue ser gerador de trabalho e renda (é expressivo como os valores do capital social conseguem alavancar o crescimento dos empreendimentos cooperativos); O sistema cooperativista na Região Sul, assim como no país, mesmo atuando sob os limites das políticas de Estado governamentais se evidencia como um espaço socioeconômico capaz de qualificar a cooperação pelo ato imediato de reunir pessoas e/ou forças de cada um para produzir uma força maior.

Com relação ao item a, de fato o grupo fundador da CESUR/FACER não era socialmente marginalizado e a criação dessa cooperativa não se configurava como uma estratégia de defesa, mas, uma ação que mobilizou pessoas interessadas em superar as barreiras impostas à comunidade com dificuldades financeiras. Uma ação, no entanto, à qual faltou sensibilidade e ousadia, necessárias à consolidação do projeto cooperativo.

Este sistema cooperativista vai além de um contrato mútuo de obrigações visando a objetivos comuns. É estabelecido um novo tipo de agir coletivo, possibilitando a implementação de um outro tipo de ação social, que recusa a lógica economicista, abrindo possibilidades de pensar “a cooperação como um espaço social plural e não instrumentalizante”.

De acordo com o documento UNIRCOOP (2003), desde a aprovação da Constituição de 1988, quando a prática cooperativista foi desvinculada do Estado, vários projetos tramitam no Congresso Nacional, com o propósito de alterar a lei que regula as organizações cooperativas, na pretensão de ampliar a ação cooperativista e inibir as “brechas legais” que oportunizam práticas fraudulentas. Segundo ainda a UNIRCOOP (2003), a Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999, criou e normatizou as cooperativas especiais, destinadas a auxiliar pessoas em situação de desvantagem para se inserirem no mercado de trabalho.

O ramo de cooperativas educacionais teve seu crescimento somente a partir de 1996, quando o número de cooperativas desse ramo passou de 101 para 292 em 2001, sendo 69,5% delas, formadas por pais de alunos. Com relação à distribuição geográfica, as cooperativas de educação do Brasil estão concentradas na região Sudeste, com 45,2% do total das cooperativas, com destaque para os estados de São Paulo e Minas Gerais. A região Nordeste fica com 23,1% das cooperativas educacionais, com destaque para os estados do Ceará e Piauí. A região Sudeste tem 15,5% do total destas cooperativas, a região Centro-Oeste com 10,7% e a região Norte 5,5% do total.

Embora a política nacional para a educação e a formação de cooperativa nas últimas décadas não tenha sido satisfatória, percebe-se que elas foram desenvolvidas, principalmente pelas instituições de ensino, ONGs de apoio ao cooperativismo e alguns órgãos de pesquisa. Também se percebem esforços na construção de uma nova política de educação cooperativista, que no Brasil abrange seis níveis:

1. Educação cooperativa na escola de ensino básico e fundamental – muitos estados brasileiros têm incluído na grade curricular das escolas públicas a disciplina e a prática cooperativista.
2. Educação cooperativa nos cursos de graduação – é exatamente no ensino superior que a educação cooperativista tem se desenvolvido mais. Há um interesse em contemplá-la nos projetos de pesquisa e extensão universitária, principalmente pelas universidades da rede UNIRCOOP.
3. Cursos de Pós-graduação em Cooperativismo – cursos que têm o objetivo de formar especialistas em cooperativismo.
4. Cursos de Educação Continuada – são cursos de pequena duração, promovidos por organizações governamentais e não-governamentais, como o Departamento Nacional de Cooperativismo – órgão ligado ao Ministério da Agricultura; o DENACOOOP; o Serviço de Apoio a Pequenas e Micro Empresas do SEBRAE, e o Serviço de Educação Cooperativista – SESCOOP – órgão que foi fruto de reivindicação do setor cooperativista ao governo federal.
5. Ampliação das discussões e de todos os conceitos do desenvolvimento local, econômico-social e do terceiro setor.
6. Flexibilização das relações de trabalho estimulando práticas auto-geridas.

1.5. A Legislação Cooperativa Brasileira

Segundo Pinho (2004), usualmente divide-se a evolução histórica da legislação cooperativista brasileira em quatro períodos básicos: implantação, consolidação parcial, centralismo estatal, renovação estrutural.

- Período de Implantação: dos primórdios do cooperativismo ao Decreto 799, de 6 de janeiro de 1903.
- Consolidação Parcial: definido pela publicação do Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932, que indicava as características das cooperativas e os seus princípios doutrinários. O decreto garantia às cooperativas uma liberdade razoável de constituição e funcionamento.
- Centralismo Estatal: caracterizado pelas restrições de funcionamento de cooperativas de seguro e crédito. Esta fase foi até 1971, quando o Decreto 59/66 foi revogado e promulgada a Lei 5.764/71, dando início ao período chamado de “renovação das estruturas”.
- Renovação Estrutural: marcado pela Constituição Federal de 1988 e demais mudanças.

O cooperativismo foi contemplado em diversos artigos do Novo Código Civil, com a inclusão de um capítulo que aborda especificamente a legislação cooperativista. A Lei 10.406, de 10/01/2002, que instituiu o Novo Código Civil e trouxe novidades para o cooperativismo, expressas nos artigos 982, 983, 1.093, 1.096 e 1.159 (normas caracterizadoras das sociedades cooperativas), ressalvada a vigência da Lei 5.764/71, que disciplina o cooperativismo.

Krueger (2003, p. 17-19), comparando os dispositivos da Lei 10.406/02 com a Lei 5.764/71, apresenta algumas variações que julga relevantes.

- a dispensa do capital social, obrigatório na Lei n. 5.764/71;
- a conceituação da responsabilidade limitada dos sócios, que a Lei n. 5.764/71 admitiu como não ultrapassando ao total das cotas-partes subscritas pelos associados, foi acrescida de uma responsabilidade subsidiária até o valor dos prejuízos verificados em proporção das operações efetuadas;
- o art. 4º da Lei n. 5.764/71 atribuía uma singularidade à natureza jurídica da Cooperativa, mas o novo Código Civil a reconheceu como sociedade simples;

- ao enumerar as características da sociedade cooperativa, o art. 1.094 no novo Código Civil silencia acerca do 1º princípio de identidade do cooperativismo consagrado pela Aliança Cooperativista Internacional, que a Lei n. 5.764/71, art. 4º, I e IX incorporou à legislação pátria, a saber: o princípio das *portas abertas*, ou *adesão voluntária e livre*;
- ainda ao enumerar as características da sociedade cooperativa, o art. 1.094 no novo Código Civil não reproduz a regra essencial para a consubstanciação do princípio de gestão democrática, que está prevista a Lei n. 5.764/71: a área de admissão de associados da sociedade cooperativa limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços;
- o novo Código Civil não fixa taxativamente o número mínimo de constituintes de uma sociedade cooperativa, que é de vinte fundadores pela Lei n. 5.764/71;
- o novo Código Civil se omite em relação ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social a respeito da indivisibilidade com que distinguiu o Fundo de Reserva, disassociando o tratamento que a Lei n. 5.764/71 havia compartilhado. Aliás, o novo Código Civil não reproduz a prestação de assistência aos associados e, conforme o caso, aos empregados, antes elevada à condição de característica fundamental da cooperativa;
- por fim, em que pese o reconhecimento de características já assinaladas na Lei n. 5.764/71, o novo Código Civil se omite acerca das importantes ressalvas em sua observância, a saber: a faculdade de se estabelecer critérios de proporcionalidade para o valor da soma de quotas do capital social de propriedade de cada associado, bem como o poder da Assembléia Geral dispor contrariamente ao retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado.

Afirma Krueger (2003, p. 21) que o livro por ele organizado “Cooperativismo e o Novo Código Civil” conta com contribuições de profissionais do Direito ligados à OCB, de renomados advogados com notáveis conhecimentos jurídicos sobre cooperativas, pois o regime jurídico das cooperativas exige um cuidadoso esforço na superposição do novo Código Civil à indiscutivelmente ainda vigente Lei 5.764/71. Portanto, os aspectos citados estão sendo estudados por especialistas em cooperativismo, tais como Renato Lopes Becho, Fátima Nancy Andrichi, Paulo Roberto Stöberl, Lucas Rocha Furtado, Cátia Denise Gress Krüger, Fernanda de Castro Juvêncio, Antônio Correa, Vergílio Frederico Perius, André Branco, Guilherme Krueger, Ênio Meinen, Alex K. Bezerra Porto Farias, Perci Londero e Jefferson Domingues.

Krueger (2003, p. 20-21) observa ainda que a OCB, após a promulgação do novo Código Civil, passou a estudar os efeitos da nova Lei no regime jurídico das cooperativas, citando alguns pontos da Lei 5.764/71 que merecem ser reexaminadas à luz do novo Código:

- a autonomia do direito cooperativo;
- o arquivamento dos atos constitutivos das sociedades cooperativas;
- o princípio das portas abertas;

- o número mínimo de associados para a constituição das sociedades cooperativas singulares;
- as áreas de ação e de admissão de associados nas sociedades cooperativas;
- a responsabilidade do cooperante;
- a ausência de capital social nas sociedades cooperativas;
- os limites de aquisição de quotas-partes pelos associados e a subscrição proporcional;
- os juros pagos ao capital nas sociedades cooperativas;
- assembleias gerais: quorum e delegados;
- assembleias gerais e o voto por procuração;
- assembleias gerais e o retorno das sobras;
- a indivisibilidade do FATES.

Segundo o Mestre e Doutor da PUC de São Paulo Renato Lopes Becho (2003), o Novo Código Civil traz um capítulo para as sociedades cooperativas, reguladas pelos artigos 1093 a 1096, embora sejam disciplinadas pela Lei Especial 5.764/71. Becho (2003, p. 34) ressalta que

o Novo Código Civil não modificou a Lei das sociedades cooperativas. Se tivesse modificado, encontraríamos algum dispositivo na nova codificação que determinasse: o Artigo tal da Lei 5.764/71 passa a vigorar com a seguinte redação... Não há norma nesse sentido ao longo de toda a novel legislação. [...] Há algumas incompatibilidades entre o Novo Código e a Lei. Mencionaremos apenas uma: a possibilidade no Novo Código da existência de cooperativas sem capital social.

Conforme reflete o autor, já na Lei 5.764/71, em seu artigo 21, inciso III, consta que o estatuto da sociedade deverá indicar o “capital mínimo”, não prevendo a possibilidade de se ter cooperativa sem capital social. O autor, porém, colhendo lições de Maria Helena Diniz (2000), confronta o artigo 1094 do Novo Código Civil com o artigo 4º da lei citada e observa que os dois artigos trazem normas gerais relacionadas às cooperativas e que há entre ambos grande similitude com a ampliação da nova Lei. O §2º do artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil, com relação à alteração do novo código, permite que tenhamos a possibilidade da criação dessas sociedades sem “capital social”, embora pareça pertinente a consideração de Perius (2003,p,147):

vê-se , assim, que o Cooperativismo brasileiro, quando trata do capital, filia-se à doutrina dos países mais avançados na proposta cooperativa e apresenta mecanismos legais para superação dos conflitos de interesse entre sócios e cooperativa. Esses conflitos refletem a complexidade do papel capital, em ser ao mesmo tempo meio financeiro para a cooperativa crescer, sem, contudo, ter o poder de mando no processo decisório. Equivocada foi a decisão de possibilitar cooperativa sem capital.

Becho (2003, p. 46), sobre o novo Código Civil e as Sociedades Cooperativas, conclui que:

- a veiculação de algumas normas dedicadas ao cooperativismo no novo Código Civil não infere na autonomia didática do Direito Cooperativo, antes o reforça, pelo que consta em seu artigo 1.093 e nas declarações de Miguel Reale, coordenador-geral da Comissão encarregada de preparar o anteprojeto que se tornou a nova lei;
- a tarefa de interpretar as leis, inclusive nos conflitos aparentes que possam surgir, é técnica científica e com regras específicas de aplicação, não devendo interferir a vontade ou animus do agente;
- na Lei de Introdução ao Código Civil estão os mecanismos de verificação das normas em vigor. Para os aparentes conflitos entre o novo Código Civil e a Lei nº 5.764/71d. deve-se aplicar o artigo 23º da referida Lei;
- pelo § 1º do artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil, diante da incompatibilidade de certas normas do novo Código Civil com as dispostas na Lei 5.764/71, manda a lei que prevaleça as regras novas;
- pelo § 2º do mesmo artigo, teremos que observar a categoria das novas normas, se gerais ou especiais, para verificar a revogação ou não da legislação anterior. Pelo conteúdo das regras dispostas, principalmente no artigo 1.094 do novo Código Civil, elas afastarão os dispositivos da Lei nº 5.764/71 que não se conformarem com a nova determinação; e , por fim,
- olhando para o verdadeiro cooperativismo, as disposições do novo Código Civil são um avanço da legislação, e significarão uma aproximação da legislação cooperativista brasileira com as leis mais recentes da Europa.
- É como pensamos, salvo melhor juízo.

Stoberl (2003) opina que a Lei 5.764/71 deve vigor nos assuntos que não conflitem com os artigos 1.094, 1095 e no restante do disciplinamento deve ser obedecida a Lei 5.764/71. Assim, o novo Código Civil prevê, em seu artigo 1.094, inciso II: concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, não reproduzindo o número mínimo de constituintes de uma sociedade cooperativa, fixado em vinte pelo artigo 6º, I, da Lei 5.754/71.

De acordo com Krueger (2003), seria razoável a fixação do número mínimo de associados e a manutenção todo o arcabouço jurídico garantidor da gestão democrática, contido na Lei 5.764/71, e desta forma ter garantida a aplicação das regras da mencionada lei pelos órgãos sociais da cooperativa. Afirma o autor:

Os artigos 6º,I e 63,VI, que impõem o nº mínimo de 20 associados para a constituição e funcionamento das sociedades cooperativas, eis que tal número é necessário para estrita observância de todas as características e regras de integração dos órgãos societários contidas nos artigos 38 a 58 da citada Lei.

Conclui Krueger (2003) que, assim como a Constituição Federal de 1988 é vista como um marco de liberalização de uma nova fase do regime jurídico das cooperativas, o novo Código Civil também deve ser recebido, afirma o autor. Se mudanças são necessárias no regime jurídico das cooperativas, elas devem ser debatidas pelas sociedades interessadas e os resultados previamente avaliados. Afirma o autor que não convém interpretar o novo Código Civil com uma intenção que ele jamais teve, o de reformar a Lei 5.764/71.

Mais recentemente, foi criada, por decreto, pelo Governo do Estado de Goiás, a Lei 15.109, de 02 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a política estadual de cooperativismo, voltada para o incentivo à atividade cooperativista e ao seu desenvolvimento no Estado. Por esta lei foi criado o Conselho Estadual do Cooperativismo, que contará com uma Secretaria Executiva, que será exercida pelo Gerente Executivo de Cooperativismo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Espera-se que os avanços previstos na lei não se restrinjam ao papel.

1.5.1. As cooperativas no Brasil

Quadro 1: Cooperativas no Brasil, Cooperados e Empregados

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Educacional	303	98.970	2.874
Especial	7	2.083	6
Habitacional	314	104.908	2.472
Infra-estrutura	172	575.256	5.500
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Turismo e Lazer	12	396	2
Transporte	706	48.552	2.099
Total	7.355	5.762.718	182.026
Posição em dezembro de 2003			

Fonte: Núcleo de Dados da OCB

CAPÍTULO 2

COOPERATIVAS EDUCACIONAIS DE ENSINO SUPERIOR

2.1. Breve Histórico do Ensino Superior no Brasil

O grande debate da educação, ensino público e ensino privado, remete às origens da educação brasileira que, embora tenha suas raízes num passado que parece distante, determina, de certa forma, o presente, fazendo-se atual e necessária, em face da exclusão que ocorre no sistema brasileiro de educação, o que está em sintonia com a afirmação de Moreira (1997, p. 3): “A compreensão nítida do presente que possibilite a construção de um futuro melhor, passa pela análise e entendimento do passado”.

Vieira (2003, p. 70) justifica a presença do ensino privado no Brasil exatamente pela falta do ensino público desde os primórdios da história do Brasil.

Embora tenham surgido formas de educação pública já no início da nossa história é possível afirmar que a construção de um sistema público de ensino é uma conquista deste século XX, mais especificamente dos anos 30. A ausência do público no passado revela a presença do privado na educação brasileira desde as nossas origens. (VIEIRA, 2003, p. 70)

Conforme se pode apreender ainda da autora citada, embora tenha havido uma grande expansão da educação pública nas últimas décadas, há ainda crianças, adolescentes e jovens sem escola e, mesmo os que estudam, o fazem num ambiente com prédios e equipamentos precários, professores com formação inadequada e desmotivados por baixos salários.

As políticas educacionais brasileiras foram implementadas sob orientação dos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial), que fizeram alterações e intervenções nas propostas de educação dos organismos representantes dos docentes e das

Instituições de Ensino Superior – IES, incentivando a atuação do ensino privado no país, conforme afirmação de Moreira (1997, p. 39).

Desde a década de 1940, as tentativas de modernização da universidade brasileira quase sempre apontavam para o modelo norte-americano. Mas é a partir do golpe de 1964 que o governo decide colocar em prática aquilo que antes não passava de uma influência paradigmática. O Ministério da Educação resolveu contratar norte-americanos para organizar o ensino superior no Brasil, tendo a Usaid - United States Agency for International Development-, Agência Internacional de Assistência Técnica e Financeira, como parceira do MEC neste intento.

Silva Junior (2002, p.62) também afirma:

O Brasil, [...] acentua seu ajuste estrutural, inserindo-se na nova ordem mundial, apenas na década de 1990, com a assunção da Presidência da República por Fernando Henrique Cardoso. [...] o Presidente transforma o Brasil no País das reformas e o submete, apesar de suas peculiaridades, ao figurino especial para o banco Mundial.

O Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos do Ensino Superior de São Paulo, SEMESP (2004) afirma que a história do Ensino Superior teve início no Brasil e em outros países da América Latina com as escolas católicas, mas, que elas dependiam de financiamentos estatais.

Segundo um documento apresentado pelo SEMESP (2004), o marco importante na formação do ensino superior brasileiro é a transferência da sede do governo português para Rio de Janeiro, em 1808. Com a família real chegaram ao Brasil medidas importantes no campo intelectual: a Imprensa Régia (também editora de obras científicas); a Biblioteca Pública; o Jardim Botânico; o Museu Nacional. Mais tarde, no governo de D. João VI, foram criadas as Escolas Superiores de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, e de Engenharia e Farmácia. Essas escolas tinham objetivos apenas profissionalizantes, mas foram importantes por se tratarem de compromissos nacionais com a educação superior, que era buscada até então, fora do Brasil.

Em 1879, o decreto 7.247 definiu políticas importantes para o ensino superior no país, entre elas a possibilidade de se criarem cursos superiores particulares. Assim, foram implantadas as instituições particulares chamadas “Faculdades Livres”. Até a Proclamação da República (1889) havia 14 escolas superiores, todas públicas, mas, nos vinte anos seguintes, já eram 56 instituições de ensino superior, a maioria particulares e confessionais ou fundadas pela elite industrial. A primeira universidade brasileira, a

Universidade do Rio de Janeiro, só veio a funcionar em 1920, por ocasião do Primeiro Centenário da Independência.

De acordo com dados do MEC/INEP – 2002, o setor público respondia, até 2002, por apenas 11,9% da educação superior, dado que confirma a estabelecida tendência dos últimos anos de crescimento do setor privado: Instituições Públicas – 195, Instituições Privadas - 1.442.

Para maior clareza sobre a evolução do ensino superior no Brasil, utilizar-se-á a periodização desenvolvida pelo professor Luis Antônio Cunha e citada por Moreira (1997):

1. O Ensino Superior na Colônia (1572 a 1808) (MOREIRA, 1997)

O ensino superior no Brasil colônia era desenvolvido a serviço de Portugal. O fechamento dos colégios dos Jesuítas em Recife, Olinda, Piratininga, Rio de Janeiro, São Luiz, Belém e Mariana corresponde à abertura das aulas isoladas dos cursos superiores no Rio de Janeiro e Olinda e estas, segundo o autor, foram escolas que tiveram grande influência na formação política dos revolucionários que levaram o Brasil à independência.

2. O Ensino Superior no Império (1808 a 1889) (MOREIRA, 1997)

Com a transferência para o Brasil, em 1808, da sede do poder metropolitano, são criados cursos e academias com o objetivo de formar burocratas para o Estado. Paradigmas franceses são disseminados na organização e nos conteúdos do ensino superior deste período no Brasil. Os currículos dos cursos criados neste período eram extremamente simples, e o professor dava aulas em locais improvisados e com seus próprios meios. Mais tarde é que surgiram escolas, academias, faculdades. Em 1832, as academias do Rio de Janeiro e da Bahia foram transformadas em faculdades. Em 1854, os cursos jurídicos foram transformados em Faculdades de Direito.

3. O Ensino Superior na Primeira República (1889 a 1930) (MOREIRA, 1997)

O início do período foi marcado pelo positivismo na política educacional. Neste período, verificou-se a expansão das escolas superiores livres, ou seja, não

dependentes do Estado. No início do período, o ensino superior brasileiro contava com 2.300 alunos, passando no final deste período (1930) para 20.000 alunos.

O movimento expansionista alterava quantitativa e qualitativamente o ensino superior, diferenciando-se nas estruturas administrativas e didáticas. A uniformidade existente no tempo do império foi quebrada e o movimento de expansão do ensino superior particular, que vinha desde o império, passa a receber críticas de qualidade, incentivadas pelos positivistas.

Em 1910, uma reforma geral procurava rever o distanciamento do Estado do controle do ensino e a invasão do ensino superior por alunos não habilitados. Dez anos depois, outra reforma, conhecida por Juvenal da Rocha Vaz (1925), estabelece controle mais rígido sobre o processo de equiparação das faculdades livres oficiais.

Em 07/09/1920, o decreto 13343, do Ministro do Interior Alfredo Pinto, promulgado pelo presidente Epitácio Pessoa, determina a criação da Universidade do Rio de Janeiro a primeira universidade que vingou com o nome de universidade.

4. O Ensino Superior na Era Vargas (1930 a 1945) (MOREIRA, 1997)

Nesta época (1934) foi criada a universidade de São Paulo. A criação da USP envolveu a incorporação nela de diversas escolas superiores já existentes. Em 1932, inicia-se uma nova fase de pensamento liberal no campo da educação, o liberalismo igualitário, sendo Anísio Teixeira seu maior representante.

Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, tendo Francisco Campos como ministro. Em abril de 1931 foi promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras (Ministério de Francisco Campos). A universidade poderia ser oficial ou livre, mas mesmo nas universidades oficiais o ensino deveria ser pago.

Em 1931, foi criado o Conselho Nacional da Educação com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Educação para orientar os trabalhos do ministério e de secretarias estaduais. (MOREIRA, 1997)

5. O Ensino Superior na República Populista (1945 a 1964) (MOREIRA, 1997)

O processo de aceleração da indústria e da urbanização no Brasil, a força de trabalho voltada para o serviço público, o papel da mulher definido e valorizado como trabalhadora, tanto no magistério como em funções públicas e administrativas, bancos e

comércio fizeram crescer a demanda por educação escolar, de forma especial pela educação superior.

Em 1950, promoveu-se a federalização dos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos Estados, municípios e particulares. As universidades, com o processo de aglutinação das escolas isoladas, já eram predominantes, chegando ao final de 1964 com 39 universidades, quando eram 16 em 1954.

Estabeleceu-se então um confronto entre os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita, laica.

Os privatistas defendiam (substitutivo do Deputado Carlos Lacerda) o direito de as famílias escolherem a escola para seus filhos conforme suas crenças, portanto, escolas particulares “já que o Estado não tem crença”. O Estado teve o papel de subsidiar as escolas e as famílias e suplementar a iniciativa privada, mantendo escolas onde não interessassem aos particulares. A lei permitia o financiamento da escola privada pelo Estado. Ao Estado estava reservada a fixação de metas, a ação supletiva, financeira e técnica. Em 1962, foram aprovados os Estatutos da Fundação da Universidade de Brasília, a mais moderna das universidades brasileiras.

6. O Ensino Superior na Ditadura Militar (1964 a 1985) (MOREIRA, 1997)

O regime militar duraria 21 anos, e se encerraria com uma crise econômico-financeira grave, com a dívida externa passando dos US\$ 100 bilhões, uma inflação alta e grande déficit público. As negociações mantidas com o Fundo Monetário Internacional – FMI passaram por sucessivas cartas de intenções, nunca cumpridas. As vítimas do poder eram os professores, que perdiam seus cargos acusados de comunistas, casos ocorridos na UNB e na USP.

O Projeto de Modernização da Instituição de Ensino Superior levou a educação a ser oficialmente definida como “capital humano”, numa orientação claramente econômica. Conforme modelo vigente nos Estados Unidos, o MEC resolveu contratar norte-americanos para organizar o ensino superior no Brasil. A demanda pelo ensino superior aumentava, decorrente do processo de crescimento da população, da industrialização e da redefinição do papel da mulher como trabalhadora. Especialistas norte-americanos propunham a modernização do ensino, a privatização das universidades e a desmobilização do movimento estudantil.

Os incentivos dados aos estabelecimentos particulares (destinação de 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior aos estabelecimentos particulares de 3º grau) tinham a complacência do Conselho Federal de Educação. Em 1968, o presidente sancionou a Lei 5.540, de 28 de novembro, lei da Reforma Universitária. A lei tinha fortes inclinações privatistas e centralização do controle nas mãos do Estado.

7. O Ensino Superior na Nova República (A partir de 1985) (MOREIRA, 1997)

A constituição elaborada ao longo de 20 meses e promulgada em outubro de 1988 devolveu os poderes ao legislativo, criou novos direitos individuais, coletivos e sociais. Em termos de atendimento à demanda social e econômica por formação profissional, o Brasil encontrava-se numa posição desfavorável em relação a outros países. Em 1985 foi criada uma comissão para reformulação do ensino superior, que apresentou o seguinte diagnóstico:

- Professores mal remunerados;
- Carência de equipamentos, laboratórios e bibliotecas;
- Deficiência na formação profissional dos alunos;
- Descontinuidade da pesquisa;
- Discriminação social no acesso à universidade;
- Sistemas antidemocráticos de administração e escolha dos quadros dirigentes;
- Crise financeira e pedagógica do ensino privado;
- Excesso de controles burocráticos nas Universidades públicas;
- Pouca clareza na prevalência do sistema de mérito na seleção e promoção de professores.

O diagnóstico também informava que as universidades não estavam se preparando para os desafios das décadas seguintes. Uma previsão que se confirma quando se buscam os dados estatísticos do ensino superior brasileiro atual e percebe-se que o “bum” do seu crescimento aconteceu apenas em quantidade de instituições particulares, o que de certa forma não surpreende, porque no Brasil, o desenvolvimento do ensino superior privado, sempre foi garantido e até estimulado, em todas as constituições, alcançando, em 2003, segundo o MEC/INE – 2003, as seguintes estatísticas:

Quadro 2: Vagas oferecidas, número de candidatos inscritos e ingressos por categoria administrativa – 2003

Categoria Administrativa	Total Geral Vagas oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
BRASIL	1.773.087	4.984.409	1.205.140
Pública	295.354	2.627.200	280.491
Federal	124.196	1.233.606	122.491
Estadual	132.270	1.315.720	125.499
Municipal	38.888	77.874	32.501
Privada	1.477.733	2.357.209	924.649
Particular	897.206	1.313.942	536.448
Comum/confes/filant	580.527	1.043.267	388.201

Fonte: INEP/MEC-2002

Os candidatos inscritos para vestibular e outros processos seletivos, nos cursos de graduação presenciais, no ano de 2003, em instituições públicas, chegou a 2.366.980 candidatos. Em instituições privadas, foram 2.532.576, totalizando 4.899.556 de candidatos. As vagas oferecidas no mesmo ano e nos mesmos cursos, em instituições públicas, foram 281.163 e, em instituições privadas, foram oferecidas 1.721.520, num total de 2.002.683 vagas. Os ingressos por vestibular e também por outros processos seletivos totalizaram 1.262.904, sendo 267.031 em instituições públicas e 995.873 em instituições privadas.

O resultado se apresenta, portanto, com um número expressivo de vagas não preenchidas – 739.779, embora a demanda por uma vaga no ensino superior tenha sido alta.

A alta demanda de inscritos nos processos seletivos conduz a pensar que estes inscritos, sem possibilidades financeiras, testam-se enquanto aguardam por uma oportunidade de ingresso.

Dos 4.899.556 alunos inscritos aos processos seletivos em 2003, apenas 1.262.904 ingressaram em instituições superiores. Destes, a relação é de 267.031 alunos matriculados em instituições públicas e 995.873 em instituições privadas. Evidentemente, se o número de vagas oferecidas nas instituições públicas brasileiras fosse maior, ou se o valor das mensalidades das instituições privadas fosse menor, ou se os alunos pudessem contar com oportunidades de trabalho e salários que cobrissem os valores das mensalidades cobradas, 3.779.269 alunos não estariam excluídos do ensino superior, mas, ao contrário, a luta por mais vagas no ensino superior público, por mensalidades a custos menores e por oportunidades de emprego têm sido lutas inglórias.

Segundo dados fornecidos pelo INEP/MEC e SEMESP (2003), as instituições privadas respondem por 88,86% do total de instituições de ensino superior, sendo 29,2% das matrículas efetivadas no ensino superior em instituições públicas e 70,8% em instituições privadas. O resultado, portanto, deste modelo neoliberal no ensino superior é o de um ensino superior com índices altos de privatização. Em 2003, no ranking das dez maiores instituições de ensino superior do Brasil, apenas três eram públicas: A USP em 3º lugar, A Universidade Estadual do Piauí em 7º lugar e a Universidade de Goiás em 8º lugar.

Quadro 3: Instituições de Ensino Superior

Categoria Administrativa

Total	1859
Publicas	207
- Federal	83
- Estadual	65
- Municipal	59
- Privada	1652
- Particular	1302
- Com/confe/filant.	350

Fonte: MEC/INEP -2003

Sem deixar de reconhecer a importância do setor privado para a educação no Brasil, levando em consideração o seu atendimento, tanto às aspirações da juventude quanto à demanda ocupacional do mercado, é preciso perceber que o ensino superior privado chega ao século XXI com um grande desafio a administrar, as vagas excedentes, enquanto milhares de alunos aguardam pela oportunidade de ingressarem e permanecerem numa instituição de ensino superior.

Reconhece-se que o compromisso do setor público de ofertar aos egressos do ensino médio (que se pretende universalizar) um ensino superior de qualidade enfrenta graves obstáculos, e o entrave é principalmente financeiro. Conforme afirma o Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo – SEMESP, os dados mostraram (IBGE, 2001) que 5,4% dos estudantes do setor privado vinham de famílias pobres da sociedade, com renda de 482,00 mensais ou menos e que mais de dois terços dos alunos das IES privadas trabalhavam. Dessa forma, milhares de jovens continuam ainda, à espera de um emprego, sem condições financeiras, portanto, para estudarem.

Abrão Amisy Neto (2003, p. 56) afirma:

A transferência de atividades públicas para entidades privadas, especialmente não-lucrativas, é exteriorizada como um conceito positivo, tal como Bresser Pereira intitula de publicização. Porém, as aludidas formas de transferência devem ser compreendidas como inter-relacionadas e inseridas em um projeto econômico macro que possibilitam o enfraquecimento da intervenção estatal. Na verdade, a chamada *publicização* deve ser encarada com uma efetiva privatização, uma vez que há repasse de recursos públicos para entidades privadas, “terceirizando” o serviço público com a *desresponsabilidade* paulatina do Estado nas áreas sociais, diminuindo a interferência estatal. Tais constatações permitem identificar o padrão social-liberal como um modelo neoliberal.

Embora tenha havido grande expansão do Ensino Superior no Brasil, ela aconteceu apenas na rede privada, deixando a grande maioria dos alunos fora das Universidades ou Faculdades, em virtude do número reduzido de vagas nas escolas públicas e pela falta de condições financeiras de custear os estudos em escolas particulares. Por esta razão, busca-se nas organizações cooperativas a possibilidade da oferta de um ensino de qualidade a preços acessíveis aos alunos excluídos do Ensino Superior, uma vez que os princípios do cooperativismo estão focados nas pessoas e não no lucro.

Paradoxalmente, é o ensino superior privado que recebe a grande maioria dos alunos de poder aquisitivo baixo (o que tem se acentuado a partir de 1970) quando poderia ser o contrário: os mais ricos estudarem em IES particulares e os mais pobres em IES públicas. Isto significa que o setor público, além de ofertar um número de vagas abaixo da demanda, ainda as preenche, em grande parte, com alunos de classe média alta. Portanto, é para os alunos com pouco ou nenhum recurso financeiro, impedidos de ingressarem em instituições de ensino superior, privadas e também públicas, que seriam destinadas as alternativas de inclusão no ensino superior, que se pretende buscar por meio da organização de cooperativas.

Embora esta seja a realidade do ensino superior, a meta do governo, de acordo com o Plano Nacional de Educação, é chegar a 2010 com 30% dos jovens entre 18 a 24 anos, freqüentando escolas superiores. Uma meta que, se realizada, possibilitará 4,1 vezes, mais alunos do que os matriculados em 2000 neste nível de ensino. Seria uma população de aproximadamente, 7 milhões de alunos nesta faixa etária. (SEMESP, 2004).

Para os mais carentes da população brasileira, no entanto, ainda não estão suficientemente definidas e implantadas as políticas públicas de inclusão no ensino

superior, embora esta inclusão, seja um direito e uma necessidade que lhes deva ser garantido. A atual proposta de reforma universitária do governo Lula prevê bolsas de estudo (PROUNI), mas, por questões burocráticas, não tiveram preenchidas, neste primeiro ano, as poucas quotas destinadas ao referido programa. As rápidas mudanças sociais, científicas, tecnológicas, obrigam a entender e a olhar a educação escolar como prioridade e com a pretensão de promover o ingresso do aluno no ensino superior e também na vida econômica e social do país.

Busca-se portanto, apontar, nas organizações cooperativas, as contribuições que estas organizações (nas mais diversas áreas ou setores da economia) deram aos seus cooperados, acreditando que possam, da mesma forma, como cooperativas de ensino, contribuir com a inclusão dos alunos sem possibilidades financeiras de acesso ao ensino superior. As estatísticas apresentadas com relação à oferta de 281.163 vagas na rede pública e 1.721.520 na rede privada, para uma demanda de 4.899.556 (INEP/MEC-2003), permite considerar que os excluídos estão sem respostas e sem perspectivas, uma vez que os investimentos públicos no setor acenam com baixo percentual de bolsas universitárias e insuficiente Financiamento Estudantil (FIES), em relação à demanda que se encontra excluída.

Conforme afirmação de Morato; Costa (2001), se as cooperativas, quaisquer que sejam os seus segmentos, existem em função das pessoas, através destas cooperativas podem ser implementados, de forma coletiva, serviços que satisfaçam as necessidades dos seus cooperantes. As cooperativas de ensino superior poderão, a partir da necessidade e do desejo dos jovens excluídos deste nível de ensino, serem instituídas para eles.

As Cooperativas de Ensino no Brasil são recentes, datam da década de 1980, mas não se tem registro de nenhuma Cooperativa de Ensino Superior. Rubiataba, um município com tradição em experiência cooperativa, criou a primeira Faculdade mantida por uma organização cooperativa, a Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR. A Faculdade criada com esta concepção, a FACER, foi autorizada pelo MEC a funcionar em 1998. A FACER, porém, não obteve o seu registro junto à Organização das Cooperativas do Estado de Goiás por não estar de acordo com um dos princípios cooperativistas, o de dupla qualidade, ou seja, os cooperados devem ser os responsáveis pelo empreendimento, pelo aporte de capital e, ao mesmo tempo, devem ser os usuários dos benefícios produzidos pela cooperativa. Tal fato não correspondia à forma cooperativa constituída pelo grupo CESUR que organizou-se, unindo as forças vivas locais, num ato voluntário com o objetivo de oportunizar um Ensino Superior em falta na região do Vale

São Patrício, permitindo à juventude um ensino de qualidade a preços acessíveis. E ainda, de estudarem numa Faculdade e ao mesmo tempo permanecerem junto a suas famílias, aos seus trabalhos.



Foto 1 – Aniversário de Rubiataba

2.2 A Importância das Instituições de Ensino Superior

Embora se utilize a expressão “instituições de ensino superior” para designar o espaço em que se realizam os curso sde graduação e pós-graduação, a função universitária do ensino tem sido muitas vezes relegada a um plano secundário. No Brasil, somente há poucos anos iniciaram-se discussões sobre o significado do ensino da universidade e sua estreita relação com a aprendizagem, sobre as implicações da qualidade do trabalho dos professores na formação competente dos profissionais das diversas áreas. (RIOS, T., 2003, p. 5)



Foto 2 – Aniversário de Rubiataba

Quando a sociedade de Rubiataba manifesta o desejo de criar uma Instituição de Ensino Superior de qualidade o que se pode entender com essa expressão “um ensino de qualidade”? Inicialmente pode-se pensar que essa instituição contribuiria para o desenvolvimento social, cultural, econômico e humanístico da região. Nesse caso o Ensino Superior teria um papel análogo ao da universidade, compreendendo a qualidade do trabalho dos professores e a formação competente dos profissionais das diversas áreas, contribuindo com o citado desenvolvimento. (RIOS, T., 2003)

Esses elementos são exigências da própria Legislação Brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 expressa no art. 43, item I, que a educação superior tem por finalidade “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

Carneiro (1998) faz o destaque para o uso da palavra finalidade e não objetivos, no sentido de que buscam-se valores ou a perspectiva de uma cultura de transformação, com quatro funções essenciais a desempenhar: a) formar profissionais; b) oferecer educação em nível avançado; c) realizar estudos, pesquisas e investigação científica voltadas para o desenvolvimento; d) funcionar como uma instituição social. E desta forma responder aos desafios da sociedade atual marcada por grandes contrastes sociais. As funções elencadas estão em sintonia com os incisos I e VI, onde estão descritas as finalidades da educação superior.

Entendemos serem estas funções, mencionadas por Carneiro (1998), o sustentáculo do ensino de qualidade idealizado pela CESUR/FACER com sua proposta cooperativa de Ensino Superior: uma possibilidade de se objetivar a idéia de um ensino superior acessível à maioria dos estudantes do Vale do São Patrício e por meio dela favorecer as condições econômicas, sociais e culturais da região. Por ser o lócus privilegiado para discussão dos temas que afligem a comunidade, seria a FACER a depositária da esperança do desenvolvimento regional.

No art. 45 – a LDB/9.394/96 assegura o direito de a educação superior ser ministrada tanto por instituições públicas como privadas, estabelecendo o cumprimento de normas gerais da educação nacional. Como a educação é por essência uma tarefa pública, mesmo que oferecida por instituição privada é uma obrigação do estado acompanhar a qualidade dos serviços prestados (CARNEIRO, 1998).

Assim compreendendo, os projetos da CESUR/FACER foram encaminhados ao MEC para a avaliação das condições institucionais da FACER para oferta de cursos.

A autora afirma que a espinha dorsal do ensino nas IES é a construção da unidade do conhecimento por meio dos múltiplos saberes. O essencial não é o conhecimento que se transmite, não é o que resulta dele, mas sobretudo, o processo que se chega a ele. No inciso I ressalta-se que a relevância destes conhecimentos refere-se à dimensão científica do que se produz e à importância social que a produção tem para a coletividade. Tal importância envolve aspectos humanísticos, éticos, de solidariedade, críticos que subentendem as dimensões inclusiva e democrática.

Conforme afirmação de Irion (1997) à p. 21 deste trabalho, o conceito de educação cooperativista vai além do conhecimento específico de educação cooperativista e considerando-a mais amplamente, inclui a educação formal, a formação profissional, informação e cultura. Conceitos estes que integram os princípios cooperativistas.

No que se refere às exigências sociais da modernidade, Castro (2002) lembra que o número de concluintes do ensino médio, cresceu no Brasil, 222% em 7 anos e o setor privado tem respondido com mais eficácia do que o setor público em relação à demanda para o ensino superior. Nas palavras de Castro (2002) o grande desafio do ensino superior é, não só ser capaz de dar respostas a esta demanda, mas, principalmente inovar. Contribuir para a compreensão deste mundo de contrastes em que vivemos, momento de profunda transição, marcado pelo medo de enfrentar o novo (ensino superior semi-presencial e à distância, acesso a portais, bibliografias eletrônicas, periódicos on-line) e ainda, a demanda de uma população crescente de baixa renda. Essa população exige uma nova atitude do

setor público e do setor privado em relação ao financiamento de sua educação. As lideranças, os governantes têm sinalizado para essas possibilidades introduzindo na legislação programas como sistema de quotas, Programa Universidade para Todos – PROUNI, Financiamento Estudantil – FIES, bolsas de estudo financiados com recursos do erário público, no entanto são insuficientes, conforme dados apresentados à p. 54 desse trabalho. A idéia de uma Cooperativa de Ensino Superior caminha para uma superação dessas condições da educação e possibilitaria a um maior número de alunos o acesso a ela.

Exemplificando essa possibilidade, realizamos estudos sobre a estrutura e o funcionamento da Universidade de Mondragon Corporacion Cooperativa, um complexo cooperativo que se transformou numa economia regional, situado nos arredores da cidade Espanhola de “Mondragon”.

Os cursos superiores tal como entendidos no presente trabalho podem exercer um papel tanto quanto possível semelhante ao da universidade

como produtora de conhecimento e formadora de profissionais para o mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia [deve exigir], de todos os seus segmentos articulados, compromissos ético-políticos, com vistas a proporcionar uma sólida formação acadêmica que possibilite a inserção crítica e competente dos seus egressos e cultive o real sentido do político, da justiça e da solidariedade social. Cabe aos educadores a árdua tarefa de formar cidadãos éticos, capazes e de desnudar o véu que impede a apreensão crítica do real [de oferecer] uma educação emancipatória e formadora de sujeitos comprometidos com a transformação do saber e da sociedade. (UCG, 2005, p. 11)

O grande desafio do ensino superior é a idéia de educação permanente. Neste nível de ensino estão postas diferentes modalidades de cursos: curta duração, tradicionais, pós-graduação *lato* e *stricto-sensu*, mestrados profissionais, de extensão e de especialização. É a educação permanente de todos que precisam de oportunidades de profissionalização e requalificação para o trabalho, assim como os desafios das inovações tecnológicas e da pesquisa, fundamentais para o desenvolvimento auto-sustentável e modernização do país.

Assim, entendemos que uma Faculdade no Vale do São Patrício constituiu-se como uma possibilidade real de desenvolver o seu potencial humano, de qualificar os que esperam por uma oportunidade de trabalho.

Silva Jr. (2002) afirma que as reformas da educação superior brasileira (uma intervenção consentida e realizada pelas autoridades educacionais) foram direcionadas na

perspectiva instrumental, “epicentro de um processo de mercantilização do trabalho imaterial, em geral e em particular da esfera educacional em nível superior.” (SILVA JR. 2002, p. 50). Popkewitz, citado por Silva Jr. (2002) referindo-se sobre às reformas educacionais de 1960, entende que elas trazem os traços que caracterizam a sociedade norte-americana daquela época: a) ênfase na ciência; b) aumento da profissionalização; c) expansão econômica ocorrida no país àquela época; d) esperança de um mundo melhor. Segundo o autor “acreditava-se que a tarefa das ciências sociais e físicas era a de aplicar os conhecimentos de engenharia para produzir um mundo futuro de felicidade e prosperidade para todos”. A conclusão é que isso trouxe mudanças no campo acadêmico, no campo profissional, principalmente no lugar social da ciência e do profissionalismo na sociedade em geral, aproximando a ciência por meio do currículo, à profissionalização, à escola e à construção do novo cidadão.

Percebe-se hoje, que a educação superior no Brasil carrega os “traços” que caracterizam não a sua cultura, a sua realidade, mas, “traços” de outras culturas, e exatamente por isso, a educação no Brasil não foi capaz de prioritariamente promover a democratização, abrindo espaços ao sistema privado de ensino que passa de uma formação humanista para uma formação instrumentalizada, servindo mais ao capital. Daí a importância das cooperativas que, além de carregarem os traços de uma sociedade em luta por melhores condições de vida (SANTOS; RODRIGUES, 2002) exemplificam a cooperação e ao viverem a intercooperação tecem a cultura da solidariedade, aumentando as possibilidades de desenvolvimento e a auto-estima, propiciadas pela inclusão.

Silva Jr. (2002), p. 55, afirma que

a reforma educacional dos anos 60 expressa uma época e ao mesmo tempo é parte dela, quando a economia adquire uma dinâmica de expansão em face de um processo em curso que fora truncado pela 2ª Guerra [...] a Universidade produz a ciência e a ciência escolarizada, especialmente por meio do desenho curricular e das disciplinas, para a construção de um novo ser social e de uma nova cultura política, e a cidadania passa a ter um novo conteúdo histórico, o que implica dizer que a aproximação da sociedade com a política torna-se extremamente forte. Sua aproximação com a economia por meio da profissionalização, também a profissionaliza, de modo que a instituição universitária, além de engajar-se na economia também o faz na política e perde sensivelmente seu traço mais marcante: a capacidade crítica, capaz de distanciar-se e reorganizar a sociedade e ampliar a condição humana.

O autor então conclui que

intelectuais e a instituição universitária passam a ocupar um lugar privilegiado na construção do metabolismo social do pós-guerra. Muitos traços desse tempo histórico manter-se-ão no presente momento do capitalismo, especialmente para a universidade e para a educação superior, no contexto do movimento educacional dos anos 1980/90. (SILVA JR. 2002, p. 55)

Já Romano (2001) identifica que os saberes que procuramos nas instituições de ensino superior têm raízes no pensamento grego, para eles a busca do saber é uma tarefa que começa e se concretiza com os olhos “Quem faz ciência, capta a luz dos conhecimentos”. Romano (2001) observa que após Diderot, a junção dos sentidos permite dizer que não há mais a idéia de espaço único, mas no mínimo, 5 deles: espaço óptico, tátil, sonoro, sinésico, olfático. Cada um possui estrutura própria no homem. E a pesquisa é possível a partir da reunião estável dos 5 sentidos. A proposta de Diderot é que nenhuma arte, nenhum sentido exibe hegemonia, e assim ele propõe a junção do saber erudito e do saber destinado à cidadania. A aproximação da linguagem comum à utilizada nas faculdades. “aproximemos o povo do ponto em que os filósofos estão”. (DIDEROT, citado por ROMANO, 1987). Ele pensa numa linguagem que a torne acessível a todos, ou acessível aos que se interessarem por ela.

As modificações idealizadas por Diderot ajudaram a diminuir as distâncias entre as ciências, as artes, as técnicas. A própria Instituição de Ensino Superior, no caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, ajudaria na diminuição das distâncias que separavam a juventude regional desses saberes.

Este é o ensino superior que chega ao novo milênio: dos filósofos gregos aos nossos dias, os artistas e pesquisadores de todos os ramos da ciência, tudo à disposição, aos olhos dos professores, alunos e público em geral, e que esta cooperativa de ensino superior poderia proporcionar aos alunos cujas possibilidades financeiras os teriam excluído.

Analisando as políticas propostas pelo Banco Mundial à educação brasileira, Dourado (2002) identificou como seu fundamento o reducionismo economicista nas propostas para a área educacional, visão unilateral de custos e benefícios, revelando um caráter utilitarista presente nas concepções do Banco Mundial para a educação que fragmenta e desarticula a luta pela democratização da educação em todos os níveis. Afirma o autor que para compreender as políticas educacionais no Brasil é preciso antes conhecer

os acontecimentos históricos e econômicos atuais, e as vinculações da educação superior no Brasil com os organismos mundiais, principalmente com as orientações regidas pelo Banco Mundial.

Segundo o autor, nos últimos anos a expansão deste nível de ensino foi conduzida pelas políticas oficiais. Políticas que têm produzido um processo de massificação e privatização da educação superior no Brasil, processo esse que se deve procurar evitar, eliminar, mesmo porque negligencia a agenda científica e o papel social da educação superior como espaço investigativo, espaço de discussão e difusão de projetos e modelos de organização de vida social. Neste sentido, defende o autor: “a construção da educação superior pública como patrimônio da sociedade, entendida como espaço de construção coletiva implica o alargamento dos seus horizontes, como espaço de formação ampla que não se restrinja à formação de profissionais *estricto-sensu*.” Neste “espaço” estariam situados os aspectos acadêmico-pedagógicos da educação superior cooperativa em Rubiataba.

2.3 O Complexo⁷ “Mondragon⁸ Corporacion Cooperativa”-MCC

O relato da criação e do desenvolvimento do Mondragon Corporacion Cooperativa é feito segundo informações contidas no Documento Mondragon Corporacion Cooperativa – História de uma experiência, de fevereiro de 2001 (in www.mondragon.mcc.es/esp/quienessomos/historia.html).

Segundo o referido documento, a capacidade mobilizadora do Padre José Maria, então com 26 anos, e sua preocupação com as pessoas que viviam a conseqüência desastrosa da guerra civil desencadearam o processo inicial do Complexo Cooperativo de Mondragon. Durante os primeiros anos sua tarefa foi formativa, principalmente com os jovens que compatibilizavam o esforço de estudar e trabalhar, adquirindo, assim, conhecimentos e valores que foram mais tarde convertidos na tarefa de transformar as

⁷ A palavra complexo é usada segundo o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa* (1976, p. 304), que abrange ou envolve muitos elementos ou partes; observável sobre vários aspectos; conjunto de coisas, fatos ou circunstâncias que têm, entre si, um nexos. A palavra “complexo” foi usada no sentido de “rede” que na Enciclopédia Britânica do Brasil (1973, p. 1986) significa tecido de malhas; fontes de potencial, conjugadas de modo que qualquer uma ou todas possam ser utilizadas pelas estações delas dependentes.

⁸ Tradução livre e leitura subjetiva do Documento (Mondragon Corporacion Cooperativa – “História de uma experiência”), realizada pela autora da dissertação.

idéias do Padre José Maria em realidade de trabalho. O documento relata que dois anos depois de sua chegada a Mondragon foi criada a Escola Profissional, germen da futura Universidade de Mondragon, formando muitas pessoas que posteriormente foram atores destacados do desenvolvimento cooperativo.

Consta neste documento que, na evolução do complexo de Mondragon Corporacion Cooperativa, pode-se considerar três etapas:

1ª Etapa – 1956 a 1970 – na qual verifica-se um grande dinamismo que aproveitou o despertar da economia espanhola e deu lugar à criação de um grande número de cooperativas a partir da FAGOR, uma fábrica de eletrodomésticos. Esta Fábrica encontrou um mercado favorável, que absorve tudo que ali é fabricado. O dinamismo da primeira etapa resultou na criação de 41 cooperativas, algumas impulsionadas pela fábrica FAGOR, outras por seus próprios desempenhos, como “La Divison Empresarial de Caja Laboral”, que originou o Banco Cooperativo. O documento cita as iniciativas que exerceram significativa influência no desenvolvimento do MCC, sendo elas:

- **Escola Politécnica**⁹ – antiga Escola Profissional que, a partir de 1962, acolhe mais de 1000 alunos nas especialidades de mecânica, eletricidade, eletrônica, fundição e outros. Esta escola em 1969, foi oficialmente reconhecida como Escola de Engenharia Técnica Industrial.

Segundo Santos; Rodríguez (2002), a Escola Politécnica se encarregava de educar os futuros trabalhadores e administradores das cooperativas, dando-lhes formação, atualização de conhecimentos, garantindo intercâmbio constante de informação e conhecimentos sobre sistemas de produção e comercialização dentro das cooperativas.

- **Caja Laboral**¹⁰ – é citada como a entidade financeira que promove a captação e a canalização de recursos para o desenvolvimento cooperativo. Esta organização foi, segundo o documento pesquisado, durante muitos anos o suporte básico na promoção de novos negócios.

⁹ As denominações das organizações foram conservadas em espanhol.

¹⁰ Um Banco análogo à Caixa Econômica ou atualmente o Banco do Povo (observação da autora).

- **Lagun-Aro** – também é citada como uma organização criada em 1959 com o objetivo de resolver os problemas dos cooperados que tiveram negado o direito de filiar-se no Regime Geral de Seguridade Social.
- **Eroski** – é considerada importante por tratar-se da fusão de nove pequenas cooperativas locais, que se agregaram porque necessitavam de transformações.

As cooperativas de Mondragon são relatadas no documento “História de Uma Experiência” como parte de sub-grupos compostos por outras empresas, cujas atividades econômicas complementares funcionam como uma cadeia coordenada de fornecedores e compradores mútuos dos bens que produzem, tendo chegado ao final da primeira etapa com 40 cooperativas e 8.743 postos de trabalho oferecidos.

2ª Etapa – 1970 a 1990 – também de acordo com o relato do Documento da Mondragon Corporacion Cooperativa (2001), caracterizou-se pela continuidade da dinâmica anterior, com extraordinário crescimento de vendas e de cooperativas, tendo sido criado em 1974 um centro de investigação (IKERLAN), com o objetivo de captar recursos humanos com capacidade tecnológica a ser aplicada nas indústrias. Criou-se, ainda, o OTALORA centro especializado na difusão e na formação de diretores de cooperativas, um papel fundamental a ser desempenhado.

Em 1980, afirma o documento, o complexo cooperativo foi afetado por uma crise, provocando um desemprego superior à casa de 20%, sendo necessária a intervenção da Caja Laboral para fazer frente às necessidades de aportes de capital. Porém, já na segunda metade dos anos 80, a melhoria das técnicas de gestão, o início da planificação estratégica como complemento dos planos de gestão anual e a modificação do cenário econômico mundial e espanhol permitiram mudanças nas cooperativas, que entraram novamente num período favorável.

Com relação ao desenvolvimento internacional, apreende-se que ele se caracteriza pelo incremento das exportações, abertura de novos mercados, com delegações comerciais em diferentes países. A Caja Laboral continuando a se expandir, alcançando uma posição importante entre as entidades financeiras do país Basco, abrindo unidades em Madrid e Barcelona.

As atividades dedicadas aos ensinos técnico e superior são reforçadas mediante o crescimento das organizações existentes e da criação de outras, como:

- ETEO. Formação em Administração e Direção de empresas.
- IRAKASU Eskola. Escola Universitária de Professorado.
- *Escuela Politécnica Txorierri.*
- *Escuela politécnica Lea-Artibai.*

A educação, de acordo com as afirmações do documento em pauta, sempre foi uma preocupação básica na história de Mondragon Comporacion Cooperativa – MCC, e com a expansão deste complexo cooperativo a organização, que era bem simples, passou por mudanças importantes para responder mais adequadamente às exigências dos tempos. A criação do “Congresso” (órgão com poderes de definição) em dezembro de 1984, é citada como um exemplo de mudança. O Complexo Cooperativo Mondragon chega, a 1990 com 109 cooperativas e 23.110 postos de trabalho.

3ª Etapa – Segundo o estudo documental, o complexo Mondragon Corporacion Cooperativa (2001) chega à época atual fortemente influenciado e determinado pelo processo organizativo. O complexo é transformado em corporação, formando os grupos por setores e não por localização geográfica. A organização atual contempla a existência de três grupos: industrial, financeiro e de distribuição.

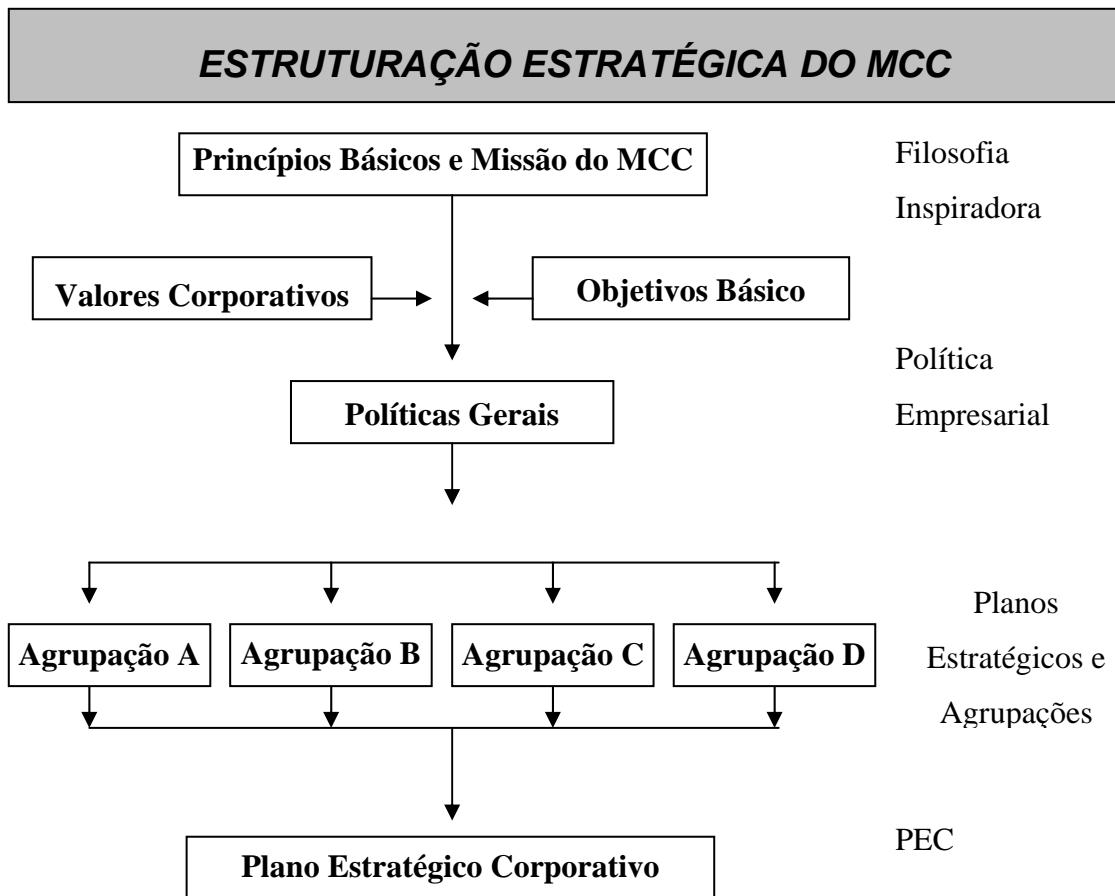
O documento ressalta que a década de 1990 foi marcada pela constituição da Mondragon Universidade, promovida pela Mondragon Eskola Politecnikoa - Irakasle Eskola Y Eteo e que o Centro Corporativo, a parte referencial e visível do MCC como conjunto, é fundamentalmente um centro de serviços que dá apoio ao desenvolvimento dos negócios das cooperativas enquadradas e agrupadas em divisões.

De uma forma explícita e de fácil entendimento, o documento “História de uma Experiência” atesta que a corporação não é proprietária das cooperativas e que elas, como todas as demais estruturas criadas, compõem o Mondragon Corporacion Cooperativa.

Afirma o Mondragon Corporacion Cooperativa – História de uma Experiência (2001, p. 34):

A história sucintamente narrada até agora seria impossível de não contar com uma maneira de ser, de comportar-se, de fazer as coisas específica e diferenciadas, vamos dizer, de uma cultura própria. O que dá forma à nossa cultura e seu engajamento com a atuação concreta que se observa dos Planos Estratégicos, responde ao seguinte esquema:

Gráfico 2: Estrutura Estratégica do Mondragon Corporacion Cooperativa



O referido documento relaciona os princípios básicos que constituem o ponto de arranque de toda construção ideológica da Mondragon Corporação Cooperativa (2001, p. 35) afirmando que eles se nutrem da experiência própria, no transcurso dos anos, construindo uma família que faz parte do cooperativismo universal.

- Livre Adesão; - Organização Democrática; - Soberania do Trabalho; - Caráter Instrumental e Subordinado do Capital; - Participação na Gestão; - Solidariedade Retributiva; - Interooperação; - Transformação Social; - Caráter Universal; - Educação.

Segundo a construção da estruturação estratégica do MCC, a missão sintetiza os objetivos de ordem superior, traduzindo a abstração dos princípios num projeto tangível, que pode avançar a organização e centralizar os seus esforços.

A Mondragon Corporacion Cooperativa é considerada por eles uma realidade sócio-econômica de caráter empresarial com profundas raízes no país Basco, criada pelas e

para as pessoas, inspirando-se nos princípios básicos da experiência cooperativa, comprometida com a melhoria competitiva e a satisfação do cliente e com a geração de riquezas na sociedade, mediante o desenvolvimento empresarial e a geração de empregos que:

- sustentam-se em compromissos de solidariedade, utilizando métodos democráticos para sua organização e direção;
- impulsionam a participação das pessoas na gestão, nos resultados e na propriedade de suas empresas, que desenvolvem um projeto comum, harmonizador do progresso social, empresarial e pessoal;
- promovem a formação e inovação deste desenvolvimento e das capacidades humanas e tecnológicas;
- aplicam um modelo de gestão próprio para alcançar posições de liderança e fomentar a cooperação.

Segundo as afirmações contidas no Documento Mondragon Corporacion Cooperativa (2001), os valores corporativos são o núcleo da cultura empresarial, apontando um sentido de direção comum a todas as pessoas e diretrizes na tarefa diária. Os valores das pessoas que participam definem o caráter fundamental da organização e criam um determinado sentido de identidade. São eles:

- Cooperação – (proprietários e protagonistas)
- Participação – (compromisso com a gestão)
- Responsabilidade Social – (distribuição solidária da riqueza)
- Inovação – (renovação permanente)

O Documento MCC (2001) afirma que a Mondragon Corporacion Cooperativa encontra-se em um bom momento de sua história, com uma bagagem acumulada que permite contemplar o futuro com doses de otimismo. As empresas tendem a crescer de tamanho até alcançar o dimensionamento adequado, nunca fruto da vontade dos dirigentes e sim das características dos mercados em que elas atuam.

Todo futuro crescimento, internacionalização, rentabilidade, emprego, sustentam-se no comportamento do binômio pessoas/produtos, isto é, profundamente assumido, o que logicamente deve marcar a tônica da atuação do MCC na etapa que se aproxima. Nesse enunciado, pessoas e produtos encerram uma evidência paradoxal dos

tempos marcados por transformações. A lição que se pode extrair da história do MCC é que é possível concretizar um projeto, acreditando nas pessoas como fonte de todo progresso e, logicamente, adquirindo os conhecimentos necessários e as competências requeridas no desempenho de suas tarefas, permanecendo os valores, a generosidade, o compromisso, a honradez.

O registro documental mostra que instrumentos não faltam ao Complexo Mondragon Corporacion Cooperativa (2001): universidade, formação profissional, centros de formação de dirigentes constituem elementos importantes que darão os frutos esperado, trabalhando em estreita relação com as empresas. As entidades que trabalham na área do conhecimento, especialmente os centros tecnológicos, as entidades de consultoria e engenharia, a universidade e o centro de formação cooperativa de dirigentes não trabalham aleatoriamente, mas constituem o chamado “grupo do conhecimento”, que tem o objetivo de servir de motor para a inovação permanente. A concentração em uma área geográfica limitada, onde se concentram a universidade, as engenharias, as consultorias e outros vinte centros tecnológicos da empresa, criou uma densidade de pensamento que, além de ajudar no progresso dos negócios, influi poderosamente na configuração do entorno social.

Santos; Rodríguez (2002) citam as lições e as experiências de Modragon, indicando as condições segundo as quais uma cooperativa pode se consolidar. Um complexo que pertence a 30.000 trabalhadores de 109 fábricas, de uma cadeia de supermercados, tem um banco próprio e uma universidade, cujo êxito se deve à inserção das cooperativas em redes de apoio e ao esforço constante para torná-las competitivas.

Segundo os autores, o complexo Mondragon Corporacion Cooperativa tornou-se uma economia regional e todas as cooperativas estão intimamente ligadas por mútua dependência. O banco (Caixa Laboral), além dos empréstimos oferecidos, serve ao grupo como órgão de coordenação e assessoria.

Afirmam, ainda, os autores que a ajuda mútua entre as cooperativas é obtida porque há subordinação destas aos órgãos do grupo que determinam o financiamento e a administração de cada cooperativa. Além da cooperação entre si, há cooperação entre o complexo MCC (2001) e o Estado e o respeito aos princípios cooperativistas. Por exemplo: compromisso com a manutenção do emprego dos trabalhadores; capitalização das empresas a partir das contribuições dos trabalhadores e não de investidores externos; a política de evitar o crescimento excessivo das cooperativas, criando outras organizações que desempenham o mesmo trabalho, de forma a garantir a continuidade da estrutura do

complexo; alianças com cooperativas e empresas em vários países do mundo, num intercâmbio que possa favorecer as condições do mercado global.

Assim finalizam Santos; Rodríguez (2002, p. 40): “a experiência de Mondragon oferece, não só um contra-exemplo ideal face à opinião prevalecente sobre a inviabilidade dos cooperativas, mas também elementos de julgamento importantes para avaliar outras experiências de organização cooperativa”.

De acordo com os autores citados, em 2002, o “Mondragon Corporacion Cooperativa” era formado por 150 cooperativas, que ofereciam 66.558 postos de trabalho, alcançando a 7ª posição entre os grupos empresariais da Espanha.

Singer (2003) argumenta que as organizações solidárias poderão se estender a todos os campos da atividade econômica, mas, para que esta hipótese se torne realidade, é preciso garantir bases de sustentação a estas organizações. As mais importantes são as fontes de financiamento, a comercialização, a assessoria técnico-científica, a formação continuada dos trabalhadores e, ainda, o apoio governamental. Segundo Singer (2003), as empresas capitalistas contam com essas bases de sustentação oferecidas por outras empresas capitalistas: bancos, cadeias atacadistas e varejistas, instituições privadas de ensino superior. O que fragiliza a economia solidária, segundo o autor, é que a maioria dessas organizações atua isoladamente, em mercados cujo domínio é de empresas capitalistas, sem acesso a créditos, assessoria tecnológica, redes de comercialização. O grande contra-exemplo desta constatação é o Mondragon Corporacion Cooperativa, que é integrado por mais de 100 cooperativas e conta com um banco cooperativo – Caja Laboral, uma rede de supermercados, assessoria tecnológica e universidade. O fundamental é que o grupo componente de uma cooperativa “solidária” assuma os princípios que lhe são próprios, a favor da pessoa, e não do lucro “mais valia”, ou seja, do capital.

De acordo com os estudiosos do cooperativismo, como Irion (1997), até bem pouco tempo o cooperativismo, no Brasil, era um tema restrito aos meios acadêmicos e a alguns técnicos. O número de organizações cooperativas no Brasil é ainda pequeno e a população não confia em seus benefícios. A falta de conhecimento aliada aos preconceitos ao cooperativismo, devido às falsas cooperativas, impedem a sua busca como uma alternativa econômica, social e educacional. Acresce-se a tudo isso as pressões do capitalismo à toda atividade que possa vir a ser um risco à empresa privada.

A oportunidade de acompanhar a implantação e o desenvolvimento de algumas organizações cooperativas, de conhecer o seu poder de mudar relações de trabalho, qualidade de vida, e perspectivas foram incentivos e motivação para o presente trabalho.

Muitas são as experiências de organizações cooperativas na área rural (produção, crédito, telefonia), na área urbana (consumo, habitação, trabalho), porém são poucas as experiências cooperativas na área da educação, principalmente na educação superior. O propósito da presente pesquisa é abordar a prática pedagógica do cooperativismo, entendê-la como um empreendimento preocupado não apenas com a geração de empregos, a distribuição financeira equânime, mas, principalmente, possibilitar o alcance da cidadania, o que poderá acontecer pela educação, iluminada especificamente pelo ensino superior, o que tentou apresentar no item 2.2, p. 58 do presente trabalho.

Acredita-se que o processo de incubação de cooperativas desenvolvido nas universidades prepara trabalhadores e educadores para um momento novo na história, o momento em que a educação para a cooperação promoverá a educação emancipadora pregada por Paulo Freire. A Pedagogia da Autonomia de Freire (2000) é a autonomia da iniciativa, autonomia do pensamento, da vontade, o que se percebe também na vivência do cooperativismo: autonomia capaz de empreender um negócio próprio e por ele alcançar a consciência cidadã.

Freire (2000, p. 27) afirma que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”. A lição de Freire aponta o caminho do cooperativismo na educação.

Dal Ri; Vieitez (2001, p. 95) apreendem muito bem os benefícios da vivência cooperativa ao afirmarem: “a instauração de novas relações de produção autogestionárias têm um efeito pedagógico, que vai se sedimentando em percepções, habilidades, conhecimentos, valores, enfim, um novo etos de trabalho”.

Cria-se, portanto, a possibilidade de que o sistema cooperativista possa contribuir para minimizar os efeitos da “Teoria do Capital Humano” que, de acordo com Bianchetti (2001), é a teoria que alimenta o sentido perverso dos princípios defendidos pelo neoliberalismo, segundo os quais o mercado reduz a função da escola à formação de mão-de-obra para o mercado, uma perspectiva que difere dos princípios cooperativistas tal como os compreendem Rios (1989), Singer (2003) entre outros, que são favoráveis ao trabalhador, pois uma cooperativa é formada para prestar serviços aos associados e não para obter lucros (mais valia). “Existe uma conexão entre as necessidades dos cooperados de um lado, e as operações das cooperativas de outro – a participação dos associados nas atividades da cooperativa de um lado e o funcionamento da cooperativa de outro”. (Rios, 1989, p.15)

Tal posição está de acordo com as reflexões de Brzezinski (2003, p. 154), na tese segundo a qual, “o homem estará se construindo nas relações sociais, quando se torna partícipe de um projeto coletivo que poderá conduzi-lo à superação dos condicionamento que lhe determinam a sua ação”. Entende-se que uma cooperativa é uma organização que permite uma realização coletiva e a participação de cada um, além de ter poder decisório, garante a participação também nos resultados, tornando o trabalhador o “empresário do seu trabalho”. O mesmo resultado pode ser atribuído a uma escola organizada como cooperativa, que poderá oportunizar um ensino com mais qualidade e inclusão social. Tal atitude é contrária ao que propõe a Organização Mundial do Comércio (OMC), que é tornar a educação uma prestadora de serviços, podendo ser comercializada livremente entre os países, conforme debate ocorrido em Doha, no Catar, em 2001 e em Paris, em 2003. Essa possibilidade fere o direito social de todo cidadão de buscar a educação como um serviço público e não como um produto regulado pelo mercado, só podendo comprá-lo os que possuem recursos financeiros suficientes para isso.

As lições e experiências do Mondragon Corporacion Cooperativa indicam um trabalho alicerçado em redes de apoio cooperativo. Todas as 109 cooperativas do MCC são ligadas por mútua dependência e apoio. O respeito aos princípios cooperativistas não impediu que estas cooperativas recebessem sustentação técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e financiamentos, o que as tornou fortes e competitivas.

CAPÍTULO 3

O CAMINHO PERCORRIDO: A PESQUISA NA CESUR/FACER

*“Todo nosso conhecimento tem
princípio nos sentimentos”.*

Leonardo Da Vinci

Com esta opção pelo estudo do cooperativismo na educação superior, pretende-se encontrar respostas para algumas perguntas inquietantes que orientam esta investigação.

Já que o movimento cooperativista tem demonstrado e tem sido reconhecido como instrumento alternativo de emancipação social¹¹ em vários ramos de atividades, este estudo se propõe a conhecer e analisar se o modo de organização cooperativista pode contribuir, também, como uma alternativa para a democratização no ensino superior.

Para isso, tomou-se como objeto de pesquisa a Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER, criada pela Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR, estabelecendo um problema que pode ser enunciado sob dois ângulos. O primeiro: a alternativa cooperativista contribuiria para a democratização do acesso ao ensino superior? O segundo, decorrente deste: seria possível o retorno do Centro de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR à condição de Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR?

Esse problema desdobra-se nas seguintes questões que foram o objeto da presente pesquisa:

¹¹ Segundo Boaventura Santos (2002), reinventar a emancipação social: para novos manifestos, é um projeto cuja idéia central é que a ação e o pensamento que sustentaram as idéias modernas de emancipação social estão sendo questionadas pelo fenômeno chamado globalização. Segundo o autor, a forma de globalização neoliberal, apesar de hegemônica, não é a única e tem sido confrontada por uma outra forma de globalização, uma globalização alternativa, contra-hegemônica, formada por iniciativas, movimentos e organizações que, por meio de redes, alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal por um mundo melhor, ao qual sentem ter direito.

1. O formato utilizado na proposta cooperativa seria uma impossibilidade definitiva?
2. Enquanto cooperativa, a FACER cumpriu sua missão de oportunizar aos jovens da região um ensino superior de qualidade a preços compatíveis com sua realidade sócio-econômica?
3. Após 8 anos de funcionamento (2 como cooperativa e 6 como privada) , agora, enquanto organização educacional privada, o que sua experiência revela?
4. Que formato se mostrou capaz de atender melhor à comunidade, a cooperativa ou a sociedade por quotas de responsabilidade?
5. A experiência cooperativa da FACER poderia ser recomendada?

Com o objetivo, portanto, de identificar na organização cooperativa de ensino superior, possibilidades de democratização deste nível de ensino, mediante a inclusão de alunos excluídos por razões sócio-econômicas, foi elaborada, como já mencionado, a presente dissertação, que estuda o caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, sua estrutura e implantação enquanto cooperativa, a criação, o funcionamento e o desenvolvimento da faculdade instituída – a FACER e ainda seu significado social e cultural para a região e a contribuição sócio-econômica prestada aos alunos que a buscaram como descrito na introdução.

Para a realização deste trabalho, procurou-se contextualizar e compreender o movimento cooperativo no cenário mundial, nacional e local, trazendo como referência estudos, fatos, experiências que mostram o cooperativismo e sua participação no desenvolvimento sócio-econômico e cultural das pessoas, numa construção alternativa em busca de melhor qualidade de vida coletiva.

Demo (1984, p. 108) reflete que “a mera teoria é fuga da realidade. Mesmo que a prática limite a teoria, a traia e a deturpe, não há história real precisamente sem limitações, sem traições e deturpações. Aí está toda grandeza da prática: a de ser a realização histórica completa”.

Foi então a tentativa de compreender a criação de uma Instituição de Educação Superior em Rubiataba nos moldes da organização cooperativa que orientou o presente estudo de caso sobre a “Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba” na primeira etapa de seu funcionamento, de 1998 a 2000 e posteriormente, já como particular, até hoje. . É

objetivo, portanto, desta pesquisa, colher da prática da CESUR/FACER, referida por Demo, as particularidades de sua atuação enquanto cooperativa e mesmo depois, contribuindo com a formação superior dos alunos da região e com a democratização neste nível de ensino de alunos economicamente desfavorecidos da região que não teriam condições de graduarem-se em algum curso superior.

Ludke; André (1986, p. 14) afirmam que o estudo de caso tem destaque por ser uma unidade dentro de um sistema amplo. O interesse está naquilo que ele tem de particular. É, portanto, o caso da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR um caso singular dentro do sistema de ensino superior por sua configuração inicial como Associação sem finalidades lucrativas, em seguida como cooperativa, observado no seu contexto, estudado em sua trajetória, mediante revisão documental e depoimentos do grupo de fundadores do qual faço parte e de alunos e professores da época.. As características ou princípios associados ao estudo de caso considerando-se seu contexto atual e sua trajetória, nas palavras de Ludke; André (1986, p. 14), superpõem-se às características gerais da pesquisa qualitativa, destacando-se os princípios descritos a seguir.

Os estudos de caso visam à descoberta

Também o estudo do caso “CESUR/FACER” permitiu ao pesquisador descortinar novos elementos, antes não percebidos, significativos à compreensão da sua prática enquanto adoção ou não dos princípios cooperativistas, sendo um lócus onde se pôde apreender o sentido qualitativo das ações e dos testemunhos/depoimentos. A descoberta foi relativa aos aspectos que determinaram a impossibilidade de sua afirmação e continuidade como instituição cooperativista assim como aos aspectos positivos da ação da CESUR/FACER,.

Os estudos de caso enfatizam a “interpretação do contexto”

Embora a Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba não tenha se mantido como cooperativa, é importante conhecer se a alteração da sua forma de organização alterou também sua filosofia de trabalho. Qual era a expectativa da cooperativa, na visão

da comunidade regional, e qual é a expectativa atual? O conhecimento deste contexto poderia nortear o futuro da Organização Cooperativa.

Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda

Foi importante perceber como alunos, professores, pais e comunidade vêem a FACER. Conhecer sua missão, finalidades e objetivos fez parte deste estudo. A investigação no próprio campo de trabalho (Brandão, 1981), facilitou de certa forma, esse aprofundamento.

Os estudos de caso usam uma variedade de informações

Este estudo de caso, CESUR/FACER, permitiu conhecer sua trajetória (história recente por documentos como atas, estatuto, regimento e depoimentos em entrevistas) pelas entrevistas que deram origem aos depoimentos de sócios, alunos e professores, e ainda, pelo relato da vivência do pesquisador, enquanto membro daquela organização cooperativa e membro da sua gestão acadêmica. O olhar retrospectivo da pesquisadora sobre a trajetória da CESUR/FACER foi essencial.

Os estudos de caso procuram representar os diferentes, e às vezes conflitantes, pontos de vista presentes numa situação social

Este estudo de caso permitiu, ainda, ao pesquisador, imerso desde a fundação na convivência diária com a instituição, conhecer os diferentes pontos de vista de sócios, alunos, professores sobre a atuação da faculdade e da mantenedora, com relação ao seu desempenho acadêmico, sua contribuição social, trazendo para estudo as divergências, as convergências (a recusa do grupo em incentivar a participação de novos sócios para atender aos requisitos necessários ao registro definitivo da cooperativa, a opção pelo modelo de ensino privado), de modo que este estudo possa contribuir com a clareza da sua prática. Se, conforme afirmam Ludke; André (1986), uma mesma realidade pode ser vista de várias perspectivas, esta é a oportunidade de olhar o CESUR/FACER sob vários pontos

de vista, tantos quantos forem os divergentes. O olhar da pesquisadora sobre a atuação do grupo no momento da recusa dos registros da CESUR/FACER, como cooperativa revelou posições ideológicas diferentes no interior do grupo, o que impediu a chamada de novos associados ,professores, necessários à organização cooperativista e os impeliu a resolver os problemas financeiros pela via do lucro.

Entende-se ainda, que a pesquisa com abordagem qualitativa permitiu ao pesquisador apreender da sua prática as respostas que, como já afirmando, orientam este trabalho, pois, conforme afirmam Ludke; André (1986, p.11), “a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo, de pesquisa.”

A proposta desta pesquisa – qualitativa – foi um desafio que, segundo Demo (1984), é praticamente impossível fora de uma visão coerente com uma postura dialética. Segundo o autor, a dialética serve para captar fenômenos históricos caracterizados pelo constante devir e não para captar os fenômenos naturais, que são dados.

Para Demo (1984), dialética é a prática (realização de uma ideologia) e também a realização histórica concreta de uma teoria. Nisto está a qualidade dialética do relacionamento entre teoria e prática. Ambos os termos se necessitam e se repelem, numa identidade de contrários, ou seja, um não existe sem o outro, mas cada um tem densidade própria, o que traz um relacionamento dinâmico. Se em teoria têm-se uma ciência evidente, verdadeira, acabada. Na prática é um produto histórico, limitado, relativo, processual. A teoria pode ser absoluta, universal, abstrata; a prática é relativa, concreta, realizada, particular. Por isto, nas ciências sociais, a dialética entre teoria e prática é condição fundamental da pesquisa.

Vê-se que o modo escolhido também estava de acordo com Demo (1984), que afirma que em toda construção social há contradições, antíteses, ou seja, convivência de pólos contrários. As superações históricas são trabalhadas por antíteses radicais e, se a antítese não for radical, não haverá superações, mudanças, mantendo-se o sistema, embora com mudanças internas. Este é um momento dialético que privilegia o fenômeno da transição histórica. A consciência histórica e a possibilidade de intervenção humana constituem o processo. Segundo o autor, entre sujeito e objeto não há só observação do sujeito e imposição evidente do objeto, mas há interação dinâmica, dialética. Sujeito e objeto acabam se identificando, principalmente quando os objetos são sujeitos sociais.

Ludke; André (1986) afirmam que os fenômenos educacionais situam-se entre as ciências humanas e sociais, e um dos desafios lançados à pesquisa educacional é o de tentar captar a realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo em sua realização histórica. Para responder aos desafios das pesquisas educacionais, começaram a surgir métodos de investigação e abordagens diferentes daquelas tradicionalmente usadas. Surgiram abordagens influenciadas por uma nova atitude de pesquisa, que coloca o pesquisador no meio da cena investigada, tomando partido na cena.

Evoca-se, ainda, Bogdan; Biklen (1994), na perspectiva da investigação qualitativa em educação, que reúne diversas estratégias e algumas características específicas. Tais recursos objetivam compreender os sujeitos, baseando-se nos seus pontos de vista, embora entendê-los a partir daí seja também um procedimento conflitante. É uma intromissão inevitável no mundo do sujeito.

Retomo a caminhada do CESUR desde a sua fundação e, para isso, reporto-me à sua caminhada a um tempo em que eu participava como membro de sua diretoria e não como pesquisadora. Procuo analisar esta trajetória com a objetividade possível.

Percebo que as constatações desse trabalho se fizeram possíveis porque, como foi dito inicialmente, a pesquisa qualitativa favoreceu a argumentação, possibilitando as descobertas que desvelaram a realidade, pela confrontação entre princípios teóricos e a práxis¹² e levaram à constituição deste corpo de idéias relacionadas aos objetivos e ao problema deste trabalho.

A observação dos autores leva à reflexão sobre a minha condição de investigadora e também membro do CESUR, ou seja, parte do objeto em estudo. Isso reporta-me ao relato das percepções pessoais sobre o estudo da FACER em um depoimento, na pesquisa, o mais objetivo possível, apresentando o que vi e ouvi. Embora a recomendação de Bogdan; Biklen (1994) quanto à escolha do tema aponte para assuntos nos quais não se esteja pessoalmente envolvido, uma vez que, segundo os autores, as pessoas muito envolvidas num ambiente têm dificuldades em distanciar-se do conhecimento prévio que possuem do objeto de estudo, esta foi minha escolha, por entendê-la como um propósito que trará contribuições importantes quanto às possibilidades da educação cooperativista. Brandão (1981, p. 11) apóia esta escolha quando afirma que “conhecer a própria realidade, participar da produção deste conhecimento é tomar posse

¹² As definições de práxis vão desde o seu enfoque simplesmente como atividade humana por meio da qual o homem modifica o mundo e a si mesmo, até outras mais desenvolvidas, que introduzem as noções de liberdade, criatividade, universalidade, história, futuro, revolução, etc.

dele. Aprender a escrever sua história de classe. Aprender a reescrever a história através da sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve [...] onde pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, [...] pretende ser um instrumento a mais de conquista popular. [...] conhecer a realidade para poder transformá-la”. O autor, nesta fala, traduz de certa forma o sentido e as intenções da proposta desta pesquisa, que são a de conhecer a realidade do CESUR/FACER, do próprio ambiente de trabalho desta pesquisadora, e “tomar posse dele” (Brandão, 1981), acrescentando-o do desvelamento da realidade e, assim, se possível, reescrever sua história, numa proposta de ser, ou continuar sendo, instrumento de conquista para aqueles que esperam da FACER a oportunidade de ingressarem no ensino superior.

Goldman (1979, p. 34), registra que, em se tratando de ciências humanas, não se pode eliminar a “pré-noção e todo juízo de valor, mas, ao contrário, integrá-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva”. Como observadora e como integrante dos trabalhos de construção do CESUR/FACER, tenho um envolvimento com a instituição que carrega juízos e pré-noções. E com isso pode-se afirmar, apoiada em Goldman (1979), Bogdan; Biklen (1994), Ludke; André (1986), Martins (1980), que esse trabalho investigativo não perde a validade científica se busca um equilíbrio entre a subjetividade e os dados de realidade considerados, estudados e analisados.

Ademais, Bogdan; Biklen (1994) também reconhecem que todos os investigadores estão sujeitos a enviesamentos próprios do observador. Mas os investigadores qualitativos, tentam tomar consciência desses enviesamentos, encontrando uma forma de lidar com eles. E esta é a posição a que me propus a assumir durante o processo investigativo.

A pesquisa qualitativa, no caso da CESUR/FACER, combinou, ao mesmo tempo, a análise documental, a entrevista, a observação direta, a introspecção, a elaboração de um memorial envolvendo todo um conjunto de técnicas metodológicas, indicando um grande envolvimento do pesquisador no contexto estudado (LUDKE; ANDRÉ, 1996). A presente proposta de estudo foi, portanto, a de analisar dados documentais da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba e entrevistar sócios, professores e alunos, ao mesmo tempo em que se desempenha as funções relativas à gestão da faculdade.

Com a decisão tomada, de estudar a CESUR/FACER, pretende-se contribuir com a educação no sentido da democratização do ensino superior regional e,

conseqüentemente, com o desenvolvimento cultural, social e econômico da região, entendendo que com a contribuição da educação torna-se maior a possibilidade de romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural do Brasil. Entendendo ainda, que a educação superior, mediante suas instituições, universidades/faculdades, têm a tarefa de resgatar e ampliar este respeito pela ciência e luta pelo desenvolvimento sócio-econômico do País (começando pelo local e regional) e assim consolidar a democratização da sociedade. Se, segundo Brandão (1984, p. 12), “mais do que conhecer para explicar, a pesquisa precisa compreender para servir”, este é o propósito desta pesquisa, contribuir com a democratização do ensino superior no Vale do São Patrício.

Acredito que este estudo é importante, ainda, para a definição das minhas próprias concepções enquanto membro da sociedade mantenedora de uma faculdade que tem um compromisso com a sua comunidade. Conforme Brandão (1984), fazer a ultrapassagem da “pesquisa sobre” para a “pesquisa com”, no caso com a comunidade acadêmica da FACER, configura-se como um passo importante. É também papel do educador ser um ouvinte das necessidades comunitárias. É preciso que a pesquisa nos permita, enquanto gestores, repensar a nossa prática e tomar o melhor caminho apontado pelo resultado.

O objetivo da pesquisa qualitativa é também o de auxiliar os professores a conhecerem a realidade social da vida escolar (BOGDAN; BIKLEN, 1994), deixar aflorar de dentro para fora formas que permitam a alunos com dificuldades financeiras acesso (e permanência) ao ensino superior. Embora as universidades e/ou as faculdades, sejam elitistas dentro do mundo capitalista, é nosso papel torná-las acessíveis ao maior número possível de estudantes, e nisto consiste o interesse desta pesquisa; saber de que forma o CESUR/FACER contribuiria mais e melhor com a democratização do ensino superior, como Cooperativa de Ensino Superior ou como uma Organização de Ensino Superior Privada

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram entrevistas e análise documental das atas de criação das cooperativas de Rubiataba, Regimentos e Estatutos¹³ da FACER/CESUR.

¹³ O Estatuto da Cooperativa, cujo extrato compõe o anexo 3 deste trabalho, entre outros objetivos, propunha em seu artigo 2º, item b, cooperar, apoiar e manter permanente contato com outras associações e entidades congêneres em todo país; item h, favorecer condições técnico-financeiras para que as instituições de ensino se tornem auto-suficientes, garantindo assim as mensalidades e taxas em níveis de custos não elevados. No Art. 4º o Estatuto reza: - Para associar-se o interessado deveria preencher os seguintes requisitos: a) ser pessoa comprometida com o ensino de alto nível na região. No seu parágrafo único lê-se: “Em caso de superávit no balanço geral anual, será feita a seguinte aplicação: 40% para fundo de investimento; 15% para biblioteca; 15% para bolsas de estudo; e 30% para conservação das instalações”. Uma sugestão que configurava a idéia de uma Associação sem finalidades lucrativas, seria as organizações sociais locais

1. Entrevistas

Foram utilizadas entrevistas com roteiros semi estruturados (anexo 1), ou seja, que não possuíam uma ordem rígida de questões e cuja flexibilidade permitiu que os entrevistados tivessem liberdade de informar e expressar seus sentimentos, pois as entrevistas enfocavam também assuntos familiares. Numa pesquisa qualitativa isto é possível porque investigador e entrevistado já são conhecidos e a entrevista passa a ser uma conversa (BOGDAN; BIKLEN, 1994), como é o caso da CESUR/FACER, cujos professores e alunos têm um relacionamento próximo.

Sujeitos Entrevistados

Constituíram-se como sujeitos da pesquisa um total de 13 entrevistados, sendo 5 cooperados fundadores, entre eles o presidente atual do CESUR e membros que estão associados desde a fundação da ACESUR e que participaram de sua transformação em CESUR – Cooperativa e mais tarde em CESUR – Organização Privada de Ensino. Os 5 cooperados entrevistados representaram os Profissionais Liberais, a Igreja Católica, as Cooperativas, os Professores. A escolha dos cooperados obedeceu ao critério de antigüidade e à permanência atual na composição do grupo CESUR para que pudessem auxiliar no esforço da pesquisadora em precisar objetivos, dificuldades, metas, partindo da concepção do projeto CESUR até à instalação da FACER.

Dos 4 professores entrevistados, 3 são professores desde o primeiro ano de funcionamento da FACER e o outro participou da transição da forma organizacional da FACER de cooperativa para organização privada. São professores, alguns deles, que embora não aprovassem a alteração organizacional do CESUR, comprovação feita pelas suas falas durante a entrevista, permanecem no quadro docente da Instituição, contribuindo criticamente com o seu crescimento, conforme pôde-se apreender. A escolha dos

trabalhando pela educação superior da coletividade.. Para tanto ficou expresso no art. 4º que a pessoa interessada em associar-se deveria ser comprometida com um ensino de alto nível. Percebe-se que embora a CESUR tenha tido a intenção de praticar a intercooperação com “entidades congêneres” conforme o registro do item b, do art. 2º do seu estatuto, na prática este princípio que poderia ter viabilizado a sua condição de cooperativa, não foi observado. O item h, do mesmo artigo, ao referir-se às mensalidades revela sua intenção de ser uma organização de ensino auto-sustentável com práticas de mensalidades acessíveis. Não se percebe, nesta proposta, a intenção de apropriar-se do trabalho dos professores para gerar a mais valia, mas, aplicar mensalidades que possibilitassem sua auto-suficiência com qualidade. Paralelamente, o parágrafo único do regimento da CESUR explicitava sua intenção de contribuir e não de apropriar-se do lucro ou da mais valia, quando declara que, obtendo superávit, além dos investimentos necessários à manutenção da Faculdade, 15% seriam destinados para bolsas de estudos. Vale afirmar que tal intenção tem sido respeitada e embora a CESUR/FACER tenha se transformado em uma organização de ensino particular, sua contabilidade apresenta (registro contábil 2004/2005) um percentual de 12% destinado a bolsas.

professores também obedeceu ao critério de tempo de serviço na instituição. O objetivo foi apreender destes professores expectativas, percepções motivadas pelas mudanças ocorridas.

Os 4 alunos entrevistados foram elencados pelos seguintes critérios: alunos da primeira e segunda turmas, hoje egressos da instituição. Tais alunos acompanharam todas as etapas da instalação da faculdade; ouviram as falas que antecederam sua implantação, divulgando a futura FACER, acompanharam os acontecimentos durante o seu período de atuação como cooperativa, e puderam acompanhar também a fase de transição da CESUR – Cooperativa para CESUR – Organização Educacional Privada. Um destes alunos retornou à Instituição para estudar outro curso, os demais já estão atuando no mercado de trabalho como professores e/ou administradores de organizações.

CAPÍTULO 4

A REALIDADE DO CESUR/FACER ATUALIZADA PARA O SÉCULO XXI

4.1. O Movimento Cooperativista em Rubiataba

Neste capítulo, retoma-se o nascimento da idéia associativista e seu desenvolvimento até a autorização de funcionamento da FACER – Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba, mantida pela CESUR – Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, autorizada pelo MEC. Para isto, busca-se, pela história, situar Rubiataba e a região do Vale São Patrício num contexto econômico, político e educacional da época, ou seja, a partir de 1970.

Na pesquisa qualitativa realizada para a compreensão da trajetória da FACER, foram entrevistados os componentes do grupo fundador comprometidos com a idéia cooperativista sobre as motivações que sustentaram por tanto tempo a crença em sua realização. Para os idealizadores da faculdade, a idéia desta cooperação para a criação de uma escola de ensino superior foi, em uma primeira etapa, a única forma viável, pois nenhuma das pessoas envolvidas possuía recursos financeiros suficientes para instalar o Projeto FACER, nem mesmo o viam como uma possibilidade de obter lucros na perspectiva da mais valia: o importante e único objetivo deste primeiro momento, foi oportunizar aos jovens de baixo poder aquisitivo da região um ensino superior com qualidade (p.58, item 2.2) e com valor de mensalidade compatível com suas possibilidades financeiras.

A partir de uma análise dos acontecimentos datados de 1993, pôde-se recuperar a representação de que a formação do grupo CESUR, inicialmente estava aberta à participação, principalmente de professores, que possuíam experiência de magistério – esta

experiência contribuiria para a implantação do CESUR – e que atuavam nas escolas da cidade e às pessoas que representavam órgãos e entidades, que participavam de alguma forma das atividades e/ou projetos sociais do município, como clubes de serviço, igrejas, cooperativas, órgãos públicos e profissionais liberais. Pôde-se verificar pelos registros e depoimentos, que o grupo era o representativo das lideranças locais. Era um grupo de 25 pessoas, entre elas o bispo da Diocese de Rubiataba, o prefeito municipal, o vice-prefeito, o prefeito do mandato anterior, vice-prefeito do mandato anterior, um representante associado da Cooper-Rubi, três professores do Ensino Médio, dois sacerdotes da Igreja Católica, uma odontóloga representando o Centro Espírita Renúncia de Rubiataba, dois farmacêuticos representando a classe dos profissionais liberais, um médico, o gerente do Banco do Brasil da época, um empresário do ramo de alimentos, um empresário da indústria moveleira, um engenheiro, um empresário do ramo de confecções, um engenheiro agrônomo, dois odontólogos, um médico veterinário, um missionário estrangeiro da Igreja Católica. Todos residentes e domiciliados em Rubiataba. (ata do dia 05 de abril de 1993).

Muitas pessoas recusaram o convite para integrar a cooperativa, que era acompanhado de uma chamada de capital correspondente na época a 1 salário mínimo e meio (em dinheiro). Da recusa depreendia-se a falta de confiança no projeto, desinteresse pela proposta cooperativista, e a não disposição de integralizar o capital solicitado. Faltou ao grupo, naquele momento, a preocupação em conhecer a Legislação Cooperativa específica para cooperativas de ensino e trabalhar na sociedade com as idéias e o entendimento da proposta cooperativa. Imaginava-se que uma cooperativa de profissionais liberais, mesmo não sendo especificamente de profissionais da educação, poderia conduzir uma cooperativa de ensino superior. À medida que as pessoas convidadas se recusavam a compor a organização, outros convites eram feitos, até que se conseguiu o número que se acreditava suficiente para a sua legalização e a imediata formalização do processo para solicitar ao MEC, autorização de funcionamento de cursos. Posteriormente soube-se que para efeito da organização de uma cooperativa de ensino não bastava o número mínimo de 20 ou 25 cooperados, mas 70% desses deveriam ser profissionais da educação, pais ou alunos e apenas 3 dos cooperados eram professores. (Resolução 01/1972 da OCB)

Vale uma reflexão sobre a formação do grupo de fundadores da CESUR/FACER: líderes e dirigentes bem situados na comunidade de Rubiataba, pessoas (conforme consta nos documentos pesquisados ata: 10/05093) de classe média/média que representavam a liderança local. Pôde-se perceber atitudes progressistas e abertas, atitudes democráticas nesse grupo interessado no desenvolvimento de sua região, tradicionalmente

cooperativista. Mas, no momento em que surge o primeiro problema, - o número de associados professores, não foi suficiente para consolidar a Cooperativa CESUR,- como participante do grupo fui capaz de perceber, [percepção confirmada agora por uma análise como pesquisadora, retomando fatos passados] que houve uma posição do grupo de recusa aos passos necessários ao encaminhamento de uma cooperativa de professores. Isso seria possível procedendo-se a nova chamada de sócios professores para a sua efetivação (entendendo-se a recusa do convite feito aos professores, inicialmente, ainda como um impedimento: esse foi o motivo explícito), uma vez que uma cooperativa de pais ou de alunos seria inviável pela característica do rodízio de alunos ingressantes e concluintes.

Somente depois de autorizados os cursos, e em funcionamento, surgiram manifestações das pessoas da comunidade para integrarem a cooperativa. E neste momento, o grupo optou em permanecer como estava. O modo de produção capitalista prevaleceu e a opção cooperativista foi subsumida pela “práxis” capitalista. Essa recusa foi um obstáculo característico do modo de produção capitalista no qual prevalece a proposta de ensino privado (MARTINS, 1980).

De acordo com a primeira ata registrada no livro da Associação Cultural de Ensino Superior de Rubiataba – ACESUR, foi realizada uma reunião na sede da Câmara Municipal, aos 15/08/1989, às 9 horas que congregou professores, alunos, vários segmentos da sociedade e autoridades, com o objetivo, conforme registra a ata, de discutir com a comunidade a importância da criação de uma faculdade em Rubiataba. O prefeito abriu a reunião, em seguida devolveu a palavra ao público que sugeriu os primeiros cursos: Administração Rural e Filosofia. Os alunos participaram com perguntas, alguns optando por Agronomia, mas, por ser um curso mais caro foi sugerido para o futuro, quando a faculdade já estivesse funcionando. Foi destacada a seriedade da iniciativa e a solicitação das pessoas presentes para não permitir interferências políticas.

A 2ª reunião foi realizada no dia 16/10/1989, para eleição da Diretoria da ACESUR que, conforme registro nesta ata, seria “uma associação sem fins lucrativos, com o propósito de promover e manter o ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, na rede regular e supletiva, nesta cidade, com abrangência nas cidades circunvizinhas e região do Mato Grosso de Goiás. Ficando a diretoria encarregada de elaborar o regimento interno da Associação”.

Aos 5 dias do mês de abril de 1993, conforme registro em ata, reuniram-se os membros da ACESUR e os futuros cooperados da CESUR – Cooperativa de Ensino

Superior de Rubiataba, para deliberarem sobre a junção dos membros e transformação da ACESUR em CESUR, o que será explicado no item 4.2. O valor da quota-parte ficou estabelecido que seria de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) o equivalente a 1 salário mínimo e meio. 25 associados subscreveram o valor mínimo estipulado.

Revedo os documentos de fundação, pude verificar que a primeira manifestação pela criação de uma faculdade que respondesse aos objetivos já citados nasceu oficialmente no dia 16 de outubro de 1989 por um grupo de pessoas lideradas pelo Bispo Dom José Carlos de Oliveira que, no Relatório Administrativo e Financeiro do CESUR (2002, p. 1), assim definiu as suas razões e seus pontos de vista

Nosso grupo buscou o bem das famílias de nossa região, [...]. A gente pensava nos jovens com vontade de crescer, de enfrentar estudos superiores e amanhã melhorar em saber e poder aquisitivo.

Quantas famílias choravam vendo seus filhos olharem o horizonte [...] choravam vendo-os morando longe, nas grandes cidades. Como cristão, nossas preocupações primeiras sempre foram as pessoas as famílias.

Para compreender mais objetivamente o espírito cooperativista que dava norte àquele empreendimento, é necessário relatar que outros movimentos cooperativistas característicos do município haviam criado o que se pode denominar de uma “rede de organizações cooperativas importantes no Município de Rubiataba”, com a Cooper-Agro, a Cooper-Rubi, a Credi-Goiás, que davam corpo aos projetos das pessoas envolvidas e às possibilidades do sucesso também da FACER, seguidora dos mesmos passos das outras organizações cooperativas que, reconhecidamente, já faziam diferença na vida sócio-econômica de Rubiataba.

Rubiataba é um município com aproximadamente vinte mil habitantes. O IBGE (censo de 1999) cita uma população de 18.808 habitantes, mas estima-se que hoje seja um pouco mais. Localizada na região do Vale São Patrício, a noroeste do Estado de Goiás, a cidade de Rubiataba situa-se a 237 km de Goiânia. É uma cidade planejada, que nasceu do Projeto de Colonização Agrícola Estadual, criado para a colonização da região. Foi emancipada em 12 de outubro de 1953. O município é dividido em pequenas propriedades e seus proprietários vivem da agropecuária e da agricultura, na maioria, uma atividade familiar. Sem possuir, naquela época, nenhuma escola particular de ensino básico ou superior, todos os alunos que terminavam o ensino médio, em escolas públicas, sem grandes perspectivas, passavam a trabalhar no pequeno comércio local ou saíam da cidade

em busca de trabalho. Em função das dificuldades financeiras, poucos podiam sair para continuar estudos superiores.

O sentimento de perda decorrente da saída da juventude rubiatabense era acentuado quando se percebia que os jovens que conseguiam seguir estudos, terminar um curso superior, raramente voltavam à Rubiataba ou à região para contribuir com o desenvolvimento local. A falta de emprego e de perspectivas os afastava, sempre mais e mais, da cidade e da região.

Os estudos documentais e as entrevistas realizadas mostraram que outra idéia permeava as preocupações das lideranças: o fortalecimento da economia local. Sem incentivos governamentais ou investimentos significativos, os pequenos produtores viam no cooperativismo uma oportunidade de melhorar o desempenho de suas atividades. Assim, as idéias foram sendo amadurecidas e, depois de algum tempo, o cooperativismo nascia em diversos empreendimentos locais, quase sempre com as mesmas lideranças.

A primeira cooperativa a surgir no município foi a de produtores rurais, a Cooper-Agro. A contribuição prestada por esta cooperativa aos produtores locais, seu próprio desenvolvimento, a formação que seus dirigentes tiveram a possibilidade de adquirir foram oportunidades que fizeram as lideranças vislumbrarem outros horizontes: criar novas organizações que cumprissem outras funções econômicas e sociais como, por exemplo, uma indústria que pudesse ofertar mão-de-obra e fixar as pessoas no seu lugar.

Desse pensamento nasceu uma idéia muito defendida na época, produzir álcool, o combustível alternativo nacional. Havia possibilidades reais de viabilizar o almejado empreendimento, pois as garantias de tantos cooperados (mais de 50) seriam suficientes para o financiamento solicitado junto ao Banco do Brasil.

Logo após a criação da cooperativa de produção de álcool, os cooperados sentiram a necessidade de desmembrar os empreendimentos, que passaram a pertencer a cooperativas diferenciadas: a Cooper-Agro (produtores rurais) e a Cooper-Rubi (produtores de álcool).

Conforme afirmam Ricciardi; Lemos (2000, p. 117), “na hierarquia de valores estabelecida por Maslow, uma vez satisfeita uma, outra necessidade se manifesta com toda a sua força”. Assim, outras necessidades surgiam e novas possibilidades de atendimento eram criadas pelos sistemas de organizações cooperativas em Rubiataba. Surge, então, a Cooperativa de Crédito Rural, um banco cooperativo de atendimento aos seus cooperados e a outras cooperativas locais.

Faltava ainda uma Instituição de Ensino Superior, não apenas para Rubiataba, mas para toda a região, que contava na época apenas com cursos na área de educação – licenciaturas. O curso de Direito era a grande preferência. As forças vivas da comunidade se mobilizaram neste sentido, buscando, em primeiro lugar, a Universidade Federal de Goiás, numa tentativa de se criar uma extensão da Faculdade de Direito em Rubiataba. Na impossibilidade encontrada, buscou-se uma unidade da UEG, porém esta alternativa também foi negada.

Quando as solicitações foram definitivamente negadas, as pessoas envolvidas com o cooperativismo compreenderam que a melhor opção era tentar resolver seus problemas locais de uma forma já conhecida: o associativismo ou o cooperativismo.

Fundaram então, a Associação de Ensino Superior de Rubiataba – ACESUR, logo depois transformada em Cooperativa de Ensino Superior – CESUR e conseguiram autorização de funcionamento para dois cursos iniciais: Administração e Filosofia, autorizadas pelo MEC em 1997 para funcionamento a partir de 1998.



Foto 3 - Instalações da FACER 1998

Com estas considerações, passa-se agora a relatar a criação de outras cooperativas de Rubiataba, o relacionamento delas com o cooperativismo da região e com o desejo da comunidade de criar uma instituição de ensino superior como organização cooperativa.

4.1.1 As Cooperativas de Rubiataba

A partir da década de 1970 e da criação das primeiras cooperativas, despontam em Rubiataba práticas cooperativistas e/ou associativistas nos mais variados ramos de trabalho. O bom desempenho econômico dessas cooperativas enseja na comunidade um imaginário de melhor qualidade de vida, levando as pessoas a buscarem a forma cooperativista, com o desejo de encontrar, neste tipo de organização, o segredo da emancipação. De fato, todos reconhecem que o cooperativismo em Rubiataba contribuiu para o desenvolvimento local, social e econômico. O cooperativismo tem credibilidade junto à comunidade, que o vê como uma alternativa para melhorar de vida.

Ricciardi; Lemos (2000, p. 113) afirmam que “ninguém se torna cooperativista só por fazer parte de uma cooperativa, pois estar numa cooperativa não é ser cooperativista”. Em Rubiataba, os grupos se organizaram pela necessidade de se fortalecer em cooperação para resolver problemas econômicos e sociais comuns e, por força desta necessidade, apreenderem o que estes autores afirmam com pertinência: “que o indivíduo desenvolve sua personalidade de acordo com sua experiência de vida.” Numa vivência em grupo, o comportamento desse grupo será ditado, também, pela experiência vivida e pela satisfação de sua necessidade. Desta forma, o cooperativismo foi a experiência que moldou a personalidade do grupo de Rubiataba e possibilitou, a partir da primeira experiência com sucesso, a constituição de outras organizações cooperativas, dando exemplo de coesão e determinação, o que é fundamental numa sociedade em construção, como era o caso de Rubiataba.

Passa-se agora a apresentar uma breve síntese dos empreendimentos cooperativos mais significantes de Rubiataba e que tem funcionado como uma rede intercooperativa, o que parece ser a garantia do sucesso do conjunto de cooperativas da região.

Criada em 1971, conforme registro no Livro de Atas, a Cooperativa Regional Agropecuária de Rubiataba – Cooper-Agro foi a forma cooperativista encontrada pelos pequenos produtores rurais de Rubiataba para desenvolverem suas atividades agrícolas e obterem benefícios sociais e econômicos. A Cooper-Agro teve uma significativa importância para Rubiataba. Comprometidos com o projeto da construção desta cooperativa, seus associados encontraram, também pela convivência e pela solução de problemas comuns, um espaço de cooperação mútua, garantindo solidariedade para os que viriam depois. O trabalho realizado fortaleceu a bacia leiteira da região, substituindo o gado de corte, criou um entreposto para beneficiamento do leite e aquisição de caminhões transportadores. Criou-se, ainda, a Destilaria de Álcool, que aumentou a oferta de emprego aos trabalhadores rurais e uma pequena cooperativa de consumo para os produtores, que em 1993, chegou a ter 528 associados.

A Cooperativa Agroindustrial de Rubiataba – Cooper-Rubi, conforme já registrado neste trabalho, foi criada pelas mesmas lideranças da Cooper-Agro; De acordo com o registro no Livro de Atas, dia 30 de março de 1986, ela seria um braço ou uma atividade departamental da Cooper-Agro. No dia 17/12/1986, foi registrada neste mesmo Livro de Atas a autorização do desmembramento jurídico das duas atividades, a agrícola e a industrial. Hoje ela é uma empresa próspera, que se consolidou como a maior empregadora de mão-de-obra da cidade, oferecendo em torno de 1000 empregos na safra e 600 na entre-safra. Seus funcionários têm plano de saúde (UNIMED) e atenção especial na área educacional, com projetos de alfabetização de adultos, Educação de Jovens e Adultos – EJA e bolsas para alunos na educação superior.

O grupo responsável pela criação das duas cooperativas pensava em outras cooperativas para fazer face às necessidades dos pequenos produtores, mas, faltava a eles o fomento que pudesse amparar as atividades desenvolvidas, ou seja, um Banco Cooperativo que promovesse a economia da região, as suas atividades e, ainda, uma faculdade que oferecesse aos jovens da região, um ensino superior de qualidade com mensalidades acessíveis, o que concorreria para a fixação dos jovens na região, assim como, a participação deles no desenvolvimento local e regional. Seria o esboço de uma rede de cooperativas apoiando-se reciprocamente: a prática da intercooperação.

Foram estas possibilidades de apoio recíproco que motivaram aquelas lideranças a tentarem mais um empreendimento: a criação da Cooperativa de Crédito de Rubiataba – Credi-Rubi, mais tarde Credi-Goiás, desta vez uma empresa financeira. Essa cooperativa foi criada conforme registro em ata no dia 8 de junho de 1993 e a maioria de

seus 25 associados pertencia, também, a outras cooperativas. Registrando na assembléia de fechamento do ano de 2004 o número de 336 associados. Em Rubiataba, depois da constituição da Cooperativa de Crédito, criou-se um novo sentido empresarial, de certa forma, repito, uma rede¹⁴, mostrando que a participação de todos pode trazer resultados positivos, tanto individuais como coletivos.

Mediante a Cooperativa de Crédito, os produtores associados puderam financiar animais especiais, melhorando a qualidade do rebanho da região, assim como veículos utilitários e máquinas agrícolas para incrementar a produtividade. O mais importante, porém, foi a confiança, a credibilidade que o pequeno produtor adquiriu e a facilidade de obtenção de créditos. Esse crédito tem sido concedido até hoje sem registro de inadimplência, conforme afirmação de um dos diretores da cooperativa, e isto se deve ao sentimento de pertencimento ao grupo, de ser o dono, da própria cooperativa de crédito. O associado sabe que, se houver qualquer prejuízo, será seu também.

Como um processo que se cumpre por etapas, faltavam ainda alguns fios para tecer a “rede” pretendida, ou seja, faltava a Cooperativa de Ensino Superior, que posteriormente nasceu como uma proposta de democratização do ensino.

4.2. A Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR/FACER



Foto 4 - Instalações atuais da FACER - 2004

¹⁴ “Rede” aqui é usada como sinônimo de “complexo”.



Foto 5 - Instalações atuais da FACER – Vista Externa - 2005



Foto 6 - Instalações atuais da FACER – Vista interna - 2005

Apresenta-se aqui uma síntese da criação da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, mantenedora da FACER¹⁵, sua trajetória de dez anos, de 1989 a 1999, como organização cooperativa e sua transformação em Centro de Ensino Superior de Rubiataba no ano de 2000.

A reconstrução da história da Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba, nesse trabalho, apóia-se, em parte, nas informações contidas em livros de atas da instituição e regimento, que trazem informações relevantes: um grupo que compôs inicialmente Associação Cultural de Ensino Superior de Rubiataba (ACESUR), em 1989, imbuído da idéia associativista, reuniu-se no dia 16 de outubro, nas dependências da Diocese, Rua Xixá, nº 190, sede provisória da associação com o objetivo, conforme a ata da fundação da ACESUR à p.2, 1989, de discutir com a comunidade a importância da criação de uma Faculdade em Rubiataba e ainda criar oficialmente a referida associação.

Os presentes enfatizaram a importância da união das entidades ali representadas, para a formação da referida Associação, como base para a fundação de uma Instituição de Ensino Superior na Região. Após a discussão, decidiram fundar, como de fato fundaram, a Associação Cultural de Ensino Superior de Rubiataba – ACESUR, sociedade sem fins lucrativos com o propósito de promover e manter o ensino de 1º, 2º, e 3º graus. (Ata da reunião do CESUR, realizada no dia 16/10/1989)

Da mesma forma percebe-se também, em outras falas, como a do Bispo, Dom José Carlos, constante nesta dissertação à p. 85 a mesma atitude de cooperação:

O nosso grupo buscou o bem das famílias de nossa região, melhor dizendo, do Vale São Patrício. A gente pensava nos jovens com vontade de crescer, de enfrentar estudos superiores e amanhã melhorar em saber e poder aquisitivo. Quantas famílias choravam vendo seus filhos olharem o horizonte sem esperanças, outras choravam vendo-os morando longe, nas grandes cidades.

No dia 18/12/1989, consta na ata que foi realizada mais uma reunião com o objetivo de aprovar o Estatuto Interno da ACESUR e discutir sobre o Projeto da Faculdade – FACER.

Os membros da ACESUR só voltaram a se reunir em 10/05/1991, quando o Presidente da Associação comunica a aprovação parcial dos projetos que tramitavam no

¹⁵ Criada como ACESUR em 1989, transformada em Cooperativa – CESUR de 1993 a 1999 e novamente transformada em uma Sociedade por Quotas – Centro de Ensino Superior de Rubiataba – a partir de 2000.

MEC. Nesta oportunidade, os membros já refletiam da importância de se afastar da ACESUR, ingerências políticas partidárias: “[...] falaram da importância de manter afastado da Associação e da Diretoria da Faculdade, quando esta existir, interesses pessoais, divergências políticas e religiosas, porque o interesse dos seus membros é com o desenvolvimento cultural e social da comunidade”. (Ata de 10/05/1991)

De fato, nos anos que se seguiram e após a constituição da Cooperativa, embora houvesse a diversidade das opções partidárias e religiosas dos membros, a ingerência política ou religiosa nunca os dividiu nas decisões importantes que deviam ser tomadas para a implantação da Faculdade. A idéia de que uma Faculdade era importante e necessária à região e dependia do esforço de todos, era maior que os interesses pessoais do grupo.

Ainda nesta reunião, foi defendida a idéia de se indicar suplentes, para representar as entidades no caso de surgir a impossibilidade de algum dos atuais representantes de entidades que compunham a Associação. Tal idéia possibilitaria que no futuro as entidades fossem as detentoras das cotas e não as pessoas físicas. Foi uma idéia que, embora não tenha sido contestada, conforme se lê nos registros em ata, não foi levada a diante. Ao se formar o grupo fundador da cooperativa a idéia de uma participação de entidades e não de pessoas foi abandonada, levando ao privilegio dos interesses individuais e não da coletividade.

A ata de reunião subsequente, 17/05/1991 apresenta aos demais membros, a Prof^a. L., técnica em educação, que havia elaborado os projetos e também ficara encarregada de acompanhar a tramitação dos processos no MEC. Isso realmente foi feito pela Professora indicada, apesar do longo tempo ocorrido – 1989 a 1997 – entre a solicitação para funcionamento da Faculdade e sua autorização.

A eleição do Conselho Administrativo do CESUR foi realizada no dia 16/10/1991 e no dia 20/03/1993 registra a ata que foi discutida a possibilidade de transformar a ACESUR em Cooperativa de Ensino Superior e em seguida colocada a possibilidade em votação que foi aceita por unanimidade de todos os membros da ACESUR. Vale lembrar que nessa época a Faculdade ainda não estava em funcionamento, pois seus cursos não haviam sido autorizados pelo MEC.

Entre o dia 20/03/1993 a 05/04/1993, os membros e/ou representantes destes membros, convidaram as pessoas da comunidade para integrarem a nova organização cooperativa. Foram convidadas pessoas (e não mais entidades) que representavam as “lideranças” da cidade.

Os projetos protocolados no MEC, relativos aos cursos pretendidos, transitavam muito lentamente, entre diligências que eram sempre cumpridas. A Prefeitura Municipal, apoiando o projeto e cedendo em regime de comodato, o espaço físico de uma escola municipal de ensino fundamental à ACESUR/CESUR no turno noturno foi de fundamental importância para a viabilização do projeto FACER, pois o grupo não possuía recursos suficientes para aquisição do espaço físico necessário e recomendado pelo MEC.

Pelas datas das reuniões registradas no referido livro de atas, vê-se que, quando as informações vindas do MEC acenavam para uma autorização iminente, o grupo se reunia com otimismo, mas quando as informações não traziam nenhuma novidade, as reuniões chegavam a ser anuais. (de 26/03/1992 a 11/03/1993) Quando o Conselho Federal informou a possibilidade real de autorização da faculdade, o grupo sentiu a necessidade de se fortalecer em união e em recursos financeiros para os investimentos que se faziam necessários e, encontraram no cooperativismo o modelo ideal de organização. Os membros da ACESUR foram unânimes, conforme já mencionados, em aprovar a mudança da Associação para Cooperativa. Este ato foi comunicado ao MEC, que procedeu às devidas alterações. A pesquisa documental realizada revela que a ACESUR, e logo após a CESUR, desde o seu nascimento contou com a aprovação da comunidade local, que sempre mostrou-se aberta a participar de campanhas promocionais para angariar recursos financeiros necessários à instalação física do Projeto FACER. A formação da cooperativa possibilitou ganhos acadêmico/pedagógicos importantes como a instalação da biblioteca, do laboratório de informática e dos demais equipamentos exigidos no projeto.

Uma idéia sempre esteve atrelada às ações do grupo: buscar autorização de funcionamento também para um curso de Direito, projeto sempre presente nas representações do povo rubiatabense. Percebendo suas limitações, o grupo entendeu que, naquele momento (1994), seria mais viável pedir uma extensão do curso de Direito da UFG do que solicitar autorização de funcionamento ao MEC. Esta missão foi cumprida em visita oficial ao Reitor da UFG. O pedido, depois de analisado pelo Reitor e por sua assessoria, foi negado, embora o prefeito municipal da época tenha assumido a responsabilidade pelo pagamento dos professores. No ano de 1994, por um Decreto Presidencial foi extinto o Conselho Federal de Educação, e a autorização de funcionamento da FACER só viria a acontecer depois da criação do Conselho Nacional de Educação, em julho de 1997, para o curso de Filosofia, com 50 vagas anuais. Também em 1997, foi autorizado o funcionamento do curso de Administração, com 80 vagas anuais. O curso de Direito só foi autorizado pelo MEC no ano de 2002, com 160 vagas.



Foto 7 – *I Semana Jurídica da FACER*
Outubro 13-15/2004

A autorização de funcionamento dos cursos, em julho de 1997, foi bem recebida pelos 23 cooperados e pela comunidade. Há registros de que equipes foram formadas para trabalhar a aplicação do vestibular, contratação de funcionários, elaboração de planilhas de custos, estabelecendo valor da hora aula de professores e estudos sobre valores de mensalidades que fossem compatíveis com o poder aquisitivo local. Ficaram estabelecidos os seguintes valores das mensalidades: 1998 – R\$ 150,00, o que representava 19,69% acima do salário mínimo para ambos os cursos. Por se tratar de uma cooperativa sem fins lucrativos (no sentido de mais valia), a idéia seria que, aumentando o número de alunos, os custos pudessem abaixar e o valor das mensalidades diminuir. Uma certa inexperiência e a ausência de orientação do grupo dirigente, no entanto, fez com que não se considerasse o alto custo de hora-aula, do transporte, da alimentação dos professores que na sua maioria viriam de fora, nem a evasão de alunos que ficava em torno de 20%. Tudo isso agravado pelo viés capitalista característico do grupo e de todos nós na realidade neo-capitalista brasileira.

Conforme podemos constatar nas informações prestadas pela Secretaria Geral da Faculdade, este é o mapa da evasão e das mensalidades dos cursos iniciais da CESUR/FACER:

Quadro 4: Representativo da evasão anual do Curso de Administração Rural da CESUR/FACER, de 1998 a 2004

Ano	1ª turma		2ª turma		3ª turma		4ª turma	
	Qtde. alunos	% evasão	Qtde. alunos	% evasão	Qtde. alunos	% evasão	Qtde. alunos	% evasão
1998	80	-	-	-	-	-	-	-
1999	75	6%	74	-	-	-	-	-
2000	50	33%	61	17%	75	-	-	-
2001	44	12%	46	24%	62	13%	78	-
2002	39	11%	44	4%	48	22%	59	24%
2003	-	-	42	4%	47	2%	56	5%
2004	-	-	-	-	46	2%	54	5%
Evasão por curso	52%		44%		38%		31%	

Fonte: Secretaria CESUR/FACER (2005)

Quadro 5: Representativo da evasão anual do curso de Filosofia da CESUR/FACER, de 1998 a 2004

Ano	1ª turma		2ª turma		3ª turma		4ª turma	
	Qtde. alunos	% evasão	Qtde. alunos	% evasão	Qtde. alunos	% evasão	Qtde. alunos	% evasão
1998	50	-	-	-	-	-	-	-
1999	47	6%	37	-	-	-	-	-
2000	40	15%	36	3%	45	-	-	-
2001	38	5%	27	2%	40	11%	34	-
2002	-	-	25	7%	38	5%	31	9%
2003	-	-	-	-	37	3%	28	10%
2004	-	-	-	-	-	-	28	0%
Evasão por curso	24%		32%		18%		12%	

Fonte: Secretaria CESUR/FACER (2005)

Quanto aos quadros 4 e 5 pode-se perceber que a evasão de um ano para o outro era de cerca de 15% e na relação ingressantes e concluintes, a evasão fica em torno de 40%. Como se pode ver, a evasão era bastante significativa, e de fato inviabilizou economicamente o projeto cooperativo demandando investimentos particulares e a opção pela privatização.

Quadro 6: Representativo das mensalidades dos Cursos da CESUR/FACER de 1998 a 2004

Ano	Mensalidade	Salário Mínimo
1998	R\$ 150,00	130,00
1999	R\$ 171,08	136,00
2000	R\$ 206,00	151,00
2001	R\$ 210,00	180,00
2002	R\$ 264,00	200,00
2003	R\$ 293,00	240,00
2004	R\$ 228,00	260,00

Fonte: Secretaria CESUR/FACER (2005)

As mensalidades representadas no quadro 6, permitem que se conclua que de 1998 a 2004 as parcelas mensais atingiam em média, 19,69% a mais que o salário mínimo. Isso equivale a dizer que embora o sistema organizacional da mantenedora tenha sido alterado de cooperativa para uma organização privada, o compromisso firmado de manter mensalidades acessíveis cumpriu-se. No entanto, para o poder aquisitivo local são quantitativos altos, já que nesta região interiorana o salário mínimo se constitui nos ganhos totais de muitas famílias.

A Aula Inaugural da FACER foi realizada no dia 2 de fevereiro de 1998, pela magnífica Reitora da UCG, professora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, com todas as vagas preenchidas. A escolha representava a proximidade estabelecida entre as instituições UCG e FACER. A Universidade Católica de Goiás tornou-se referência para os trabalhos da FACER, uma ligação mediada pelo Bispo e Presidente da CESUR, D. José Carlos de Oliveira e a reitoria da Universidade Católica, representada pela então Reitora e ainda o Bispo D. Antônio, presidente da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da UCG.



Foto 8 – Aula Inaugural - 1998

Créditos – FACER – Arquivo/1998

Ainda em 1998, quando a FACER, em pleno funcionamento, procurou a Organização das Cooperativas do Estado de Goiás – OCG para proceder ao seu registro, foi informada de que deveria, primeiramente, proceder a reformas estatutárias, mudando de Cooperativa de Ensino Superior para Cooperativa de Profissionais do Ensino Superior, o que apesar de ter sido realizado conforme ata da Assembléia do dia 29/06/1998 não foi o suficiente para o registro da CESUR na Organização Central das Cooperativas, pois mesmo com sua denominação modificada para Cooperativa de Profissionais do Ensino Superior, a FACER não atenderia ainda ao princípio da dupla qualidade, (exigência legal) pois não tinha 70% de docentes cooperados.

Conforme consta nas atas das Assembléias dos dias 13/03/1999 e 20/03/2000, o balanço apresentado, relativo ao exercício dos anos de 1998 e 1999, respectivamente primeiro e segundo ano de funcionamento da FACER, houve déficit, em razão do alto valor de manutenção da faculdade, gastos extras relativos a docentes e tributos, o que foi coberto proporcionalmente pelos associados. Entendia o grupo que medidas urgentes deveriam ser tomadas no sentido de buscar parcerias com o governo estadual para estatização da faculdade ou busca de apoio financeiro junto aos órgãos federais e estaduais, uma vez que novas salas de aula deveriam ser construídas e o grupo temia por um futuro

insucesso da instituição que não dispunha de recursos financeiros suficientes para investimento e manutenção necessários para imprimir a qualidade desejada e divulgada. Tais diligências não tiveram êxito, e a decisão que acabou prevalecendo foi a de mais uma chamada de capital ao grupo, para a construção de mais salas de aula necessárias aos cursos em funcionamento. Acredito ter sido esse um ponto de partida para uma visão comercial do empreendimento, pois, recursos capitalizados, despertaram o grupo para a compensação do lucro (mais valia) numa perspectiva individualista e não cooperativista. Martins (1980) assinala que, na ideologia neo-liberal, se o negociante começa a ter prejuízos, está ameaçado de perder o seu empreendimento. Esse foi o temor do grupo fundador.

Essa chamada de capital foi mais uma vez aceita pelos cooperados. No entanto receita e despesas necessitavam de redimensionamento para o fortalecimento da organização e para impedir a dependência do sistema vigente (empréstimos, compromissos financeiros, e outros).

Concomitantemente a tais ocorrências, houve mais uma negativa de registro da CESUR (Cooperativa de Profissionais do Ensino Superior) junto à Organização das Cooperativas de Goiás, por dificuldades de enquadramento no princípio cooperativista da dupla qualidade, ou seja, o cooperado ser ao mesmo tempo dono e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa.

Retomando-se, com detalhes mais esclarecedores, a exposição já feita à p. 83 desse estudo, é referida aqui a discussão sobre a possibilidade de se completar o número de professores até alcançar a proporção exigida. Esta proposta não obteve aceitação do grupo, ficando impossibilitada a formação da cooperativa. Apesar de uma parcela do grupo fundador da CESUR/FACER defender a possibilidade da participação de professores para que se cumprisse a legislação vigente, e se criasse de fato uma cooperativa, a maioria optou pelo ensino privado. Na realidade, não se concretizou a cooperativa de ensino superior, solicitada durante seis anos (abril de 1993 a janeiro de 2000, da criação até a sociedade por quotas), na medida em que o grupo fundador não trabalhou com a comunidade os princípios do cooperativismo e tampouco com os professores, categoria essa que propiciaria a legitimidade dessa associação em cooperativismo. Nos dois anos de funcionamento dos cursos, o grupo fundador já havia percebido a viabilidade da criação desta Instituição, redimensionando despesas e receitas, o que o levaria a optar pela constituição por uma sociedade por quotas, ou seja, privada. Nesse sentido, foi descartada

a opção pelo cooperativismo e assumiram-se os princípios capitalistas na condução da Instituição.

O grupo diretor, aconselhado por um especialista, levou o problema ao conhecimento da Assembléia da CESUR que, segundo a orientação recebida, diante da impossibilidade do registro da organização junto à OCB, acatava como conveniente a transformação da cooperativa em uma sociedade por quotas. De acordo com os registros da ata da Assembléia do dia 31/07/1999, votou-se, então, a transformação da natureza jurídica da sociedade, que sofreu a modificação de cooperativa para sociedade por quotas de responsabilidade limitada, o que ocorreu somente a partir de 1º/01/2000, com a denominação de Centro de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR. Começa, a partir desta data, uma nova etapa na vida da mantenedora, CESUR e da instituição mantida, FACER.

Após essas mudanças, tanto nas falas durante as entrevistas como as do Livro de Atas da CESUR, mostram que a opção pela empresa privada, levou a comunidade a se manifestar decepcionada com a não concretização do cooperativismo.

A fala do cooperado VIF também traz essa marca: “Nós queríamos ter uma Faculdade em Rubiataba para dar oportunidade aos nossos jovens [...] nós precisaríamos de uma cooperativa que nos daria mais força [...] (essa) não visa lucro, então seria uma coisa muito bem vinda para nossa sociedade rubiatabense”. (anexo 2)

Era a possibilidade das famílias pagarem mensalidades que não incluíssem em sua composição o lucro como mais valia, característico dos ganhos dos donos dos meios de produção no sistema capitalista.

A ex-aluna MSV assim traduz sua percepção à FACER:

Percebo hoje o quanto é importante ter uma faculdade na região, estimula o comércio local, melhora a qualidade de vida, o nível intelectual da cidade e região, enfim, é de extrema importância a existência da FACER para todas as pessoas envolvidas com esta instituição, direta ou indiretamente.

A possibilidade de emprego enfatizada por Singer (2003) e Santos (2002) como característica das organizações cooperativistas foram concretizadas, o que se percebe pela fala da ex-aluna MSV. Isso ocorreu com a implantação da FACER na região do Vale do São Patrício, mesmo fora do sistema cooperativista, no entanto, tendo em vista que com

a organização cooperativa cada professor seria um cooperado, a determinação do salário não seria fixada pela taxa de lucro do capital, portanto os custos seriam mais acessíveis. (MARTINS, 1980)

A cooperativa VBSM afirmou: “as motivações a gente sabe, faz parte da nossa missão [...] foi tentar trazer aqui para nossa cidade o que nós não tínhamos, uma faculdade, para atender as expectativas de nossos jovens”. (anexo 2). O cooperado JJN declara: “[...] a preocupação era com o fato de que todos os jovens que desejavam ingressar no ensino superior deveriam deixar Rubiataba, seus pais, seu convívio social e partir para a cidade grande.” (anexo 2).

A presença de uma instituição de ensino superior satisfaz as expectativas desses cooperados.

A fala dos últimos entrevistados denota, entre outros aspectos que poderiam ser ressaltados, a percepção de que o capitalismo leva a uma “competição desvairada, a corrida do ouro”, separando famílias e deixando “marcas impiedosas nas relações humanas” (MACEDO; XIMENES, 2001, p. 14, p. 15 deste trabalho). Isso porque no Brasil o sistema cooperativista ainda não possui a força necessária para se interpor às exigências do capitalismo. (MARTINS, 1980). Ressaltam-se as expressões: “deixar Rubiataba, quantas famílias choravam...”.

As análises relativas aos sócios também se aplicam aos depoimentos dos professores, conforme pode-se perceber pelo professor KSK:

A FACER tinha como objetivo a questão do cooperativismo, ela era uma cooperativa, então era muito bom de trabalhar, porque era a própria sociedade que a estava formando (a cooperativa) e tava proporcionando a formação dos cidadãos. [...] A FACER é um divisor de águas na cidade de Rubiataba, no contexto da região também, Rubiataba depois da FACER mudou não só a questão cultural, o aspecto visual, mas maneira profissional, a formação dos indivíduos foi se dando no próprio trabalho, [...] os nossos alunos trabalhadores [...] A maioria trabalhando no comércio e fazendo administração, eu posso entender que eles estavam se formando em serviço. [...] isso teve um fator que foi a questão do cooperativismo, que influenciava o clima entre alunos e professores.(anexo 2)

Ganhos acadêmico-culturais-pedagógicos foram alcançados pela presença da Instituição de Ensino Superior, sendo essa uma cooperativa. Os “negócios”, (embora não cooperativas) da região, então, estariam sendo melhor geridos por seus próprios donos,

agora formados em Administração em cursos superiores, dentro dos princípios cooperativistas de democracia, solidariedade, responsabilidade social e divulgação do pensamento cooperativista

Da mesma forma é a percepção de JCO:

[...] escolhemos dois cursos que em nossa região não existiam: Filosofia e Administração Rural. Escolha que foi feita de acordo com nossa realidade. A professora L foi quem sugeriu o modelo Cooperativa de Ensino Superior, devido a inclinação dos rubiatabenses para o cooperativismo. Para nós foi uma descoberta, pois sendo que estaríamos livres de tantos gastos, poderíamos oferecer aos alunos mensalidades bem em conta. Uma Escola Superior sem fins lucrativos foi e é até hoje o sonho de todos nós. (anexo 2)

Reaparece também, o objetivo de se construir uma Instituição de Nível Superior “sem fins lucrativos”, lucro este entendido como mais valia. Essa expectativa também foi apreendida na fala de alunos, conforme expressa a ex-aluna JPCS:

[...] existia aquela expectativa, não só minha, mas, dos moradores de Rubiataba. [...] a gente sempre esperava que ia ter o vestibular então, quando realmente teve, foi um alívio muito grande, não só para mim, mas, para muitos moradores daqui, e o que eu me lembro foi uma luta muito grande, muita gente, foi realmente uma cooperação de todos [...] lutando por um ideal, por um objetivo que foi alcançado com a criação da FACER. (anexo 2)

O modo de produção capitalista que cerca e envolve a todos e a cada um da sociedade brasileira, impôs a prevalência do ensino privado destruindo a esperança e tornando inútil a luta dessa ex-aluna para ter em sua região uma cooperativa de ensino superior. A ex-aluna ESP tem o seguinte entendimento:

O CESUR foi criado há algum tempo, sua meta primordial era proporcionar aos filhos de Rubiataba um ensino próximo, para que não pudessem ir tão longe em busca do conhecimento. Assim, reuniram-se os sócios e começaram a fazer campanhas para adquirir os livros, venderam bonés, bingos e outros. Como a história do cooperativismo já era uma realidade rubiatabense, criaram também uma faculdade que seria uma cooperativa de Ensino Superior. No ano de 1997 aconteceu o primeiro vestibular da FACER, com habilitação em dois cursos: Filosofia e Administração Rural. (anexo 2)

A ex-aluna MSV afirma:

Foram muitos anos de luta para que se conseguisse realizar o grande sonho, uma faculdade na cidade de Rubiataba. Por ser uma cooperativa, grande parte da comunidade acadêmica achava interessante poder estar estudando, no entanto, era do conhecimento de todos que a instituição não visava fins lucrativos, e esse aspecto atraía a atenção dos alunos fazendo com que houvesse grande procura pelos cursos da FACER. (anexo 2)

A FACER se construiu, inicialmente, enquanto esperança de ser uma cooperativa, segundo as falas registradas, numa relação especial com sua comunidade acadêmica. Não era uma instituição pública estatal (com responsabilidade social de oferecer ensino gratuito ou quase gratuito) e nem era uma instituição privada (tendo como meta principal o lucro a ser alcançado). Tratou-se, em sua primeira etapa, de um projeto comunitário ou com características comunitárias para todos, alunos e professores. Como uma cooperativa, pessoas cooperantes dispostas a perseguir um ensino superior de qualidade e mensalidades compatíveis com o poder aquisitivo regional. Este propósito conservou-se e fez uma diferença fundamental nos relacionamentos estabelecidos. No entanto, percebia-se uma outra diferença. Enquanto cooperativa, todos compreendiam as limitações de uma faculdade iniciante. A mudança de cooperativa em sociedade por quotas limitadas deixou de responder às expectativas iniciais da sociedade de Rubiataba. A Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba teve sua trajetória de 1989 a 1999 como organização cooperativa, culminando com sua transformação em Centro de Ensino Superior de Rubiataba.

No entanto, o ingresso na FACER dos alunos com dificuldades financeiras não aconteceu conforme a expectativa que antecedeu sua criação. Esta comprovação é percebida nas entrevistas de cooperados, professores, alunos (anexo nº 2). A explicação está, de certa forma, registrada no Livro de Atas do CESUR, dia 13 de março de 1999, à folha 63: “devido a existência de prejuízo no balanço de 31/12/1998, [...] a assembléia aprovou também sua cobertura.”

A cooperada VBSM, quando perguntada se os objetivos da CESUR/FACER foram alcançados, respondeu:

A grande maioria dos objetivos sim, que era o de fixar esses alunos da região aqui. Hoje nós temos alunos de 41 cidades (vizinhas) estudando aqui [...], a única coisa que nós não estamos conseguindo atingir até então, é a questão do valor das mensalidades [...], estão mais ou menos com o mesmo valor das mensalidades de outras faculdades. (anexo 2)

O cooperado JN, também sobre o alcance dos objetivos propostos, respondeu:

No começo sim, quando a mensalidade era cobrada conforme pesquisa da capacidade dos pagantes. Mas, após sairmos do sistema cooperativista as mensalidades praticadas passaram a ter contínuos aumentos, de tal modo que um grande número de jovens potenciais para o ensino superior nem chegaram a se inscrever ao processo seletivo. [...] estamos atingindo aqueles da fixação dos jovens e suas famílias em Rubiataba e na região, de trazer cursos em conformidade com a vocação regional, de trazer o ensino superior para o interior e o norte do Estado. Não temos atingido aqueles da atenção ao baixo poder aquisitivo de nossas famílias, da inclusão da camada menos favorecida no ensino superior.

Pude constatar que as primeiras dificuldades encontradas para a prática de uma mensalidade mais acessível aos jovens da região foram realmente os altos custos de manutenção: salários do corpo docente e administrativo; despesas com transporte, alimentação e estadia dos professores, que vinham de fora. Por ocasião das matrículas do 2º ano de funcionamento da FACER, os alunos, frustrados pelo aumento das mensalidades no momento em que esperavam uma redução, passaram a reivindicar diminuição de mensalidades, mas os dados contábeis, possivelmente já trabalhados numa perspectiva não cooperativista, evidenciavam a impossibilidade de atender o desejo dos alunos. Como já foi analisado na pesquisa, os custos superam a receita por ausência de adequação e pelo número de evadidos¹⁶.

A resposta do professor FMCBC, que iniciou suas atividades a partir da aula inaugural, em 1998, permanecendo até hoje no quadro de professores, coincide com a reflexão proposta pelo documento UNIRCOOP (2003), à p. 41 deste trabalho, ao afirmar que o sistema cooperativista vai além de contratos e obrigações comuns. É um sistema que estabelece um novo modo de agir coletivo, que recusa a lógica economicista, abrindo possibilidades de se pensar a cooperação, não de forma instrumentalizante, mas como um esforço social plural:

¹⁶ Esse foi outro impedimento para a prática de mensalidades mais baixas: a evasão. (ver quadro p.91). Conforme registros na Secretaria Geral da instituição, de 80 alunos matriculados na FACER em 1998, no Curso de Administração com Habilitação Rural, renovaram suas matrículas no ano de 1999 apenas 65 alunos; em 2000, matricularam-se 52 alunos; em 2001, 44 alunos e concluíram, em julho de 2002, apenas 36 alunos. Um percentual em torno de 15% de evasão anual e 41,25% de evasão durante o curso. Como as Organizações Cooperativas possuem isenção de alguns tributos, por esta razão o grupo acreditava que, após o registro da CESUR junto à Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, estando a faculdade estruturada, a prática de uma mensalidade mais acessível poderia acontecer. No entanto, a composição do grupo, que não era de pais de alunos, ou só de alunos ou de profissionais da educação, foi o impedimento do registro. A mudança de sociedade cooperativa para sociedade por quotas de responsabilidade limitada mudou também as relações das pessoas nela envolvidas, principalmente os professores que acompanharam a transição e também os alunos das primeiras turmas, que acompanharam a mudança, conforme pode-se apreender das falas registradas (anexo nº 2), quando perguntados sobre a alteração da Organização Mantenedora de Cooperativa para Empresa.

Para mim a experiência mais marcante do início da faculdade era o relacionamento que existia entre as pessoas que estavam dentro da própria instituição, não só os professores, mas um relacionamento muito próximo entre direção, funcionários, professores, era como se fosse uma grande família. [...] antes, enquanto cooperativa ela tinha um forte senso social, um objetivo social, depois que ela passou a ser uma sociedade por quotas ela ficou extremamente comercial, a preocupação social passou a ser pano de fundo e a questão comercial se tornou muito forte. [...] foi quando mudou o relacionamento entre a instituição em si e as pessoas do convívio em geral, tanto professores, como funcionários em geral [...] a partir daquele momento houve uma mudança nessas relações entre as pessoas, eu acho que esse relacionamento deixou de ter aquele vínculo familiar, aquela cultura de família, foi dando espaço a interesses comerciais, [...] a filosofia cooperativista era muito social, até a palavra cooperação, leva as pessoas a isto. (anexo 2)

Respondeu o Professor KSK:

[...] os alunos quando vinham tratar de algum assunto, vinham com conceito de que esta era uma Cooperativa, vinham tratar de planilhas de custos, quando tinha movimento organizado, eles iam com o conceito de que era uma cooperativa; no momento que deixou de ser cooperativa, os alunos mudaram de posição e os professores também, porque os alunos já não tratavam mais a FACER como cooperativa [...] a visão deles começou a mudar. A questão dos professores mudou no sentido de que [...] como o que você faz é mensurado para pagar ou o que você não fez é mensurado para não pagar, então isso começou a intervir na relação nossa, entre os colegas e entre os alunos, isso começou a mudar entre professores e a FACER. Os professores não continuavam com aquele espírito de cooperação... (anexo 2)

Percebe-se que o mal-estar e o distanciamento entre as pessoas que formavam aquela comunidade acadêmica, de forma especial entre os professores e destes com a instituição, deveu-se ao clima de desconfiança que se instalou em decorrência da mudança de sua estrutura organizacional, atmosfera que ainda perdura em vários momentos de sua vida acadêmica.

O Professor MLA afirmou:

[...] acredito que a Faculdade perdeu, a mantenedora tinha todas as razões jurídicas, necessárias para mudar, mas, a FACER Instituição de Ensino, perdeu com isso porque o docente perde esse vínculo mais fraterno [...], esse vínculo mais irmão parou de existir, agora virou uma relação mais profissional... (anexo 2)

A ex-aluna ESP fez a seguinte manifestação:

Quando houve a mudança de Cooperativa para Centro, ficamos muito desgostos, pois a nossa faculdade era fruto de um laborioso trabalho tido como exemplo em várias comarcas e nos orgulhávamos muito disso. Depois que passou a ser Centro, aquela visão altruísta foi renegada e sentimo-nos como se tivéssemos sido jogados para o mundo real do capitalismo exarcebado. Não sei se foi necessariamente devido a essa mudança, mas a faculdade injetou mais dinheiro em laboratórios, livros e etc. em contrapartida as mensalidades se tornaram cada vez mais salgadas. (anexo 2)

Eu diria uma relação mais empresarial no sentido das relações regidas pelo neoliberalismo, o que é contrário ao modelo que se aspira.

O cooperado JJN respondeu: “[...] espero que consigamos voltar a ser uma cooperativa, pois sinto um certo desconforto com o distanciamento dos objetivos iniciais da instituição e experimento que o apoio e afeição da sociedade por nossa instituição têm se esfriado”. (anexo 2)

Esta era também a percepção dos cooperados que estavam mais próximos dos alunos e professores, como relata a cooperada VBSM:

[...] quando a gente era cooperativa, o impacto de um aumento (de mensalidade) parece que era menor, parece que ele (aluno) via a gente de uma forma diferente. [...] o aluno tem visto a gente assim: é que a gente tá com o empreendimento não para atender esse primeiro objetivo nosso, mas, para ganhar dinheiro. É essa a visão que eu acho que o aluno tem da gente, talvez a própria comunidade também, se a gente tivesse funcionando como cooperativa talvez isso não estaria acontecendo. (anexo 2)

E ainda JCO:

O espírito cooperativista permanece, é muito forte. Mas a diferença para a comunidade e para os acadêmicos é triste demais. Passamos de uma entidade de fins não lucrativos para uma empresa comum.

Os registros da Secretaria Geral da FACER apresentaram um número de 933 alunos matriculados nos cursos de graduação e 123 alunos nos cursos de pós-graduação em fevereiro de 2005, provenientes de mais de 40 cidades vizinhas de Rubiataba. No entanto, concluíram o primeiro semestre 880 alunos. A FACER oferece 410 vagas para os seguintes cursos de graduação;

- Administração com Habilitação em Administração Rural,
- Administração com Habilitação em Administração Empresarial,
- Administração com Habilitação em Gestão de Sistemas de Informação;
- Filosofia;
- Direito.

São oferecidos os seguintes cursos de pós-graduação: Docência Universitária, Psicopedagogia, Educação e Gestão Ambiental, Gestão em Agronegócio e Administração Empresarial. Na linguagem popular, Ensino Superior e Universidade tornaram-se sinônimos. As atividades de ensino da FACER se desenvolvem a nível de graduação e pós-graduação (especialização). A função docente é responsável pela formação ética dos

educandos, uma tarefa que demanda esforços acadêmicos coletivos para se encontrar melhores caminhos. Tarefa essa que deixa exposta as fragilidades tanto da formação docente quanto discente e institucional percebidas nas concepções que guiam a academia. Há, porém, esforços e ganhos nessa busca. À medida que construímos (em conjunto – instituição – professores – alunos) nosso projeto pedagógico percebe-se avanços significativos nessa construção, mas ainda, aquém das expectativas e metas pretendidas.

Segundo a coordenação de extensão da FACER, a faculdade tem procurado se fazer presente junto à comunidade local e regional, prestando, pela Empresa Junior e por professores do Curso de Administração assessoria na área de gestão, marketing, recursos humanos, desenvolvendo projetos de extensão que possam contribuir com o desenvolvimento do comércio, da agricultura e outros.



Foto 9 - FEIMOR – ENCANTARTE/FACER DE 24 A 29/04/2001

Créditos – FACER – Arquivo/2001

Os Projetos de Extensão da FACER, voltados para as necessidades sociais, culturais, educacionais e profissionais contemplam alunos estagiários, bolsistas, voluntários. A extensão com sua diversidade de atividades estabelece vínculos da FACER com o seu entorno, fazendo-se presente, respondendo às demandas da sociedade e ao mesmo tempo permitindo à comunidade conhecer suas especificidades institucionais. São projetos que fazem a aproximação de crianças, jovens, mulheres e famílias com a FACER. Uma aproximação mediada por alunos, estagiários, monitores e professores, possibilitando,

desta interação, o nascimento da cooperação, da construção coletiva dos saberes oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior.



Créditos – FACER – Arquivo/2003

Foto 10 - Participação dos alunos da FACER no CONAD - 2003



Créditos – FACER – Arquivo/2004

Foto 11 - Semana Cultural da FACER 2004 – Multirão das Fiandeiras

Há um esforço institucional, na construção de parcerias que possam acrescentar benefícios aos alunos em condições financeiras desfavoráveis. Desse esforço, destaca-se que quase 50% dos alunos recebem algum tipo de ajuda financeira (de 933 alunos, 445 recebem algum benefício financeiro).

Embora a legislação (LDB 9394/96) determine a organização do Ensino Superior sustentado pelo tripé Ensino – Pesquisa – Extensão – a incorporação da pesquisa é recente no meio universitário e difícil de se realizar na maioria das instituições de ensino superior fora das universidades. Desta forma, a pesquisa acaba acontecendo em poucas instituições e nas outras, como é o caso da FACER, ela acontece agregando-se ao ensino.

Um trabalho de parceria entre a FACER e prefeituras está sendo elaborado para que estas prefeituras, arquem com as despesas de transporte dos alunos. Em contrapartida, a FACER se compromete em atender o município parceiro nas suas demandas de formação e qualificação profissional.

O cooperativismo em Rubiataba, como já foi mencionado, era uma prática que vinha garantindo aos pequenos produtores rurais melhoria das condições de produção e comercialização dos seus produtos, conforme pode-se apreender do registro das atas e da observação participante da autora da dissertação, nas cooperativas que antecederam à Cooperativa de Ensino Superior. Por isto, esta última viria a corroborar com as demais cooperativas da região, na formação de um movimento que poderia, em conjunto com outras medidas, contribuir para melhorar a distribuição de renda e a qualidade de vida da comunidade. Quando perguntados sobre a opção cooperativista, as respostas foram as seguintes:

Cooperado JCO: “Nossa contribuição social hoje como empresa é satisfatória, no entanto se continuássemos como cooperativa nossa contribuição seria muito maior por força de sua natureza e espírito”. (anexo 2)

A ex-aluna MSV assim se expressa:

Mudança é claro que existe, e toda mudança causa medo e insegurança, principalmente no meio acadêmico, porque os alunos pensavam que como cooperativa, por não visar fins lucrativos seria mais fácil continuar estudando, ao deixar de ser cooperativa, grande parte pensava que iria se tornar muito exploratório, que já não haveria mais intenção da instituição em buscar melhoria para a comunidade, mas ficou bem claro que não foi bem assim que aconteceu. Mesmo deixando de ser cooperativa, pode-se perceber que continuou a preocupação com a vida acadêmica dos alunos. (anexo 2)

Cooperado WMO:

[...] em Rubiataba já tínhamos a Cooper-Agro, a Cooper-Rubi e o Credi-Rubi, [...] eu estava sempre ligado, participando da Diretoria, do Conselho Fiscal, do Conselho de administração [...] também a gente tinha um bom conhecimento cooperativista, estava muito ligado à cooperativas”. (anexo 2)

Cooperado VIF: “a escolha de cooperativismo é principalmente porque o cooperativismo já é uma tradição na nossa sociedade rubiatabense”.

Retomando relato desse trabalho à página 89:

Como um processo que se cumpre por etapas, faltava o fomento que amparasse as atividades desenvolvidas e as possibilidades educacionais do ensino superior para a fixação dos jovens na região e, também, criar oportunidades de estudo superior aos que não tinham condições financeiras de frequentar as Faculdades ou Universidades dos grandes centros.

Embora a forma organizacional da FACER tenha mudado de cooperativa para empresa, conforme relatos (atas, entrevistas em anexo, etc) de professores, alunos e cooperados, a contribuição trazida à região é reconhecida como de grande importância. Vale a pena ressaltar que sua implantação não teria ocorrido se não fosse a opção pelo sistema cooperativista, conforme confirmam os cooperados fundadores quando perguntados se teria sido possível instalar uma faculdade em Rubiataba com uma estrutura diferente da estrutura cooperativista.



Créditos – FACER – Arquivo/2005

Foto 12 - Sala de aula da FACER – Professora



Créditos – FACER – Arquivo/2005

Foto 13 - Laboratório de Informática da FACER

[...] naquele momento não teria sido possível, pois, individualmente não havia pessoas com capacidade e coragem para um tal empreendimento; porque o risco de a instituição não se manter era grande para uma só pessoa assumir; porque o MEC é muito exigente com as instituições privadas de ensino. (anexo 2)

Respondendo à mesma pergunta, afirma o cooperado WMO:

Não, para a época não, só se viesse alguém de fora, mas daqui mesmo da cidade dificilmente alguém criaria sozinho se não fosse através de associação ou mesmo do cooperativismo. Então essa tradição que existe em Rubiataba de cooperativismo favoreceu muito e com certeza se não fosse o cooperativismo não teria criado a Faculdade não. (anexo 2)

Conforme já afirmado, em Rubiataba nunca houve grandes riquezas concentradas, por isso, teria sido de fato impossível um empreendimento do porte da FACER nas mãos de um ou dois empresários apenas. Daí a consciência coletiva da necessidade da cooperação.

Fala da cooperada VBSM:

Não [...] pra você criar uma Faculdade envolve muito dinheiro, então como foi feito na época, quando ela começou: A biblioteca , tudo, foi adquirido através de doação, as pessoas da comunidade doaram bezerras, foram feitas rifas para adquirir a primeira biblioteca da Faculdade. Se não fosse toda a comunidade e o prédio cedido em comodato pela Prefeitura ,não teria sido possível. [...] quando foi lançada a possibilidade de se criar uma cooperativa, toda a comunidade lutou por essa causa porque ela era uma cooperativa e cooperativa não visa lucro. Então o que essa cooperativa traria era só benefícios à nossa sociedade. (anexo 2)

Entende-se que o grupo CESUR optou inicialmente pelas vantagens humanas e financeiras do cooperativismo, expresso em princípios que traduzem, como idéia geral, a associação de pessoas que se juntam voluntariamente para responder às necessidades econômicas e sociais comuns de um grupo.



Foto 14 - Professores da FACER - 2003

As pessoas entrevistadas, em seu conjunto, demonstram perceber/intuir/representar que, como Cooperativa de Ensino Superior a CESUR/FACER poderia estimular o crescimento sócio-econômico da região, já que tal sistema considera e defende as pessoas e não o capital¹⁷ (SINGER, 2003, SANTOS, 2002, p. 21 deste trabalho). Seria um movimento que de acordo com Santos (2002) contrapõe ao desemprego e à exclusão.

¹⁷ Embora o foco do cooperativismo seja nas pessoas e não no capital, as organizações cooperativas precisam de resultados suficientes para o “salário” dos profissionais e a auto-gestão do empreendimento. (MARTINS, 1980)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A verdadeira filosofia é reaprender a ver as coisas”.

Merleau-Ponty

Apesar da luta de cerca de seis anos, da comunidade de Rubiataba, apoiando e colaborando com a CESUR/FACER em sua proposta de implantação de cooperativismo no ensino superior, em janeiro de 2000, em função da impossibilidade do registro da Faculdade como cooperativa, agravada pelo balanço financeiro negativo da Instituição, a maioria do grupo optou pela privatização do ensino.

Como resultado dessa opção, ocorreram perdas para a comunidade que esperava mensalidades a preços de custo do cooperativismo, criação de empregos, melhores salários para os professores cooperados e, evidentemente, que seus filhos não saíssem da região.

Por isso, minha conclusão, baseada na pesquisa realizada, nas leituras, nas reflexões dos autores apontados nesta dissertação, é a de que o cooperativismo é, sim, um modelo de produção e desenvolvimento opositor ao modelo assumido pelo capitalismo e que poderia ter sido aproveitada para a democratização do ensino superior. Retomando a fala de alguns desses autores, pode-se confirmar tal assertiva.

- Aníbal Quijano afirma que a idéia do sistema alternativo de produção do qual o sistema cooperativo é um dos eixos centrais das lutas contra o capitalismo e demais formas de exploração e denominação.
- Ricciardi e Lemos (2000) também asseguram, que o cooperativismo é uma alternativa ao capitalismo, o qual não conseguiu oferecer à sociedade as condições de vida almejada: “um meio seguro de subsistência, um lugar decente para viver e alimentos não contamináveis”.

- Singer (2003, p. 13) numa referência à Economia Social, da qual o cooperativismo é uma unidade típica da economia solidária, afirma que: “a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição, alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. O autor vê o cooperativismo como uma criação dos trabalhadores em luta contra o capitalismo.
- Macedo e Ximenes (2001) comungam com os demais autores a viabilidade de um novo modelo de produção e distribuição que permita aos trabalhadores participar competitivamente do mercado e melhorar sua condição de vida. Citam o cooperativismo como instrumento capaz de democratizar a distribuição dos bens de produção, renda, geração de trabalho, humanização do mercado, promovendo a justiça social.
- Magalhães e Todeschini (2002) assinalam que, como a retomada do desenvolvimento não aponta na direção de um crescimento sustentável, importa perceber o destaque da CUT sobre a necessidade de se repensar novas formas de promover o desenvolvimento. A ação conjunta de sindicatos e cooperativas foi uma das estratégias para enfrentar o capitalismo, após a primeira revolução industrial, acrescentando que a economia solidária pode ser uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista. Estes autores ainda buscam Gaiger (1990), Gadotti (1993), para sublinharem: “essas experiências estão forjando uma economia popular solidária, integrada à economia de mercado, porém contrária à sua lógica”.
- Irion (1997) observa que a Economia Social compreende as cooperativas, as mutualidades e outras instituições de natureza associativa envolvidas na produção. E que é a Economia Social, um poderoso instrumento de distribuição de renda e justiça social.

As respostas obtidas nos permitem afirmar que a CESUR/FACER contribuiu para a inclusão de alunos com dificuldades financeiras, com o desenvolvimento econômico e social da região, com a fixação dos jovens na região e com a permanência destes jovens juntos às suas famílias. Mas, se tivesse praticado, conforme exemplo de

Mondragon Corporacion Cooperativa, o princípio da intercooperação, se tivesse constituído com as demais cooperativas da cidade, uma rede de mútua cooperação, notadamente com o Banco Cooperativo, CREDI-GOIÁS, para fomentar investimentos necessários à sua estrutura física e logística, poder-se-ia supor que em pouco tempo teria se tornado auto-sustentável sem perder a sua estrutura organizacional e a sua filosofia cooperativa de ensino. Sua contribuição teria sido maior ainda, com a emancipação social, pois, praticando mensalidades mais acessíveis haveria mais alunos na FACER.

O Centro de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR, atualmente, tem como meta instalar na cidade de Ceres uma faculdade na área de saúde. Com esta intenção, protocolou, junto ao MEC, os projetos dos cursos de Farmácia e Enfermagem, solicitando autorização de funcionamento, aguardando para 2006 autorização oficial do MEC.



Foto 15 - Maquete FACERES – Futuras instalações em Ceres-GO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMISY NETO, Abraão. *A bolsa de estudos universitários em Goiás: privatização do público ou publicização do privado?* Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2003.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. *A autonomia do Direito Cooperativo*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

BIANCHETTI, Roberto G. *Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BECHO, Renato Lopes. *As metodologias do Cotejo da Lei 5.764/71 e o Código Civil para a definição do novo regime jurídico das Sociedades Cooperativas*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANCO, André. *Os limites da aquisição de quotas-partes pelos associados e a subscrição proporcional*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.394, de 17 de dezembro de 1996*. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, 2001.

BRZEZINSKI, Iria. (org.) *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O Plano Nacional de Educação e os Desenvolvimentos para a Sala de Aula*. In: Verbena Moreira S. de S. Lisita, e Luciana Freire E. C. P. Souza. (Orgs.) *Políticas Educacionais, Práticas Escolares e Alternativas de Inclusão Escolar*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

CARNEIRO, Maria Esperança F. *Os técnicos do 2º grau frente à reconversão produtiva*. São Paulo, 1998. PUC – 214 p. – Tese de Doutorado.

CARVALHO, Marco Antonio de; ÁVILA, Mário Lúcio de. *Associativismo*. Módulo I. Ceres: EAFCe, 2003 (mimeo).

CORREA, Antônio. *A Responsabilidade Civil e Tributária das cooperativas*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. *Educação e Relações de Trabalho nas Organizações Autogestionárias*. In: MARTINS, Clélia Aparecida; JAMES, Robinson. *Educação em Revista Educação de Jovens e Adultos – Marília-SP: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências*, 2001.

DEMO, Pedro. *Elementos metodológicos da Pesquisa Participante*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOMINGUES, Jefferson. *A indivisibilidade do FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

FARIAS, Alex K. Bezerra Porto. *Assembléias Gerais e o voto por procuração*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Lucas Rocha. *O registro dos atos constitutivos de sociedades cooperativas*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

GABBI, Elizabete Vicensi. *A Cooperativa Educacional e Seus Dilemas: trajetória institucional e histórica da Escola Cooperativa de Piracicaba (1993-2000)*, Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas. Campinas-S.P, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio. *Os Caminhos da Economia Solidária no Rio Grande do Sul*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GAJARDO Marcela. *Pesquisa Participante*. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GEDIEL, José Antonio. (org.) *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

GESTÃO COOPERATIVA. *Cooperativismo: o caminho que leva ao desenvolvimento*. Brasília, nº 9, p. 1 – 48, Ano 4, junho/2003.

_____. *Mulheres Cooperativistas*. Brasília, nº 12, p. 1 – 48, Ano 6, março/2004.

_____. *Tendências do Cooperativismo*. Brasília, nº 11, p. 1 – 56, Ano 5, dezembro/2003.

GIFFONI Jr, Alexandre Avelino. *Cooperativismo de Ensino: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, 1994.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: O que é a Sociologia?* São Paulo / Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

GUIMARÃES, Antonio Monteiro (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1993.

GUIMARÃES, Gonçalo. *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

IRION, J. Eduardo. *Cooperativismo e Economia Social*. A prática do cooperativismo como alternativa para uma economia centrada no trabalho e no homem. São Paulo: Editora STS Publicações e Serviços Ltda, 1997.

JUVÊNCIO, Fernanda de Castro. *As áreas de ação e de admissão de associados nas sociedades cooperativas*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

KRÜEGER, Cátia Denise Gress. *O princípio das portas abertas*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

KRÜEGER, Guilherme. *O número mínimo de associados e os juros pagos ao capital nas sociedades cooperativas*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

LEMES JR., Antônio Barbosa; RIGO, Miess Cláudio; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. (orgs.) *Princípios, Fundamentos e Práticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LONDERO, Perci. *Assembléias Gerais e o retorno das sobras*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

MACEDO, Kátia Barbosa; XIMENES, José Abel Alcanfor. *Cooperativismo na era da Globalização*. Goiânia: Cooperativa das Unimeds GO/TO, 2001.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. *Sindicalismo e Economia Solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto.2003.

MARTINEZ, Sérgio Rodrigo; GEDIEL, José Antônio. (org.) *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária*. In: FELIX, Moacyr, et all (org.) *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, volume 22.

MEINEN, Ênio. *Assembléias Gerais: quorum e delegados*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

MONDRAGON CORPORACION COOPERATIVA. História de uma Experiência. Febrero de 2001 – www.mondragon.mcc/esp/quienessomos/hisstória-html.

MORATO, Francisco Adelvânio; COSTA, Alisson. *Avaliação e Estratégia na formação educacional cooperativista*. In: MACEDO, Kátia Barbosa; XIMENES, José Abel. *Cooperativismo na Era da Globalização*. Goiânia: Cooperativa das Unimeds Go/To, 2001.

MOREIRA, Daniel A. (org;) *A Evolução do Ensino Superior no Brasil: Uma abordagem histórica abreviada*. São Paulo: Pioneira, 1997.

NAKANO, Marilena. *Empreendimentos Autogestionários – Anteag: a autogestão como marca*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto.2003.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como alternativa de mudança. Uma Abordagem Normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PERIUS, Vergílio Frederico. *A ausência de capital social nas sociedades cooperativas (art. 1094, inciso I)*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

QUIJANO, Aníbal. *Sistemas alternativos de Produção?* In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2002.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jequins de. *Cooperativa, a Empresa do Século XXI - Como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos*. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é Cooperativismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIOS, Luis Oliveira. *Cooperativas Brasileiras – Manual de Sobrevivência & Crescimento sustentável*. São Paulo: STS Publicações, 1998.

RODRIGUES, Roberto. *A Segunda Onda Cooperativa - Uma visão compartilhada*. Sescop, 2001.

RODRÍGUEZ, César. *À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso cãs cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para Viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Edições Apontamentos, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. *Para ampliar o cânone da produção*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2002.

SAUCEDO, Daniele; NICOLAZZI JR., Norton Frehse. *O trabalho na história, um longo processo de transformações*. IN: Os Caminhos do Cooperativismo. GEDIEL, José Antônio. (org.) Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

SEMESP – Sincidato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. *Ensino Superior Particular – um vôleu histórico*. São Paulo: Segmento, 2004.

SILVA JR, João dos Reis. *Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (org.) *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André Ricardo. *Um instantâneo da economia solidária no Brasil*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. (org.) *A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

STÖBERL, Paulo Roberto. *O arquivamento dos atos constitutivos das sociedades cooperativas na vigência do Novo Código Civil Brasileiro*. In: KRÜEGER, Guilherme. (org.) *Cooperativismo e o Novo Código Civil*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

UNIRCOOP, *Rede Universitária das Américas em estudos Cooperativos e Associativismo*. Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, cenários e tendências. Trabalho de Pesquisa desenvolvido pelas Universidades: Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Federal do Paraná (UFPR) – Vale dos Sinos (UNISINOS), 2003.

VIEIRA, Sofia Lierche. *Política Educacional em Tempos de Transição*. Brasília: Plano, 2000.

WEBER, Max. *A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política*. 3. ed. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.

<http://www.ocb.org.br/>

A N E X O S

ANEXO 1

ROTEIROS UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS

- a) COM OS COOPERADOS
- b) COM OS PROFESSORES
- c) COM ALUNOS EGRESSOS

a) Com os Cooperados

1. Como se deu a organização do grupo que veio a formar uma cooperativa educacional?
2. Quais foram as motivações? Por quê?
3. Com que objetivos a cooperativa foi fundada?
4. Quais foram os primeiros participantes do grupo e com que critérios foram convidados?
5. Quais foram os primeiros passos do grupo?
6. As primeiras medidas?
7. Os temores?
8. Quais foram os primeiros obstáculos encontrados?
9. Qual era sua experiência com o sistema cooperativista?
10. Que fatores levaram à extinção da cooperativa? Sob o ponto de vista, como foi a transição de cooperativa para centro?
11. Como você caracteriza a diferença na vida da FACER de quando era mantida por uma cooperativa, com os tempos de hoje? Como Centro de Ensino e não Cooperativa de Ensino?
12. Como você observa, hoje, o desenvolvimento da FACER desde sua fundação?
13. O que você, como sócio/mantenedor/fundador espera da FACER para os próximos anos?
14. Você considera que os objetivos fundamentais estão sendo atingidos?
15. Você acredita que teria sido possível criar a FACER por um sistema que não fosse o associativismo? Por quê?
16. O senhor acredita que houve inclusão de alunos carentes na Faculdade?

b) Com os Professores

1. Qual foi a sua reação (seus sentimentos) ao ser convidado a atuar como professor(a) numa Faculdade mantida por uma cooperativa educacional?
2. O que você recorda como experiência marcante dos inícios da Faculdade?
3. Como você situa a FACER antes, como cooperativa e agora?
4. O que atraiu você a atuar como professor na FACER nos primeiros anos e o que o atrai atualmente?
5. Como se dava seu relacionamento com a mantenedora cooperativa e como se dá o seu relacionamento com a mantenedora Centro de Ensino? Muda alguma coisa?
6. Como tem sido o seu empenho como professor da FACER?
7. Quais são as suas expectativas em relação à FACER?
8. Como você analisa o interesse dos alunos antes e agora?
9. Como tem sido seu relacionamento com os egressos da FACER?
10. Seus objetivos como professor(a) na FACER, tem sido alcançados?
11. Você considera que os objetivos da FACER foram atingidos?

c) Com Alunos Egressos

1. O que o motivou a estudar na FACER?
2. Seus objetivos como estudante da FACER foram alcançados?
3. O que você sabe sobre a criação do CESUR? Sobre a fundação da FACER?
4. O que você espera da FACER?
5. O que você apresentaria como marca da FACER como Instituição de Ensino Superior?

6. Como era a imagem da FACER entre os estudantes da sua época? Como é hoje?
7. Qual a importância da FACER para a região?
8. Como você avalia o relacionamento entre os professores da FACER?
9. Como você avalia o relacionamento de estudantes e professores na FACER?
10. De que forma você tem utilizado os conhecimentos adquiridos na FACER, no seu trabalho?
11. Como tem sido seu relacionamento com a FACER depois de formado(a)?
12. O que você sabe sobre a mantenedora da FACER, o CESUR?
13. Você acompanhou, como estudante, a mudança do CESUR – Cooperativa para CESUR – Centro de Ensino Superior. Você como aluno, percebeu alguma mudança da Instituição FACER, no desempenho de suas atividades ou no relacionamento com os alunos?
14. Você estudou na FACER, você fez o curso que queria ou estudou aqui porque a Faculdade estava perto de você, por isso, mais fácil, mais econômico, ou você conciliou as duas coisas: o sonho e a oportunidade?
15. No seu ponto de vista a FACER realmente possibilitou o ingresso de alunos que não poderiam estudar, alguns que se tivessem que ir para os grandes centros não teriam estudado?
16. Você acha que as mensalidades da FACER são altas? Mais ou menos do que quando você iniciou?

ANEXO 2

DEPOIMENTOS CITADOS NO INTERIOR DO TRABALHO

WMO: O que teve mesmo de obstáculo foram os cooperados, foi a parte de estrutura que não tínhamos, muito difícil de encontrar em Rubiataba e ao mesmo tempo, dinheiro também para construir, tanto que tivemos na época, de contarmos com o apoio do prefeito que era também sócio, nos arrumando o prédio da prefeitura para ter o início, porque se na época fosse para construir mesmo, e disso dependesse a aprovação do MEC, como se fala, se tivéssemos que ter estrutura física antecipada pra vistoria do MEC tivesse que construir tudo isso, recursos financeiros não tinha na época, o que tinha, não era suficiente. Apesar de sermos 20 pessoas, mas nós tínhamos no momento, dificuldades para ter um crédito, para arrumar um crédito, então esta era a maior dificuldade.

Zita: O grupo tinha interesse financeiro com a criação dessa faculdade?

WMO: Bom, na época de cooperativa não, porque a cooperativa não visa lucro, mas aí vinha que, como cooperativa, dificilmente poderia dar certo, porque infelizmente hoje as pessoas querem num empreendimento qualquer, visar o lucro e como cooperativa seria o que hoje estaria um deixando pro outro e acreditávamos na época que não poderia dar certo como cooperativa, tinha que partir pra outra modalidade mesmo de associação.

Zita: Qual era sua experiência com o cooperativismo na época, você tinha alguma experiência com organizações cooperativas, participava de alguma ou conhecia o procedimento de uma cooperativa?

WMO: Tinha sim, já tinha feito cursos, na época eu trabalhava na Emater, e em Rubiataba já tínhamos a Cooper-Agro, a Cooper-Rubi e o Credi-Rubi (banco cooperativo) e eu estava sempre ligado, participando da diretoria, do conselho fiscal, conselho de administração e participava sempre de reuniões em Goiânia. Também a gente tinha um bom conhecimento cooperativista estava muito ligado à cooperativas.

Zita: Como você vê essa transição da organização cooperativista para uma sociedade de quota, hoje CESUR – Centro de Ensino Superior de Rubiataba?

WMO: O que eu disse, é essa união, talvez esse pensamento de empresários, nós sempre queremos acreditar que o resultado seja mais satisfatório, porque nós precisamos de crescer e esse crescimento você precisa acreditar no futuro e receber coisa em troca, e hoje em dia, dificilmente as pessoas investem em alguma coisa sem pensar em um retorno, e pensando desta maneira, desta forma eu acredito que seria um passo mais correto do que seria se fosse uma associação.

Zita: Você é também aluno da FACER. Enquanto aluno você percebe se houve alguma mudança da Instituição FACER depois dessa transição? Você vê alguma diferença entre os dois momentos da FACER?

Sabemos que Ceres, uma cidade vizinha e com potencial bem maior que Rubiataba, não tinha, a gente não pensava em sair na frente de Ceres.

Zita: Você acredita que teria sido possível criar a FACER por um sistema que não fosse o associativismo ou cooperativismo na época, e por quê?

WMO: Não, para a época não, só se viesse alguém de fora, mas daqui mesmo da cidade, dificilmente alguém criaria sozinho se não fosse através de associação ou mesmo do cooperativismo. Então essa tradição que existe em Rubiataba de cooperativismo favoreceu muito e com certeza se não fosse o cooperativismo não teria criado a faculdade não.

Zita: Também acredito nisso. WMO, então muito obrigada

VBSM

Zita: Como se deu a organização do grupo que veio a formar uma cooperativa educacional?

VBSM: Eu não participei da primeira reunião do grupo, mas a gente tem conhecimento do que a gente ouviu até dos próprios sócios fundadores, mas, da fase inicial eu não tenho conhecimento.

Zita: Quais foram as motivações? Por quê?

VBSM: As motivações a gente sabe faz parte da nossa missão, o que foi realmente a motivação, foi tentar trazer aqui para a nossa cidade o que nós não tínhamos, uma Faculdade, para atender as expectativas de nossos jovens. Até porque só tinha faculdade em Ceres com o curso de pedagogia e letras e acho que em um raio de 180Km nenhuma outra Faculdade. E a nossa intenção, a intenção do grupo primeiro, pelo que a gente sabe, era de fixar o nosso jovem, o jovem do Vale do São Patrício, aqui na região. Para que eles não precisassem sair para os grandes centros para fazer um curso diferente, um curso que não fosse só na área de licenciatura.

Zita: Com que objetivos a cooperativa foi fundada?

VBSM: Bem então ela foi fundada, Zita, como nós já falamos, para fixar o jovem na nossa região e mesmo, para oferecer um ensino de qualidade e para além desse ensino de qualidade um ensino que fosse viável, que fosse compatível com o poder aquisitivo da nossa região porque a gente entendia então que uma cooperativa tinha condições de oferecer cursos de custo baixo já que a visão dela não era que o sócio ganhasse o dinheiro com isso, não seria uma empresa para ganhar dinheiro e sim para oferecer realmente esse estudo de qualidade e de baixo custo para os alunos.

Zita: Quais foram os primeiros participantes do grupo e com que critérios foram convidados?

VBSM: O critério com que (os sócios) eles foram escolhidos eu não me lembro, eu não sei, mas, os primeiros que começaram a participar mesmo, mas me parece que tudo começou com a vontade do nosso Bispo Dom José Carlos, de formar essa faculdade, pelo o que eu vejo falar, os primeiros foram: Don José Carlos o Daniel Goulart o Wilson e a Heloísa e também o doutor Ubiratan que era o prefeito da época, esse grupo acho que lutou por um bom tempo, fazia reunião até mesmo lá na casa do Dom Carlos, até que depois de um certo tempo, resolveram convidar mais algumas pessoas para se associarem e tornar viável essa cooperativa que só poderia ser fundada com no mínimo 21 (vinte e um) sócios.

Zita: Quais foram os primeiros passos do grupo?

VBSM: Não Zita, não sei.

Zita: As primeiras medidas?

VBSM: Não sei.

Zita: Os temores?

VBSM: Não eu até comecei a fazer parte do movimento como você sabe quem era sócio no caso cooperado, era o WMO o meu esposo, e depois ele achou melhor como ele não era envolvido com educação, achou melhor afastar e eu assumir o lugar dele, antes eu não tinha nenhum envolvimento com cooperativa.

Zita: Quais foram os primeiros obstáculos encontrados?

VBSM: Bem, as razões que eu sei é que, quando o pessoal do conselho administrativo na época, foi registrar junto à OCB a nossa Cooperativa, encontrou resistência de registro junto a OCB, a FACER tinha dificuldades de se manter cooperativa, uma vez que nossa cooperativa não era de professores, não era de alunos, não era de pais. Então nós encontramos essa resistência. Isto é o que foi passado para gente. Então daí, nós chamamos aqui o doutor Gilmar que é um advogado de cooperativas e que explicou todos esses dados para nós, da impossibilidade de nós continuarmos como cooperativa. Se fosse para nós fazermos uma cooperativa de professores, como nossa instituição era uma instituição nova, a cada semestre a gente trocava de professor, então, como é que faríamos depois, na hora que esse professor fosse embora? Como ficaria essa cooperativa: entra um sócio sai outro? Da mesma forma pensou-se nos alunos, se um aluno entra, a partir do momento que (foram as propostas que eu me lembro que parece que foram colocadas) o aluno entra, ele é um cooperado, a partir do momento que ele forma (termina o curso), que ele vai embora como que ele sairia da cooperativa? E até que ponto uma cooperativa suportaria tantos alunos? Então eu acho que foi por isso que foi resolvido que a gente deixaria de ser uma cooperativa e se transformaria nessa sociedade que manteve o mesmo número de sócios, os mesmos cooperados passaram a ser sócios e com o propósito também, de manter um espírito cooperativista, que eu não sei até que ponto nós estamos mantendo hoje, mas, mesmo na época que foi transformado eu me lembro muito bem, que na fala a gente ia transformar numa sociedade de cotas pela impossibilidade de ser uma cooperativa, mas, que o nosso espírito continuaria sendo o mesmo, o de cooperativismo.

Zita: Qual era sua experiência com o sistema cooperativista?

VBSM: Eu não sei se poderia mudar alguma coisa, eu sei o seguinte, pro aluno pelo menos pro nosso aluno, quando a gente era cooperativa, o impacto de um aumento parece que era menor, parece que ele via a gente de uma forma diferente. Outro, me parece que o aluno tem visto a gente assim: é que a gente tá com empreendimento não para atender esse primeiro objetivo nosso, mas, para ganhar dinheiro. É essa a visão que eu acho que o aluno tem da gente, talvez a própria comunidade também, se agente tivesse funcionando como cooperativa talvez isso não estaria acontecendo. Talvez a gente poderia estar com as mensalidades mais baixas, porque tem a questão dos impostos que é diferenciado para cooperativa, com isso, nós poderíamos ter condições de ter uma mensalidade mais baixa. Pra comunidade e para os alunos eu acredito que foi pior, isso na visão deles, agora, para o grupo eu não vejo tanta diferença não, o que o grupo tem feito, pelo menos é assim os

aumentos, pautados em medidas... assim, em nenhum momento desde que nos transformamos em empresa mercanti,¹ o aumento do aluno foi igual ao que as outras faculdades tiveram, o aumento em nenhum desses anos, atingiu o índice da inflação, é o da poupança, então isso eu acho que o grupo tem mantido, não dando aumentos exorbitantes, embora, eu acho que o valor da mensalidade hoje para a nossa região é alta se comparada a outras Faculdades, se comparar com a nossa realidade ,mas, eu vejo que o grupo em si, a grande maioria do grupo, continua com esse espírito, embora, não seja reconhecido pela a comunidade.

Zita: Que fatores levaram à extinção da cooperativa? Sob o seu ponto de vista, como foi a transição da Cooperativa para Centro de Ensino Superior?

VBSM: A Faculdade, ela tende a crescer em todos os aspectos, a gente ainda brinca e fala que a gente é novo, é criança e eu tenho falado que a gente não é criança mais, basta olhar pelo número dos nossos alunos, é certo que nós temos vagas que não são preenchidas, mas, uma instituição numa cidade como o caso de Rubiataba, cercada também por cidades pequenas, com o número de alunos que nós temos, com o que nós já desenvolvemos, eu pego e avalio como parâmetro a Faculdade que eu estudei que fo a Ceres, que está na mesma região, eu não sei se é porque a gente está aqui dentro e está vendo tudo o que está acontecendo, a nossa faculdade hoje ela tem uma referência muito grande, não só aqui em Rubiataba, mas, na região toda e não é uma referência porque nós estamos quase que só, aqui na região não, é pelo o que ela tem feito, é pelo serviço que ela tem prestado à comunidade, como curso de direito,o como tem trabalhado na área de extensão, eu vejo que a gente não tem deixado de lado a preocupação com o lado social,quando você por exemplo,desenvolve projetos de extensão da faculdade preocupada com crianças carentes, dando aulas de balé, ministrando cursos de informática para crianças carentes, em um laboratório muito bom, eu não sei até que ponto que outra pessoa que não fosse você mesma, que é a diretora e idealizadora desses projetos, abriria mão e não prestaria talvez esse tipo de serviço. Eu quero dizer no caso do curso de informática, outro curso que atendemos o “aprendendo juntos”, que é um projeto de estar dando aula de reforço para crianças carentes, então, todos esses cursos, de assessoria jurídica, por meio do Curso de Direito, que estão sendo feitas nos bairros e nas cidades vizinhas onde nós temos alunos, então tudo isso, tem mostrado que a FACER não está aqui atoa, ela tem colaborado sim, com a comunidade, tem lutado para ter em seu quadro docente professores de qualidade e ela tem reconhecido que isso é muito difícil, não resta dúvida, porque a maioria dos nossos

professores tem que vir de fora e você trazendo professores de fora, de Goiânia, que é a maioria, é muito desgastante para nós. Não é fácil, mas, dentro das nossas possibilidades eu acredito que a FACER tem crescido muito, não só em quantidade de aluno, mas, em uma qualidade que a gente tem visto, tem percebido e tem sido reconhecida pela comunidade.

Zita: Como você caracteriza a diferença na vida da FACER de quando era mantida por uma cooperativa com os tempos de hoje? Como Centro de Ensino e não Cooperativa de Ensino?

VBSM: O que eu gostaria mesmo de ver na FACER, seria um sonho de todos nós, de transformar isso em um centro universitário, então seria uma faculdade com vários cursos que talvez a gente até então consiga com isso, transformar de um centro universitário, uma faculdade assim, não só de aula mas em momento que você chegasse aqui você tivesse atividade. Eu vi ontem anti ontem no trote da PUC e o calouro que foi entrevistado falou assim: só de eu ter passado aqui na PUC eu já quero participar do esporte daqui, eu já amo essa faculdade eu quero lutar por ela em todos os aspectos em todos os sentidos o que eu gostaria mesmo era de ver isso, os nossos alunos é defendendo a nossa faculdade mais que agente. uma faculdade que esses alunos amassem, uma faculdade com vários cursos uma faculdade que realmente atingisse o nosso primeiro objetivo de ter uma mensalidade mais baixa não é o que seria uma mensalidade para dar prejuízo para ninguém, mas aquela mensalidade que teria como cobrir os custos que a faculdade tem e satisfizessem os alunos e que realmente uma faculdade como eu diria não diria 24h né, mas uma faculdade que a todo momento que você tivesse aqui você percebesse movimentação que você percebesse que aqui é um ambiente de estudo, e que hoje infelizmente agente esta vendo assim a faculdade para vir a aula só um pouco ou quase inteira ociosa. Então a minha vontade é essa e que ela possa atingir aquele primeiro objetivo de que tivesse realmente um quadro de professores que fosse só dela que a grande maioria tivesse com o tempo integral dedicado à ela para estar pensando e fazendo, para que ela fosse realmente fosse um a faculdade de tempo integral.

Zita: Quais são os principais objetivos da FACER, eles estão sendo atingidos?

VBSM: A grande maioria dos objetivos sim, que era o de fixar esses alunos da região aqui. Hoje nós temos alunos de 41 cidades estudando aqui, cidades pequeninhas, então esse objetivo ela atingiu, porque nós estamos alcançando ensino de qualidade. Eu acho que

levando em consideração a única coisa que nós não estamos conseguindo atingir até então, é a questão do valor da mensalidade que agente não tem conseguido, se formos pegar o curso de administração principalmente, ele, estão mais ou menos com o mesmo valor das mensalidades de outras faculdades do estado. Quando você vê Jussara, que é uma cidade de interior, Iporá também esta na mesma faixa. Goiânia, também é a mesma coisa, nós não estamos tão diferentes do que foi o nosso objetivo principal, mas, eu acho que dos objetivos a que nós nos propusemos o que nós estamos um pouco fora é isso. Para a faculdade e não para a mantenedora.

Zita: Você acredita que teria sido possível criar a FACER por outro sistema que não fosse o cooperativismo, na época?

VBSM: *Não!* Porque Zita, como eu disse eram cinco pessoas envolvidas nessa faculdade que era o Daniel vice-prefeito, o prefeito que era o Dr. Ubiratan a doutora Heloísa que na época representava o Centro Espírita e o WMO, então cinco pessoas, eu diria então que não teriam condições de tocarem uma faculdade, que para você criar uma faculdade envolve muito dinheiro, então como foi feito na época, quando ela começou: a biblioteca, tudo, foi adquirido através de doação, as pessoas da comunidade doaram bezerros, foram feitas rifas para adquirir a primeira biblioteca da faculdade. Se não fosse toda a comunidade e o prédio que foi cedido em comodato pela prefeitura, não teria sido possível. Então se você pensa por exemplo, em montar uma faculdade particular, tudo isso sem o empenho da comunidade não teríamos conseguido, nem acontecido. Não teria acontecido porque, se você cria um negócio tem que criar os recursos para que esse negócio te dê retorno. A partir do momento que você cria uma cooperativa, como foi o nosso caso que foi criada, é justamente para poder responder a essa expectativa. Quando foi lançada a possibilidade de se criar uma cooperativa, toda a comunidade lutou por essa causa porque ela era uma cooperativa e cooperativa não visa lucro. Então o que essa cooperativa traria era só benefícios à nossa sociedade. Então todo mundo abraçou essa causa e com certeza, se não fosse através de cooperativa nós não teríamos recursos suficientes para criar essa faculdade e a comunidade não teria interesse nenhum de ajudar.

VIF

Zita: Como se deu a organização do grupo que veio a formar essa Cooperativa Educacional?

VIF: Eu me lembro sim, dona Zita, foi quase um sonho mesmo, e ao acaso na verdade liderados pelo Dom Carlos, desde daquela época, nós tínhamos o Daniel Goulart que era o representante político de Rubiataba, a doutora Heloísa, o padre Eugenio, o Wilson Martins, marido da Vanja e eu. Somente essas pessoas que começamos e eu, não sei o porque que juntou somente essas pessoas inicialmente para começar a idéia da escola. Nós só queríamos ter em Rubiataba uma faculdade. Até então nem pensava em quais cursos fossem, nós queríamos ter uma faculdade em Rubiataba para dar uma oportunidade aos nossos jovens. Então foi constituída uma associação nessa época em 1989, aí trouxemos uma professora, a L. que seria a nossa primeira diretora para nos ajudar fazer o projeto, ajudar na associação, e a registrá-la em cartório, como temos registrado em nossos documentos. Até que deu andamento no processo e achamos que a associação não bastaria para nós, nós precisaríamos de uma cooperativa que nos daria mais força. É um órgão que é ligado à OCB. A OCB é Organização das Cooperativas Brasileiras, pensávamos que ela pudesse nos ajudar e cooperativa se sabe, todo mundo entende, que não visa lucro, então seria uma coisa muito bem vinda para nossa sociedade rubiatabense. Então estes foram os primeiros passos. No caso do Dom Carlos e o padre Eugênio, eles representavam a igreja católica, a Doutora Heloísa vinha representando a igreja espírita, já o WMO naquela época vinha representando a Emater, eu estava na Cooper-Rubi que era uma empresa que também estava querendo dar apoio. O Daniel era vice-prefeito e o Ubiratan que era o prefeito foi um dos primeiros da associação. O nome da associação era ACESUR, mais tarde CESUR e continua até hoje.

Zita: Você saberia me dizer as motivações da formação dessa cooperativa, porque motivo, vocês queriam formar essa cooperativa?

VIF: Alguns motivos eu já citei agora mesmo, primeiro, a escolha do cooperativismo, é principalmente porque o cooperativismo já é uma tradição na nossa sociedade rubiatabense. Segundo, que ela teria uma força maior. Como cooperativa ela teria uma força maior. Terceiro, mais associados porque teríamos no mínimo vinte e um que é o que

manda a lei cooperativista e atrás disto nós buscaríamos recursos financeiros também pra poder dar um andamento normal que era um projeto de grande valor pra gente começar aqui, com toda nossa dificuldade financeira, nossa humildade política não é mesmo? O pessoal estava com boa vontade mesmo de trabalho.

JJN

Zita: Como se deu a organização do grupo que veio a formar uma cooperativa educacional?

JJN: A partir da liderança do bispo de Rubiataba, Dom José Carlos de Oliveira. Escutando os anseios da juventude de Rubiataba pela possibilidade de estudos de nível superior na região, ele reuniu lideranças das diversas entidades religiosas, políticas, empresariais, cooperativas para estudarem a questão e tomarem algumas providências. Foi constituído um grupo de 25 pessoas representando as diversas entidades. Isso em 1988. o grupo optou pelo sistema cooperativista e iniciou os seus trabalhos criando a ACESUR – Associação de Ensino Superior de Rubiataba.

Zita: Quais foram as motivações? Por quê?

JJN: A preocupação era com o fato de que todos os jovens que desejavam ingressar no Ensino Superior deveriam deixar Rubiataba, seus pais, seu convívio social e partir para a cidade grande; Proporcionar, em Rubiataba, possibilidade de estudo superior para jovens de municípios vizinhos à Rubiataba; Valorizar os profissionais do ensino de Rubiataba.

Zita: Com que objetivos a cooperativa foi fundada?

JJN: Fixar a juventude no interior de suas cidades e família; Desenvolver o potencial dos profissionais da região; Possibilitar a continuidade dos estudos após o Ensino Médio.

Zita: Quais foram os primeiros participantes do grupo e com que critérios foram convidados?

JJN: Os primeiros participantes foram líderes de diversas instituições e entidades da cidade de Rubiataba, das igrejas, das cooperativas, dos sindicatos, da administração municipal, dos empresários de indústria e dos comércios. Os critérios foram: capacidade de

liderança, vontade de ajudar a comunidade a perseguir os objetivos propostos, pertencer a um grupo organizado da sociedade.

Zita: Quais foram os primeiros passos do grupo?

JJN: Criar a ACESUR – Associação Cultural de Ensino Superior de Rubiataba; Estabelecer uma sede à Rua Xixá, 190; Promover audiência pública informando a sociedade dos projetos e solicitando a participação de todos.

Zita: As primeiras medidas?

JJN: Criar a CESUR – Cooperativa de Ensino Superior de Rubiataba como instituição mantenedora da futura faculdade; Contratar uma consultoria para montagem de projetos de solicitação de Instituição de Ensino Superior e consequente autorização de cursos; Assinar convênio com a Administração de Rubiataba para utilização do prédio da Escola Municipal Rivaldo Santana em sistema de comodato.

Zita: Os temores?

JJN: Dificuldades em manter a Instituição, tendo em vista o baixo poder aquisitivo das famílias de Rubiataba e região; Interesse de professores de centros maiores em trabalhar na Instituição por salários possíveis segundo nossa realidade; A perseverança dos cooperados.

Zita: Quais foram os primeiros obstáculos encontrados?

JJN: Lideranças isoladas, aqui e ali, que não conseguiam acreditar na proposta do grupo; Recursos financeiros para viagens e as primeiras providências.

Zita: Que fatores levaram à extinção da cooperativa? Sob o ponto de vista, como foi a transição de cooperativa para centro?

JJN: A CESUR procurou, desde o início, os caminhos para se constituir legalmente como Cooperativa de Ensino Superior, associando-se a OCG – Organização das Cooperativas de Goiás. A entidade aglutinadora das cooperativas, no entanto, encontrou dificuldades em manter a CESUR como membro pelo fato de as lideranças que a compunham não serem todos profissionais da educação. Para ser cooperativa era preciso ser um grupo de professores, ou de alunos, ou de pais de alunos ou de profissionais do Ensino Superior. A transição foi um tanto sentida, havendo resistências de vários cooperados, mas não houve uma saída no momento, tendo a cooperativa se transformado em sociedade por quotas.

Zita: Como você caracteriza a diferença na vida da FACER de quando era mantida por uma cooperativa, com os tempos de hoje como centro de Ensino e não Cooperativa de Ensino?

JJN: Estamos tentando manter o espírito cooperativista, mas na prática isso não foi mais possível. Como uma instituição que, por sua natureza, tende a crescer, a cooperativa agora transformada em Centro de Ensino, tem fins econômicos e vem se destacando como empresa que promove o desenvolvimento na cidade e região. Permanece o associativismo, mas como empresa a instituição não goza mais da simpatia e apoio da sociedade e passa a ser vista, muitas vezes, com desconfiança por visar o lucro.

Zita: Como você observa, hoje, o desenvolvimento da FACER desde sua fundação?

JJN: Como uma empresa bem organizada, que está sempre crescendo, tendo passado de dois para cinco cursos em muito curto espaço de tempo. Uma empresa que procura estar atenta à vocação da região, afinada às exigências do MEC e procurando reverter seus lucros na própria empresa.

Zita: O que você, como sócio/mantenedor/fundador espera da FACER para os próximos anos?

JJN: Pessoalmente, e com mais alguns sócios, espero que consigamos voltar a ser uma cooperativa, pois sinto um certo desconforto com o distanciamento dos objetivos iniciais da instituição e experimento que o apoio e afeição da sociedade por nossa instituição terem se esfriado; espero um esforço contínuo pela abertura de novos cursos em substituição àqueles que vão tendo sua demanda reduzida; espero que após a consolidação de sua estrutura física possa oferecer cursos com mensalidades mais acessíveis.

Zita: Você considera que os objetivos fundamentais estão sendo atingidos?

JJN: Nem todos. Estamos atingindo aqueles da fixação dos jovens e suas famílias em Rubiataba e na região, de trazer cursos em conformidade com a vocação regional, de trazer o Ensino Superior para o interior e o norte do estado. Não temos atingido aqueles da atenção ao baixo poder aquisitivo de nossas famílias, da inclusão da camada menos favorecida no Ensino Superior.

Zita: Você acredita que teria sido possível criar a FACER por um sistema que não fosse o associativismo? Por quê?

JJN: Acredito que naquele momento não teria sido possível, pois individualmente não havia pessoas com capacidade e coragem para um tal empreendimento; porque o risco de a instituição não se manter era grande para uma só pessoa assumir; porque o MEC é muito exigente com as instituições privadas de ensino.

Zita: O senhor acredita que houve inclusão de alunos carentes na Faculdade?

JJN: No começo sim, quando a mensalidade era cobrada conforme pesquisa de capacidade dos pagantes. Mas, após sairmos do sistema cooperativista as mensalidades praticadas passaram a ter contínuos aumentos, de tal modo um grande número de jovens potenciais para o Ensino Superior nem chegam a se inscrever ao processo seletivo. Hoje, com um salário mínimo de R\$ 260,00, nossa menor mensalidade está a R\$ 397,00! Assim estamos longe do projeto de inclusão dos menos favorecidos proposto como objetivo no momento de fundação da CESUR. Há um esforço pela inclusão através do sistema de bolsas, mas ainda muito tímido diante da realidade do poder aquisitivo de nossas famílias.

JCO

Zita: Como se deu a organização?

JCO: O Sr. Prefeito Dr. Ubiratan Carneiro, Vice-Prefeito Daniel Goulart no ano de 1989, convidaram um pequeno grupo de pessoas para trocarem idéias sobre a possibilidade de uma Faculdade em Rubiataba. O Vice-Prefeito já no início tinha conversado com uma sua conhecida professora Lindaléia, de Goiânia.

Zita: Quais as motivações?

JCO: Rubiataba, uma cidade média, via seus filhos e filhas com maior poder aquisitivo, buscando em outras cidades a continuação de seus estudos. Muitos com pouco poder aquisitivo ficavam sem poder estudar em outras cidades. Os que conseguiam estudar nas grandes cidades, após os estudos superiores não voltavam mais, em geral lideranças que poderiam ajudar Rubiataba crescer.

Zita: Com que objetivo a cooperativa foi fundada?

JCO: Os projetos foram elaborados pela Professora L., escolhemos dois cursos que em nossa região não existiam: Filosofia e Administração Rural. Escolha que foi feita de acordo com nossa realidade. A Professora L. foi quem sugeriu o modelo Cooperativa de Ensino Superior, devido a inclinação dos Rubiatabenses para o cooperativismo. Para nós foi uma

descoberta, pois sendo que estaríamos livres de tantos gastos, poderíamos oferecer aos alunos mensalidades bem em conta. Uma Escola Superior sem fins lucrativos foi e é até hoje o sonho de todos nós.

Zita: Quais foram os primeiros passos?

JCO: A opção para uma Cooperativa de Ensino Superior agradou muito o MEC, pois mesmo com o projeto em andamento consultamos no MEC conselheiros e pessoas que trabalhavam no MEC. Surgiu então a necessidade de convidarmos mais cooperados, de acordo da exigência de uma cooperativa. O critério foi escolher e convidar representantes das forças vivas de nossa sociedade.

Zita: Quais os primeiros passos do grupo?

JCO: Reuniões semanais, muitas reuniões, sempre com a presença da Professora L. que vinha de Goiânia com muito sacrifício da nossa parte e é claro, a Professora sacrificou-se muito.

Zita: As primeiras medidas?

JCO: Chamada de capital, todos contribuíram com muita esperança e alegria. Para pagar os projetos realizamos uma grande campanha. Encomendamos bonés, e cada cooperado ajudou na venda. Os projetos foram protocolados.

Zita: Os temores.

JCO: A espera do sinal verde foi longa. Visitamos o MEC, conversamos com alguns conselheiros. Uma Irmã religiosa, secretária dos Conselheiros nos animava, mas a esperança cada dia mais desaparecia. Uns diziam: Rubiataba é uma cidade pequena, outros afirmavam que era preciso procurar os políticos. A Irmã Secretária um dia sorriu, porque levamos para os conselheiros bonés e cadernos de Rubiataba.

Zita: Quais os primeiros obstáculos?

JCO: A demora, os projetos não caminhavam; Viagens perdidas; O prédio cedido pela Prefeitura precisava de reformas; As cadeiras estavam danificadas; Os banheiros aumentados e melhorados; A campanha dos livros para a biblioteca foi fraca, pois os livros deveriam ser atuais e de acordo com os pedidos dos professores; A grande dificuldade foi encontrar professores aqui perto.

Zita: Que fatores levaram a extinção da Cooperativa?

JCO: O único motivo foi a impossibilidade de enquadrar nossa Cooperativa de Ensino Superior, segundo as normas da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. Tentamos muito, mas não conseguimos!

Zita: Como você caracteriza a diferença da FACER de quando era mantida por uma Cooperativa com os tempos de hoje?

JCO: O espírito cooperativista permanece, é muito forte. Mas a diferença para a comunidade e para os acadêmicos é triste demais. Passamos de uma entidade de fins não lucrativos para uma empresa comum.

Zita: O desenvolvimento da FACER, como você observa?

JCO: Um verdadeiro milagre, milagre da unidade de todos os sócios. Participamos de ver, julgar, agir e avaliar de nossa caminhada nas alegrias e nas tristezas! Grupo maduro que sabe ouvir críticas e administrá-las.

Zita: O que você espera da FACER?

JCO: Que continue tendo a coragem de enfrentar as dificuldades e não parar. O desafio de buscarmos mais cursos, de ir para outras cidades é sinal de fé e vida – Juncti Valemus!

Zita: Você considera que os objetivos fundamentais estão sendo atingidos?

JCO: Sim, graças a Deus, nossa Faculdade está levando a sério a escolha dos professores, acolhendo os alunos mais carentes, e principalmente tanto na dimensão pedagógica como na administrativa prima pelo respeito, educação e honestidade!

Zita: Você acredita que teria sido possível criar a FACER por um sistema que não fosse o associativismo?

JCO: Sim, se fosse possível um dia transformar nossa Faculdade em Comunitária, como já existe no Rio Grande do Sul! É utopia?

Zita: O Senhor acredita que houve inclusão de alunos carentes?

JCO: Sim, muitos, mas é preciso oferecer mais possibilidades para os alunos carentes.

Zita: Apresente uma análise sua do CESUR como cooperativa e depois como Sociedade por Quotas.

JCO: Foi tão pouco o tempo que vivemos como cooperativa que uma análise se torna difícil, mas nossa caminhada atual por enquanto está bem, pois todos estamos com os mesmos deveres e poderes. Tenho medo quando os poderes de alguns crescem demais.

Zita: Como o Senhor avalia a contribuição social da FACER antes e depois da mudança de Cooperativa para empresa?

JCO: Nossa contribuição social hoje como empresa é satisfatória, no entanto se continuássemos como cooperativa nossa contribuição seria muito maior por força de sua natureza e espírito.

Zita: Em contato com o povo, como está sendo a compreensão da sociedade em relação ao CESUR como entidade com fins lucrativos?

JCO: A maioria das pessoas compreende que para levar avante o Projeto FACER, o lucro é necessário para pagar professores de qualidade, biblioteca atualizada, laboratórios, salas com conforto que os alunos merecem e o crescimento de servidores, funcionários com salários dignos. Uma minoria fala do enriquecimento dos sócios.

expectativa de todos, o que você recorda como experiência marcante dos inícios da faculdade ainda como cooperativa.

MLA: Eu acho que a instituição enquanto pessoa jurídica para efeitos de vínculos trabalhistas, pra efeito administrativo com relação ao corpo docente, recursos humanos, nada mudou. O simples fato de ela mudar de uma cooperativa para uma organização privada com fins lucrativos ou não, o simples fato da mudança neste sentido não mudou nada. A avaliação que percebi e o que eu acho que aconteceu é em relação ao próprio corpo docente que, de maneira geral percebeu, e mudou, a relação do corpo docente passou a ter com a instituição um olhar diferente. Quando você se relaciona com uma organização que tem um propósito social pela sua natureza jurídica a relação é uma, a partir do momento que tem uma relação com uma empresa com fins lucrativos, a relação passa a ser outra. Acho que não foi diferente comigo. A relação mudou realmente, a relação que você tem enquanto trabalhador de uma cooperativa embora eu não fosse um cooperado, mas eu sabia que a filosofia de trabalho era a cooperativista, a partir do momento que a filosofia

por qualquer motivo deixou de existir ou existe apenas em determinadas ocasiões, acho que isso realmente traz reflexo no relacionamento intimamente de cada um dos docentes, cada um de nós acaba percebendo que agora trabalha com empresa e lógico se tem uma leitura de mundo, você conhece mais, avalia tudo isso e acaba falando, é claro, que agora eu to vendo, de uma maneira ou de outra, “explorando”. Quando você trabalha pra cooperativa você vê o outro lado, acho que é um aspecto que a gente nota isso em todo corpo docente, que passou por essa transição. Os que chegam hoje não, já estão trabalhando numa empresa normal, então acho que talvez essa, seja a grande mudança que existiu. Mas o fato é que a filosofia mudou e a resposta do corpo docente, as pessoas todas que estão envolvidas no trabalho deste grupo mudou, isso é patente, a gente percebe isso.

Zita: MLA como você vê a FACER agora como uma sociedade por quotas em relação ao que ela era antes como cooperativa?

MLA: Bom, eu particularmente acredito que a faculdade perdeu, a mantenedora tinha todas razões jurídicas, necessárias para mudar, mas, a FACER Instituição de Ensino, perdeu com isso, porque o docente perde esse vínculo mais fraterno. A expressão que a gente usa não é adequada, mas, esse vínculo mais irmão parou de existir, agora virou uma relação profissional. Você está lidando com empregador e isso pra instituição era talvez o grande trunfo que ela tinha, que era o fato de ela ser uma instituição filantrópica com finalidades sociais. Ela perde um pouco disso e automaticamente a faculdade perdeu isso e ganhou uma

KSK

Zita: Quando você foi convidado pra vir lecionar na FACER, e qual foi sua reação, quais foram os seus sentimentos de se saber professor de uma faculdade que fosse mantida por uma cooperativa educacional?

KSK: Como o convite foi feito a mim no início da minha carreira, eu tinha 40 dias de formado, então foi um sentimento primeiro de muita alegria e realização pessoal, mas o meu sentimento inicial foi o que assim, o que mais marca, e de eu estar trabalhando numa instituição da minha cidade, onde eu nasci, onde eu trabalhei e me formei sem sair daqui, formei em Rialma, mas sem sair de dentro de casa, então eu estar vindo trabalhar em Rubiataba, teve essa conotação, a questão da faculdade ser cooperativa, ela foi muito

importante no meu compromisso e na minha maneira de trabalhar como professor, porque eu toda vida estudei em escola pública, desde meu primário até a faculdade, nunca paguei um centavo que fosse pra poder estudar, apesar de ter condições de fazer, minha família. Por eu ter tido minha formação em escola pública, então a minha concepção de educação que seja uma educação toda gratuita, então a FACER tinha como objetivo a questão do cooperativismo, ela era uma cooperativa, então era muito bom de trabalhar, porque era a própria sociedade que a estava formando e tava proporcionando a formação dos cidadãos, que estavam se formando, que a gente não pode falar que o indivíduo de 17 anos não é um cidadão, então está na formação profissional, então era um sentimento bom de, nesse sentido, de expectativa, e quando eu vim trabalhar, já falando eu percebi isso, que eu podia colocar as minhas idéias e dar as minhas contribuições com a minha ideologia, eu não vim aqui simplesmente dar aula, foi isso desde o primeiro dia.

Zita: No seu sentimento, você veio contribuir de alguma forma com a formação dos jovens de sua terra?

KSK: Exatamente, eu tinha isso comigo, eu tava dando a contribuição na formação dos cidadãos de Rubiataba e da região como um todo, mas eu tinha muito claro isso que era uma contribuição minha, vinha, explorava todas as questões que eu entendia por educação, que eu entendia por formação humana, que eu entendia por caráter e aí foi o local onde eu tinha pra poder expor, então é com a minha concepção de educação e minha missão, acho que a educação é o lugar onde eu vou conseguir realizar.

Zita: Você imaginava que esse lugar aqui era, vamos dizer assim, privilegiado?

KSK: Privilegiado, é o local privilegiado.

Zita: Por ser uma faculdade do interior ou por ser uma cooperativa?

Ministrando aula de Administração Financeira II, eu tinha trabalhado matemática financeira com uma turma, ele estava com dificuldade na linguagem que eu havia utilizado, linguagem simbólica na matemática, ele estava usando linguagem simbólica da Administração, aí ele compartilhou isso comigo e me perguntou se eu podia ir na sala dele que era a mesma turma que eu havia dado aula no semestre anterior, e se eu podia fazer um exercício compartilhado com ele, eu me dispus e assim ficamos nós dois professores na sala de aula. Eu como antigo professor de matemática financeira e ele como professor de administração financeira. Elaboramos o problema, eu expus o problema, fiz os cálculos da

matemática financeira, ele veio com análise da administração sobre os cálculos, aí os alunos disseram: então era isso que você queria dizer quando você falava desse termo, daquele outro e ele seguiu. Agora o que se tira desse exemplo é a cooperação que os professores tinham entre si. Que dia que o professor vai chamar o outro, se expor de chamar o colega e pedir ajuda ele resolver um problema de sala? Então nós trabalhávamos uma aula em conjunto, não recebi nada por isso, nem queria receber, é questão de estar fazendo um elo entre as duas disciplinas dos alunos, então a questão era essa, ninguém ligava pro que estava fazendo a mais ou a menos, mas era aquela questão de estar todos juntos num mesmo objetivo.

Zita: Era mais fácil trabalhar interdisciplinamente, multidisciplinarmente aqui na faculdade porque tinha mais abertura enquanto cooperativa?

KSK: É, mas o que acontece não era a faculdade que proporcionava isso, era um processo natural, a coisa ia acontecendo e nós, os professores, íamos conversando e procurando saber o que um podia fazer pelo outro, e a gente ia e fazia. Pra gente ter isso, a gente tinha um respaldo da coordenação e da direção, que a gente fazia e era avalizado.

Zita: E era um sentimento mútuo entre os professores?

KSK: Entre os professores a gente tinha isso.

Zita: Você sabe que a faculdade não é mais uma cooperativa, você participou da faculdade como cooperativa e participou do momento da sua transição, então como é que você vê a FACER antes como cooperativa e depois?

KSK: Eu queria antes falar da FACER no momento da transição. A FACER é um divisor de águas na cidade de Rubiataba, no contexto da região também, Rubiataba depois da FACER mudou não só a questão cultural, o aspecto visual, mas maneira profissional, a formação dos indivíduos foi se dando no próprio trabalho, na maioria, os nossos alunos trabalhadores, então eles estavam se formando em serviço. A maioria trabalhando no comércio e fazendo administração, eu posso entender que eles estavam se formando em serviço, apesar da formação de graduação, bacharelado. Mas, o caso da maioria dos nossos alunos era formação, iniciantes. Então a cidade foi mudando, foi crescendo e foi mudando na questão cultural, mas, isso teve um fator que foi a questão do cooperativismo, que influenciava o clima entre alunos e professores, as questões das dinâmicas das aulas, eu falo que a questão dos alunos era importante porque eles viam a faculdade como

cooperativa, os alunos quando vinham tratar de algum assunto vinham com conceito de que esta era uma Cooperativa, vinham tratar de planilhas de custos, quando tinha movimento organizado, eles iam com o conceito de que era uma cooperativa. No momento que deixou de ser cooperativa os alunos mudaram de posição e os professores também, porque os alunos já não tratavam mais a FACER como cooperativa, para eles agora não era mais uma cooperativa, agora a gente pode lidar de uma maneira diferente. Então a visão deles começou a mudar. A questão dos professores mudou no sentido de que foram começadas e cobradas da gente como obrigação, registro e coisas que a gente já fazia e começaram a colocar isso como carga horária, como limitações de tempo, como o que você faz é mensurado pra pagar então isso começou a intervir na relação nossa, entre os colegas e entre os alunos, isso começou mudar entre professores e a FACER. Os professores não continuavam com aquele espírito de cooperação, mas chegou a um ponto de pensar que a FACER não sendo cooperativa.

FMCBC

Zita: FMCBC, quando você começou a lecionar na FACER?

FMCBC: Eu comecei em 1997, mas ainda não tinha sido contratado por falta de vestibular.

Zita: Então você conhece bem a história da FACER. Eu queria que você nos dissesse, qual o seu sentimento ao ser convidado para atuar como professor numa faculdade que seria mantida por uma cooperativa.

FMCBC: Inicialmente eu não tinha, apesar de ter uma noçãozinha de cooperativismo, em função da própria Escola Agrotécnica, na qual eu também trabalho, mas eu não tinha idéia, ou a extensão, eu fui descobrir isso depois que eu passei a fazer parte do quadro da FACER, mas até então eu tinha apenas uma noção teórica do que seria uma cooperativa, e depois que eu passei a entender como seria, como funcionava realmente, a sentir, de fazer parte de uma cooperativa, que é bem diferente da teoria em si. É muito mais prazeroso do que a gente só ler sobre cooperativa. Mas eu me senti muito honrado em fazer parte, em função até da proposta da própria faculdade, que me foi passada pelo Dom Carlos, na época do meu primeiro contato com a FACER. Quando eu fui realmente contratado, me senti muito satisfeito e motivado, empolgado de participar de uma instituição que tinha

como finalidade a questão social, forte, uma questão de preocupação com o desenvolvimento da região, essa visão me atraiu muito.

Zita: De fato você me falou o tempo todo sobre isso mesmo. O que você recorda como experiência marcante do início do seu trabalho aqui na Faculdade?

FMCBC: Para mim a experiência mais marcante do início da faculdade era o relacionamento que existia entre as pessoas que estavam dentro da própria instituição, não só professores, mas um relacionamento muito próximo entre direção, funcionários, professores, era como se fosse uma grande família. Uma sensação que não era só minha, mas das pessoas que viveram aquela época, era uma grande família, uma grande família onde as pessoas chegavam ao ponto de não ter nem sala de professores, nós éramos todos juntos, num ambiente só, e isso causava, nos tornava muito próximos. É prazeroso.

Zita: Quando você fala que era muito marcante, esse convívio, que era muito agradável, você acha que isso não existe mais? Como você situaria a FACER antes, quando era uma cooperativa e hoje que você sabe que não é mais cooperativa, por força das normas das leis do cooperativismo, a mantenedora da faculdade se tornou uma sociedade por quotas. Como é que você situa a faculdade antes quando era uma cooperativa e hoje com uma sociedade por quota?

FMCBC: Não que eu tenha nada contra as empresas comerciais, enquanto professor de administração, enquanto administrador eu tenho que ser favorável a esse tipo de empresa. Eu poderia definir com duas palavras, antes, enquanto cooperativa ela tinha um forte senso social, um objetivo social, depois que ela passou a ser uma sociedade por quotas, ela ficou extremamente comercial, a preocupação social passou a ser pano de fundo e a questão comercial se tornou muito forte. Pelo menos é essa a minha sensação enquanto pessoa que viveu todos esses dois momentos.

Zita: O que você acha que tem afetado esse relacionamento, esse convívio tem ficado um pouco distante porque ela foi crescendo e os funcionários ficando numerosos, ficando mais difícil contatos? A que você remete essa mudança?

FMCBC: Eu acho que pode ser coincidência ou não, mas o que eu percebi e alguns outros professores que eu tenho conversado, o marco de transição entre cooperativismo e a sociedade por cotas, foi quando mudou o relacionamento entre a instituição em si e as pessoas do convívio em geral, tanto os professores como os funcionários em geral. Então

se você começar a perceber, aquele momento foi um marco, lógico que as coisas não mudam de maneira tão aduaptas, mas eu acho que a partir daquele momento houve uma mudança nessas relações entre as pessoas, eu acho que esse relacionamento deixou de ter aquele vínculo familiar, aquela cultura de família, foi dando espaço a interesses comerciais, não que seja ruim, eu acho que a empresa, naqueles anos de cooperativismo, a filosofia cooperativista era muito social, até a palavra cooperação, cooperativismo leva as pessoas a isto, então a diferença, talvez, tenha sido até o próprio sentido da coisa, como deixou o cooperativismo, você passou a ter uma visão mais comercial. Isso é natural.

Zita: O cooperativismo foca as pessoas. O capitalismo foca o capital.

FMCBC: As pessoas foram percebendo essas mudanças nas relações, isso é normal, as próprias pessoas envolvidas começam a sentir essas mudanças, exatamente por uma questão do foco do capital. E até os próprios alunos sentiram isso, essa mudança de foco. Enquanto isso, não acontece um agravante, o ambiente foi se desfazendo assim, aos pouquinhos, é como o papel, ele vai se derretendo quando você molha ele.

Zita: O que atraiu você a atuar como professor aqui na FACER desde os primeiros anos e ainda hoje estando aqui conosco, o que o atrai?

FMCBC: O que me atraiu, o primeiro sentido foi a profissão de professor, isso atrai a gente muito forte. No primeiro momento de convivência dentro da faculdade, a gente passa a ter o prazer daquela convivência, e aquela sensação de família, isso me cativou, houve uma atração, a gente se sente cativado por aquele ambiente, as vezes ganhando até uma JPCS

Zita: A JPCS é uma ex-aluna da nossa faculdade, da primeira turma do curso de filosofia. Eu gostaria que você deixasse registrado aqui a sua percepção, sobre a faculdade, enquanto você esteve aqui como aluna e também hoje como uma ex-aluna, você que é da região, que tem envolvimento com a FACER. O que a motivou a estudar aqui na FACER?

JPCS: Primeiro pela facilidade que a FACER trouxe para os moradores de Rubiataba, por eu ser moradora da própria cidade, e depois, por ser o curso de Filosofia, que é um curso da área de educação que eu sempre quis fazer. Foram esses dois motivos que mais pesaram na escolha.

Zita: Seus objetivos como aluna da FACER foram alcançados? A expectativa que você tinha de estudar aqui, foi correspondida?

JPCS: Foi sim, primeiro porque eu já estava fazendo algo que eu esperava, que era um curso voltado pra área da educação, e pelo curso de Filosofia ser um curso bem abrangente e que faz com que mesmo a gente não sabendo o que é Filosofia antes de começar a fazer, mas no decorrer do curso a gente apaixona pelo curso. Então eu alcancei sim os objetivos na faculdade.

Zita: Eu queria que você falasse qual é o seu conhecimento sobre o CESUR/FACER, se você acompanhou a história.

JPCS: Acompanhei sim, até então existia aquela expectativa, não só minha, mas dos moradores de Rubiataba, em qual ano vai ter vestibular. A FACER não é só uma história, ela vai sair do papel, porque a gente sabe que a caminhada foi longa e a gente sempre esperava que ia ter o vestibular, então quando realmente teve, foi um alívio muito grande, não só pra mim, mas pra muitos moradores daqui, e o que eu lembro bem foi uma luta muito grande, muita gente, foi realmente uma cooperação de todos, eram muitas pessoas lutando por um ideal, por um objetivo que foi alcançado com a criação da faculdade, a FACER.

Zita: JPCS o que você ainda espera da FACER, o que você acha que a FACER poderia contribuir com a região do Vale do São Patrício ou o que ela poderia ainda oferecer como Instituição de Ensino Superior?

JPCS: Que ela cresça cada vez mais, esse crescimento no sentido de estar trazendo mais cursos, não só de graduação, de pós-graduação *latu senso* que já tem, mas que também cresça mais, e que *stricto senso* também, para que a gente possa continuar contando com a FACER aqui pertinho e continuar estudando aqui, assim como eu que já sou graduada e também já fiz

ESP

Zita: O que o motivou a estudar na FACER?

ESP: Assim que terminei o Ensino Médio, prestei vestibular para Matemática e Filosofia, passei nos dois. Optei por Filosofia por ser em minha cidade.

Zita: Seus objetivos como estudante da FACER foram alcançados?

ESP: Meus objetivos enquanto estudantes ainda não foram alcançados, porque neste momento estou dedicando-me a uma outra carreira, mas a minha meta é conciliar a licenciatura com o bacharelado.

Zita: O que você sabe sobre a criação do CESUR? Sobre a fundação da FACER?

ESP: O CESUR foi criado há algum tempo, sua meta primordial era proporcionar aos filhos de Rubiataba um ensino próximo, para que não pudessem ir tão longe em busca do conhecimento. Assim, reuniram-se os sócios e começaram a fazer campanhas para adquirir os livros, venderam bonés, bingos e outros. Como a história do cooperativismo já era uma realidade rubiatabense, criaram também uma faculdade que seria uma Cooperativa de Ensino Superior. No ano de 1997 aconteceu o primeiro vestibular da FACER, com habilitação em dois cursos: Filosofia e Administração Rural.

Zita: O que você espera da FACER?

ESP: O que mais se espera da FACER é que ela capacite seus alunos para o mercado de trabalho. As faculdades enfrentam nos dias hodiernos uma dificuldade muito grande que é formar profissionais voltados para a realidade do mercado de trabalho, qualquer que seja o curso, não basta a própria existência deste, é necessário formar profissionais atuantes. Não é por estar no interior que o papel da FACER é diferente.

Zita: O que você apresentaria como marca da FACER como Instituição de Ensino Superior?

ESP: A marca da FACER como instituição superior é sem dúvida a garra por disponibilizar aos rubiatabenses e Vale do São Patrício o Ensino Superior próximo.

Zita: Como era a imagem da FACER entre os estudantes da sua época? Como é hoje?

ESP: A imagem dos estudantes de minha época era sem dúvida marcada pelo medo, devido ao fato de sermos a primeira turma tínhamos receio de perder os quatro anos exigidos pelos cursos. A visão da instituição hoje se elevou muito, com a implantação de novos cursos, até mesmo com a experiência adquirida com as turmas anteriores. Por mais que alguns dos cursos cancelados por esta mantenedora não tenham ainda colado grau, a credibilidade é bem mais se comparada aos veteranos.

Zita: Como você avalia o relacionamento entre os professores da FACER?

ESP: O relacionamento entre os professores é prazeroso, sempre estão conhecendo pessoas novas, que vêm de várias cidades e até países transmitirem seus conhecimentos.

Zita: Como você avalia o relacionamento de estudantes e professores na FACER?

ESP: O relacionamento entre professores e alunos é tranqüilo e até amigável, talvez isto se deva por Rubiataba ser uma cidade pequena e acolhedora as amizades se fortalecem muito, quebrando o estigma professor X aluno.

Zita: De que forma você tem utilizado os conhecimentos adquiridos na FACER, no seu trabalho?

ESP: Os conhecimentos adquiridos me ajudam muito, principalmente por entender que nada vem do acaso, tudo tem sua etimologia e etiologia. E isso é muito importante para qualquer área, principalmente na educação.

Zita: Como tem sido seu relacionamento com a FACER depois de formado(a)?

ESP: Bem, acredito que sou meio suspeita para dizer do meu relacionamento com a faculdade, porque estou cursando outro curso nesta instituição. Posso dizer que nosso relacionamento é análogo a uma gestação: dolorido e prazeroso. Em relação à filosofia, estamos somos distantes.

Zita: Você acompanhou, como estudante, a mudança do CESUR – Cooperativa para CESUR – Centro de Ensino Superior. Você como aluno, percebeu alguma mudança da Instituição FACER, no desempenho de suas atividades ou no relacionamento com os alunos?

ESP: Quando houve a mudança de Cooperativa para Centro, ficamos muito desgostosos, pois a nossa faculdade era fruto de um laborioso trabalho tido como exemplo em várias

comarcas e nos orgulhávamos muito disso. Depois que passou a ser Centro, aquela visão altruísta foi renegada e sentimo-nos como se tivéssemos sido jogados para o mundo real do capitalismo exacerbado. Não sei se foi necessariamente devido a essas mudanças, mas a faculdade injetou mais dinheiro em laboratório, livros e etc. em contrapartida as mensalidades se tornaram cada vez mais salgadas.

Zita: Você estudou na FACER, você fez o curso que queria ou estudou aqui porque a Faculdade estava perto de você, por isso, mais fácil, mais econômico, ou você conciliou as duas coisas: o sonho e a oportunidade?

ESP: Em meu primeiro curso como foi relatado anteriormente, estudei por oportunidade, agora neste segundo momento estou realizando meu sonho de cursar Direito.

Zita: No seu ponto de vista a FACER realmente possibilitou o ingresso de alunos que não poderiam estudar, alguns que se tivessem que ir para os grandes centros não teriam estudado?

MSV

Zita: O que o motivou a estudar na FACER?

MSV: Após concluir o Ensino Médio, senti a necessidade de continuar os estudos. Apesar da pouca oferta de cursos, iniciei o curso de Filosofia. No início não era bem o que gostaria de estar estudando, mas com o passar dos tempos comecei a me interessar pelo curso, e hoje me sinto orgulhosa de ter conseguido o que tantas pessoas desejam e não conseguem realizar, um curso superior. Podendo, também, após a conclusão do referido curso estar freqüentando as aulas de um curso de Pós-Graduação – Docência Universitária.

Zita: Seus objetivos como estudante da FACER foram alcançados?

MSV: Sim, eu acredito que se a gente não se sentir bem em qualquer atividade que esteja desenvolvendo, não vale a pena. Qualquer atividade tem que ser feita com prazer para que se sintam realizados. Nesse aspecto, também a instituição, ajudou-me a alcançar meus objetivos, pois havia um grande elo que unia a instituição com a comunidade acadêmica.

Zita: O que você sabe sobre a criação do CESUR? Sobre a fundação da FACER?

MSV: Foram muitos anos de luta para que se conseguisse realizar o grande sonho, uma faculdade na cidade de Rubiataba. Por ser uma cooperativa, grande parte da comunidade

acadêmica achava interessante poder estar estudando, no entanto, era do conhecimento de todos que a instituição não visava fins lucrativos, e esse aspecto atraía a atenção dos alunos fazendo com que houvesse grande procura pelos cursos da FACER.

Zita: O que você espera da FACER?

MSV: Espero que continue sendo essa conceituada Instituição de Ensino e que continue progredindo cada vez mais, aumentando os cursos, a procura dos acadêmicos pelos seus cursos, pois assim se tornará possível maior a oportunidade de serviço para a comunidade local e regional.

Zita: Como era a imagem da FACER entre os estudantes da sua época? Como é hoje?

MSV: Na época, como já dito antes, era um relacionamento muito aberto entre a instituição e os alunos, talvez por ser pequeno o número de alunos, todos eram conhecidos e digamos, amigos. Hoje, não que queira dizer que mudou esse relacionamento, mas é um pouco diferente mesmo, vai aumentando o número de alunos, não tem mais como conhecer todos e manter o mesmo nível de relacionamento. Mas continua, ao meu ver, um bom relacionamento, e como dizem alguns alunos, a faculdade se diferencia das demais por esse bom relacionamento que mantém com a comunidade acadêmica.

Zita: Qual a importância da FACER para a região?

MSV: Percebo hoje o quanto é importante ter uma Faculdade na região, estimula o comércio local, melhora a qualidade de vida, o nível intelectual da cidade e região, enfim, é de extrema importância a existência da FACER para todas as pessoas envolvidas com esta instituição, direta ou indiretamente.

Zita: Como você avalia o relacionamento entre os professores da FACER?

MSV: O relacionamento entre os professores é muito bom, pode-se perceber claramente o grande nível de amizade entre todos eles, não existe aquela história de um querer derrubar o outro ou tomar seu espaço, são amigos e podem contar sempre uns com os outros pra tudo que precisar.

Zita: Como você avalia o relacionamento de estudantes e professores na FACER?

MSV: Pode-se dizer que este também é um diferencial da FACER com outras instituições, pois podemos perceber claramente que os nossos professores se dedicam de alma para que seja possível um bom relacionamento com os seus alunos.

Zita: De que forma você tem utilizado os conhecimentos adquiridos na FACER, no seu trabalho?

MSV: Atualmente sou funcionária administrativa da FACER posso perceber a importância de ter estudado, pois posso estar aplicando todos os conhecimentos adquiridos, na questão de relacionamento com os colegas, os professores, os alunos, no atendimento de toda comunidade acadêmica e também local. Já estive também atuando na área pedagógica, embora não tendo sido algo que me atraísse, mas posso perceber que a formação adquirida ajuda bastante.

Zita: Como tem sido seu relacionamento com a FACER depois de formado(a)?

MSV: Como disse na questão anterior, hoje sou funcionária da FACER, isso veio a acontecer após ter concluído o curso de graduação e poder manter um elo de amizade com todos da instituição, me sinto muito agradecida por ter recebido o convite para vir trabalhar aqui e ter conseguido manter esse bom elo de amizade com todos os que aqui já estavam e também com os que começaram a fazer parte da vida da FACER após a minha chegada aqui.

Zita: O que você sabe sobre a mantenedora da FACER, o CESUR?

MSV: Hoje o CESUR é formado por muitos sócios, todos preocupados com o acréscimo de conhecimento das pessoas de Rubiataba e das cidades circunvizinhas, oferecendo hoje 5 cursos, com projetos no MEC para mais 3 cursos para Rubiataba e também 3 cursos para a cidade de Ceres, pode-se perceber que realmente está preocupado em buscar melhoria de vida para as pessoas que buscam um maior aperfeiçoamento e buscam estudo hoje para que no amanhã possam ter uma vida mais estável e segura.

Zita: Você acompanhou, como estudante, a mudança do CESUR – Cooperativa para CESUR – Centro de Ensino Superior. Você como aluno, percebeu alguma mudança da Instituição FACER, no desempenho de suas atividades ou no relacionamento com os alunos?

MSV: Mudança é claro que existe, e toda mudança causa medo e insegurança, principalmente no meio acadêmico, porque os alunos pensavam que como cooperativa, por não visar fins lucrativos seria mais fácil continuar estudando, ao deixar de ser cooperativa, grande parte pensava que iria se tornar muito exploratório, que já não haveria mais intenção da instituição em buscar melhoria para a comunidade, mas ficou bem claro que não foi bem assim que aconteceu. Mesmo deixando de ser cooperativa, pode-se perceber que continuou a preocupação com a vida acadêmica dos alunos.

Zita: Você estudou na FACER, você fez o curso que queria ou estudou aqui porque a Faculdade estava perto de você, por isso, mais fácil, mais econômico, ou você conciliou as duas coisas: o sonho e a oportunidade?

MSV: No início não, comecei a estudar aqui mesmo por falta de opção, mas com o passar dos tempos fui me acostumando e percebendo o quanto foi bom pra minha vida pessoal e profissional, no entanto, todas as pessoas que me questionam algo sobre o curso, aconselho mesmo a procurar conhecer, pois é realmente um curso muito bom, ensina muito sobre a vida.

Zita: No seu ponto de vista a FACER realmente possibilitou o ingresso de alunos que não poderiam estudar, alguns que se tivessem que ir para os grandes centros não teriam estudado?

MSV: Acredito que sim, pois a minha situação mesmo se enquadra nesse caso, pois meus pais não me deixariam, em nenhuma hipótese sair de Rubiataba para estudar, nem mesmo em Ceres, cidade vizinha, eu poderia ter estudado, e como no meu caso, sei de muitos outros, não exatamente por questão financeira, mas são muitas as situações que as pessoas deixam de frequentar uma faculdade, as dificuldades são muitas.

Zita: Você acha que as mensalidades da FACER são altas? Mais ou menos do que quando você iniciou?

MSV: Não sei exatamente, mas na sociedade em que vivemos, a questão financeira é muito difícil para muitas pessoas, qualquer quantia é complicado de se conseguir, mas acredito que o valor das mensalidades são mais ou menos iguais, em relação ao percentual sobre o salário mínimo. Mas mesmo assim se torna difícil para muitas pessoas continuarem estudando.

ANEXO 3

EXTRATO DO ESTATUTO DA COOPERATIVA DE ENSINO SUPERIOR
DE RUBIATABA - CESUR